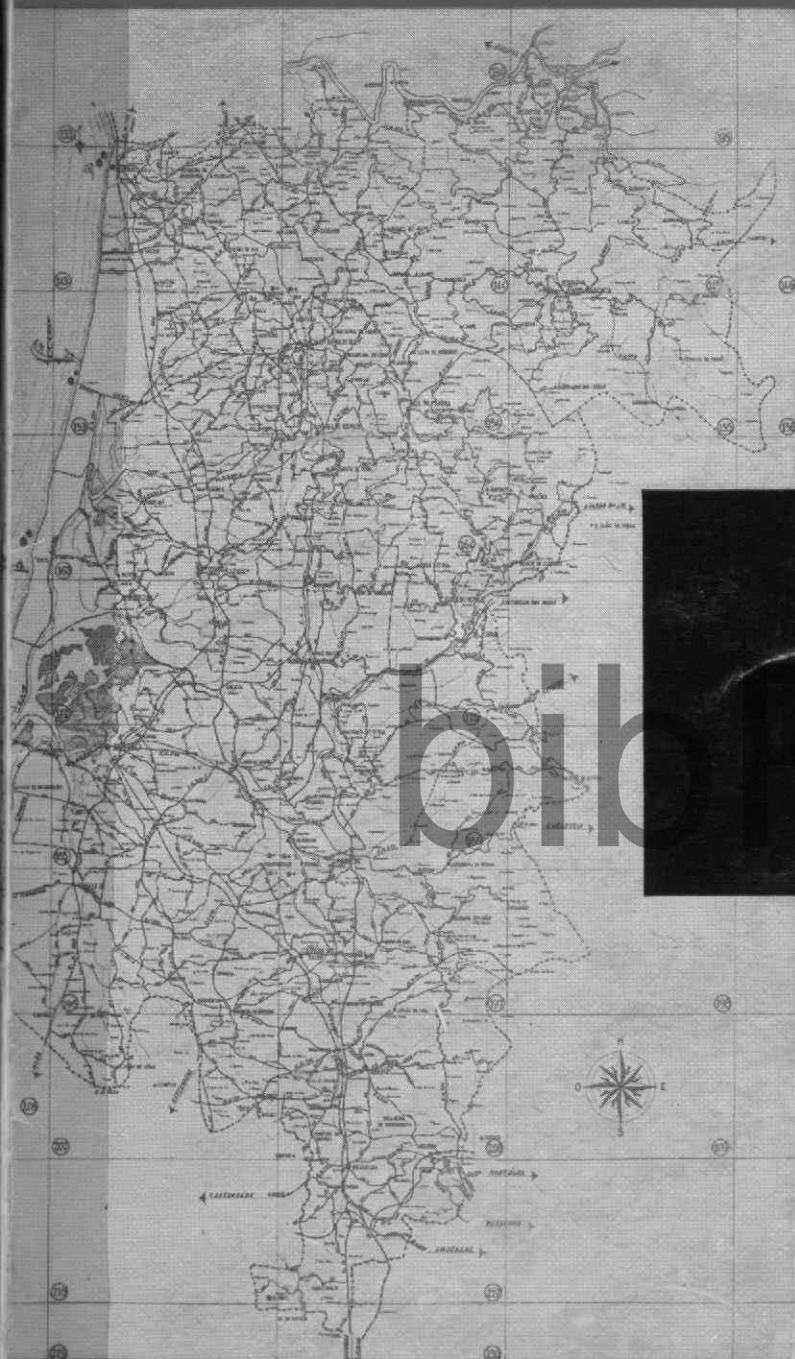
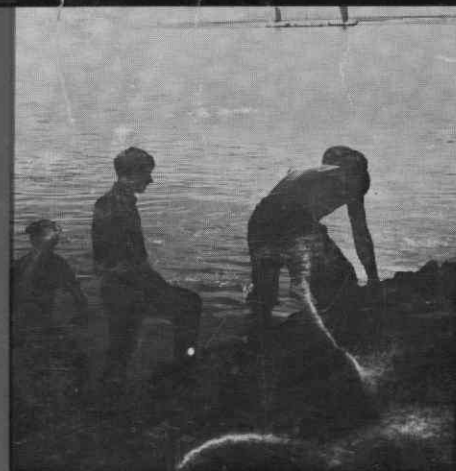




AVEIRO

E O SEU

DISTRITO



FL
908
149

AVEIRO E O SEU DISTRITO

OFERTA DA
JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

DIRECÇÃO
EDIÇÃO
PROPRIEDADE

DA

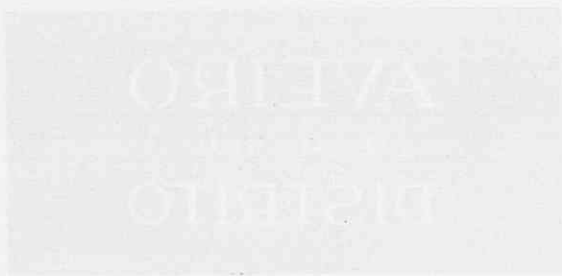
JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

bibRIA



Assinatura anual 60\$00
Número avulso 30\$00

*A Direcção da revista não se considera vinculada
às opiniões dos autores que publica.*



bibRIA



Nota de Abertura

Publicamos hoje na secção *VÁRIA* o projecto de regionalização administrativa elaborado pelo MAI. Sobre ele entendemos oportuno adiantar desde já algumas considerações que poderão ter o mérito de abrir entre os nossos leitores um debate que se gostaria de ver enriquecido e aprofundado.

Regionalizar porquê e para quê?

O subdesenvolvimento de vastas zonas do país em contraste com outras (poucas) próximas do grau de desenvolvimento médio europeu é, infelizmente, um facto indesmentível a pedir urgente solução.

Terá o projecto do MAI o condão de resolver o problema?

Dentre as causas profundas da situação referida avultam necessariamente, por um lado, a inexistência de um plano sério de desenvolvimento global do país e, por outro, a tendência extremamente centralizadora e autoritária do regime capitalista-fascista, tendência essa aliás inerente à própria essência do sistema.

E se à primeira se pode obviar pela adopção de um programa desenvolvimentista de cariz estritamente tecnocrático — o que seria apenas iludir a questão de fundo — já a segunda só pode ser capazmente ultrapassada se houver a intenção deliberada de lançar uma política descentralizadora de reforço do poder local que assegure aos cidadãos a possibilidade de participar activamente na gestão dos interesses que mais directamente dizem respeito ao seu quotidiano.

Não vemos muito claramente que este último desideratum se alcance no projecto do MAI.

Quer dizer: as causas do subdesenvolvimento de vastas zonas do país não residem na actual divisão administrativa.

Para nós o principal «defeito» do projecto é o de ele surgir como obra acabada — passe a contradição — «esquecendo» todo um trabalho que está por fazer de democratização e dinamização da vida municipal, — isto dando como assente que o concelho sendo uma realidade sociológica e política profundamente enraizada nas massas deve ser o pilar fundamental da organização politico-administrativa do território.

Assim, democratizar os municípios, conceder-lhes autonomia política e financeira que lhes permitam realizar cabalmente as suas atribuições é para nós a tarefa prioritária a empreender.

E porquê a extinção pura e simples dos distritos? Estará demonstrada irrefutavelmente a sua inadequação à realidade sócio-política do país? Têm eles sido factor de emperramento do desenvolvimento regional ou contribuído para a assimetria e anarquia desse desenvolvimento? São eles circunscrições artificiais ao arrepio do sentir das populações? Não estará o projecto do MAI a «deixar entrar pela porta o que fez sair pela janela» quando preconiza a criação de agrupamentos de concelhos?

Os distritos criados pela lei de 25 de Abril de 1835 têm uma certa tradição no nosso país e quase todos revelaram possuir uma identidade própria, bem caracterizada, razoavelmente adequada aos condicionalismos geográficos, económicos e sociais dos seus territórios. O distrito de Aveiro, por exemplo, pela pujança da sua economia, do seu comércio, da sua indústria, da sua agricultura, pelos seus valores culturais é motivo de orgulho das suas gentes que dificilmente aceitarão a divisão administrativa proposta. E isto não por um bairrismo balofo que nada justifica mas por corresponder a um sentir colectivo que se crê lúcido e consciente.

Tal não significa que não devam ser revistos os órgãos da administração distrital no sentido que se preconiza para os municípios ou até que se alterem eventualmente as actuais delimitações dos distritos de acordo com critérios objectivos e conformes as aspirações profundas dos povos.

No estado em que se encontram os órgãos da administração distrital é que não podem continuar e pena foi que (em Novembro de 1974) um projecto do Ministério COSTA BRAZ não tivesse vindo a lume. Esse projecto, essencialmente pragmático, mantinha a actual estrutura administrativa do país, procurava dinamizar a administração local e distrital e fazia participar (inovação) nas comissões de planeamento delegados regionais de vários Ministérios com competência e capacidade de decisão equivalentes grosso modo às de Director Geral, estabelecendo ao mesmo tempo a necessária articulação entre os distritos e as comissões regionais de planeamento.

Era um projecto pouco ambicioso com algumas deficiências facilmente corrigíveis mas que teria o mérito de atempadamente contribuir para a superação rápida de um certo anquilosamento que a administração pública sofreu após o 25 de Abril e do qual ainda não se libertou totalmente.

É natural pois que quem tenha desenvolvido algum esforço na solução casuística dos problemas que diariamente se põem à administração e que quem tenha vivido intensamente as vicissitudes do nosso processo revolucionário se mostre um pouco céptico quanto à adopção de um projecto muito elaborado e ousadamente inovador em detrimento de uma solução mais realista, portanto mais pragmática.

O que se diz não significa de forma alguma que se esteja contra o princípio da regionalização. O que entendemos é que só se deve chegar à região depois de reforçar e reorganizar o poder local e os órgãos intermédios nomeadamente as juntas distritais.

As regiões, de imediato, não deveriam ser mais do que centros de aglutinação de interesses e esforços virados para a planificação do desenvolvimento regional.

Às regiões, como verdadeiras autarquias, se chegará sem marchas forçadas através da discussão pública e participada das populações interessadas e como resultante de uma vontade livre e conscientemente assumida por intermédio dos órgãos populares de base e outros órgãos representativos.

Às palavras desalinhadas e porventura algo polémicas, que aqui deixamos gostaríamos de ver suceder os depoimentos daqueles que conhecedores e interessados na realidade sociológica do nosso distrito desejem participar na discussão de um problema que a todos diz respeito e que pode vir a marcar profundamente as nossas vidas e as vidas dos nossos filhos.

Aqui fica, pois, o convite.

António Neto Brandão



Segundo a Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição heráldica das armas, selo e bandeira do concelho de Vale de Cambra é a seguinte:

ARMAS: — De verde com uma vaca de ouro ao centro, bordadura de negro carregada de quatro cachos de uvas de púrpura, folhados e sustidos de ouro, alternados de quatro abelhas de ouro. Coroa mural de prata de quatro torres. Listel com os palavras: VALE DE CAMBRA.

BANDEIRA: — De amarelo, tendo no centro o escudo das armas encimado pela coroa. Cordões e borlas de ouro e negro. Haste e lança douradas.

SELO: — Redondo, com as peças do escudo soltas e sem indicação dos esmaltes, tendo à volta, dentro de círculos concêntricos, as palavras: Câmara Municipal de Vale de Cambra.

Significação heráldica de cores e metais: A bandeira é de amarelo por corresponder ao metal das armas que é o ouro. O campo é verde por representar a terra com plantas e significar fé e esperança. O negro da bordadura simboliza a terra, firmeza e honestidade. O ouro das abelhas e do folhado dos cachos significa fidelidade, constância e poder. A púrpura das uvas significa opulência e fartura.

Este brasão foi aprovado pela *Portaria de 10 de Maio de 1947* e publicada no *Diário do Governo N.º 112-II Série, de 16 de Maio de 1947*.



bibRIA

O Vale de Cambra

Por Ferreira de Castro

Ao cimo da encosta termina o concelho de Azeméis e começa o de Cambra. Em frente, está o lugar das Baralhas; à esquerda, um ramal da estrada para a aldeia das Cavadas; à direita, sinuosa vereda. Por ela, mau grado a sua rudeza, deve seguir quem quiser relacionar-se com o passado da região, pois no monte próximo ergueu-se o crasto de Ossela. Entre pinheiros e bravos penedais cobrem-se algumas centenas de metros. Na colina, outrora cheia de lares, de muralhas e de armas bélicas, existe agora somente pinheiros, tojo e soledade. Nas rochas, tão trilhadas há milhentos anos, os olhos buscam uma pègada impossível e só vêem indolentes sardões expondo ao sol os seus verdes e os seus oiros. Mas este próprio abandono, este próprio silêncio que se pega à terra de onde a vida humana desapareceu, torna mais sugestiva, mais profunda, a áspera paisagem. Chega-se, enfim, ao topo do outeiro. Lá se ergue uma ermida com o seu pequeno adro. E sempre o mesmo silêncio, a mesma solidão. Em baixo, corre o Caima, entre escuros fraguedos. E, na banda oposta, levanta-se outro monte, depois a serra. O Passado está sob esta terra nua do adro e nas declividades da colina. Nós próprios o vimos, éramos ainda criança — mas vimo-lo. Foi em 1908. O Museu Municipal do Porto mandou fazer escavações neste cêrro. As picaretas trabalharam dias seguidos, sob os olhos do povilêu das redondezas, que acudia em massa, julgando tratar-se de pesquisa a

fabulosos tesouros. É que, anos antes, em Fevereiro de 1896, nas Baralhas, aqui pertinho, um sapa-teiro encontrara, ao abrir os alicerces para um muro, dezasseis manilhas de oiro, trabalho pré-romano, que lhe valeram uma riqueza e deram brado entre os arqueólogos. O crasto de Ossela reservava, porém, surpresas de outra ordem. Levantadas as primeiras camadas de terra, em breve se ofereciam, aos olhos dos escavadores, várias sepulturas, feitas de lajes, numa das quais se ostentava ainda um crânio. Mais fundo, havia ruínas de edifícios antiquíssimos e exibiam-se restos de muralhas, mais remotas ainda. Moedas de outrora, romanas e lusitanas, fragmentos de cerâmica de várias épocas, fíbulas, peda-



Castelões — Templo da Senhora da Saúde

ços de vidro e de bronze, outros destroços, jaziam na terra. Do encontrado concluiu-se que o morro, estação pré-romana, fora habitado e defendido por diversas raças, ao longo dos séculos. Quando fortificado, devia ter tido duas ou três ordens de muralhas e, dentro, casas dos habitantes.

Depois destas escavações, a terra, que não foi toda explorada, voltou a fechar-se e assim se encontra, raza, sobre as suas velhas sepulturas de lajes, até que um dia outras picaretas venham buscar nos declives do morro o mais que ele guarde ainda no seu silêncio e neste abandono a que a melancólica ermida parece fazer sentinela.

De regresso à estrada, vê-se, logo adiante das Baralhas, panorama de pasmar. É o Vale de Cambra. Quase ignorado até há pouco, a sua beleza adquire, dia a dia, maior renome. Cercado de montanhas de formas extravagantes, não é fácil descortinar em Portugal outro mais grandioso e espectacular. Quase não tem planos. A vista desce para a imensa cavidade onde refulgem o Caima e o Vigues; erra entre os campos agricultados e, depois, encontra, lá longe, o contraforte das serranias, onde branquejam dispersas

aldeias, humildes casitas. A terra é verde e o céu é azul; é tudo verde e azul com raras pintas brancas do casaredo, que mais do que moradias dos homens parecem janelas da própria paisagem. Ao crepúsculo, porém, o grande vale sofre metamorfose, torna-se policromo — e as suas cores separam-se, aqui, muito nítidas, e dissolvem-se e confundem-se além, num encanto visual indescritível. Nas noites de luar, quando o grande balão de ouro surge na lomba das montanhas, o vale enche-se de magia, dum sortilégio que paira desde os píncaros às águas sussurrantes do Caima. De manhã, é o milagre. Todo os dias há um milagre de luz sobre a terra quando o sol nasce em Vale de Cambra.

O espectáculo majestoso pode ser contemplado da estrada, onde há um miradouro próprio. E pode sê-lo, também, da quinta da Bela Vista, proeminência onde um homem de bom gosto, o Snr. António Tavares da Fonseca, mandou edificar uma casa, cujas portas se abrem, gentilmente, aos forasteiros que desejem admirar dos seus terraços, erguidos em sítio eleito, este panorama excelso.

A estrada desce e entra em Pinheiro Manso, burgo asseado e muito branco, já com os seus ares de urba-

nismo e de modernidade. Estamos no mundo da manteiga, na região de lacticínios mais importante de Portugal. O leite vem quase todo das serras, como as águas que irrigam o vale e, transformado aqui corre o país inteiro. Um ramal avança para Castelões, velha freguesia, com algumas vetustas moradias e o seu cemitério e a sua igreja, postos em sítio airoso. Sugestão romântica, melancólica embora, não é porém a ideia de morte que nos sai, aqui, ao caminho e sim uma ideia de comunhão ilimitada e eterna com a natureza bela que nos cerca, com o sol que prateia as vinhas e os pinhais, os jardins e as vertentes dormindo em silêncio. Estamos já ao pé da serra que se levanta por detrás de Castelões, fechando o Vale de Cambra. E no seu pico ergue-se a Senhora da Saúde, ermida até há pouco, recentemente templo maior, acompanhado por um albergue. Para a festa que, lá em cima, se celebra todos os anos, começam a passar aqui, na madrugada de 14 de Agosto, verdadeiras multidões. Vem gente da beira-mar, a muitas léguas de lonjura, vem gente de todos os concelhos próximos, das montanhas vizinhas e das montanhas distantes — e até do Porto e Coimbra gente vem. Desde as regiões vareiras às regiões de

Arouca, não há estrada nem sinuoso atalho onde neste dia não se projecte a sombra dos romeiros a caminho da Senhora da Saúde. Empregam todos os veículos: a tartana remota, que se julga tirada de museu, a diligência de há tantos anos, carroças, tipóias, carros de bois engalanados, camionetas e automóveis. A maioria vai a pé e a pé nu — que a festa nasceu humilde como a capelita primitiva e é, sobretudo, para gente de pé descalço. Lá vão elas com os pés grandes sobre o pó dos caminhos, a saia nova a bater-lhes na barriga das pernas; sobre a blusa de cõr, estreada agora também, os oiros do povo; nas orelhas as arrecadas e, sobre a cabeça, um cesto com o farnel. Ao lado vão eles. Como ganham mais dinheiro do que elas, compraram sapatos para este dia; levam cavaquinhos, harmónicas, violas e, desde madrugada alta, começam a cantar por todos os caminhos. Chegados à ermida, não entram, que já viram da primeira vez que ali vieram e a festa é mais pagã do que outra coisa. O píncaro está cheio de bandeirolas, de vendedores de quinquilharias coloridas, de frutas estivais, de chitas das mulheres; não há maior cromatismo em parte alguma, nem bulício maior. Eles e elas pousam o farnel debaixo do velho carvalho,



VALE DE CAMBRA — Vista geral, tirada do Miradouro das Baralhas

«...Vê-se, logo adiante das Baralhas, panorama de pasmar». — Ferreira de Castro

ços de vidro e de bronze, outros destroços, jaziam na terra. Do encontrado concluiu-se que o morro, estação pré-romana, fora habitado e defendido por diversas raças, ao longo dos séculos. Quando fortificado, devia ter tido duas ou três ordens de muralhas e, dentro, casas dos habitantes.

Depois destas escavações, a terra, que não foi toda explorada, voltou a fechar-se e assim se encontra, raza, sobre as suas velhas sepulturas de lajes, até que um dia outras picaretas venham buscar nos declives do morro o mais que ele guarde ainda no seu silêncio e neste abandono a que a melancólica ermida parece fazer sentinela.

De regresso à estrada, vê-se, logo adiante das Baralhas, panorama de pasmar. É o Vale de Cambra. Quase ignorado até há pouco, a sua beleza adquire, dia a dia, maior renome. Cercado de montanhas de formas extravagantes, não é fácil descortinar em Portugal outro mais grandioso e espectacular. Quase não tem planos. A vista desce para a imensa cavidade onde refulgem o Caima e o Vigues; erra entre os campos agricultados e, depois, encontra, lá longe, o contraforte das serranias, onde branquejam dispersas

aldeias, humildes casitas. A terra é verde e o céu é azul; é tudo verde e azul com raras pintas brancas do casaredo, que mais do que moradias dos homens parecem janelas da própria paisagem. Ao crepúsculo, porém, o grande vale sofre metamorfose, torna-se policromo — e as suas cores separam-se, aqui, muito nítidas, e dissolvem-se e confundem-se além, num encanto visual indescritível. Nas noites de luar, quando o grande balão de oiro surge na lomba das montanhas, o vale enche-se de magia, dum sortilégio que paira desde os píncaros às águas sussurrantes do Caima. De manhã, é o milagre. Todo os dias há um milagre de luz sobre a terra quando o sol nasce em Vale de Cambra.

O espectáculo majestoso pode ser contemplado da estrada, onde há um miradouro próprio. E pode sê-lo, também, da quinta da Bela Vista, proeminência onde um homem de bom gosto, o Snr. António Tavares da Fonseca, mandou edificar uma casa, cujas portas se abrem, gentilmente, aos forasteiros que desejem admirar dos seus terraços, erguidos em sítio eleito, este panorama excelso.

A estrada desce e entra em Pinheiro Manso, burgo asseado e muito branco, já com os seus ares de urba-

nismo e de modernidade. Estamos no mundo da manteiga, na região de lacticínios mais importante de Portugal. O leite vem quase todo das serras, como as águas que irrigam o vale e, transformado aqui corre o país inteiro. Um ramal avança para Castelões, velha freguesia, com algumas vetustas moradias e o seu cemitério e a sua igreja, postos em sítio airoso. Sugestão romântica, melancólica embora, não é porém a ideia de morte que nos sai, aqui, ao caminho e sim uma ideia de comunhão ilimitada e eterna com a natureza bela que nos cerca, com o sol que prateia as vinhas e os pinhais, os jardins e as vertentes dormindo em silêncio. Estamos já ao pé da serra que se levanta por detrás de Castelões, fechando o Vale de Cambra. E no seu pico ergue-se a Senhora da Saúde, ermida até há pouco, recentemente templo maior, acompanhado por um albergue. Para a festa que, lá em cima, se celebra todos os anos, começam a passar aqui, na madrugada de 14 de Agosto, verdadeiras multidões. Vem gente da beira-mar, a muitas léguas de lonjura, vem gente de todos os concelhos próximos, das montanhas vizinhas e das montanhas distantes — e até do Porto e Coimbra gente vem. Desde as regiões vareiras às regiões de

Arouca, não há estrada nem sinuoso atalho onde neste dia não se projecte a sombra dos romeiros a caminho da Senhora da Saúde. Empregam todos os veículos: a tartana remota, que se julga tirada de museu, a diligência de há tantos anos, carroças, tipóias, carros de bois engalanados, camionetas e automóveis. A maioria vai a pé e a pé nu — que a festa nasceu humilde como a capelita primitiva e é, sobretudo, para gente de pé descalço. Lá vão elas com os pés grandes sobre o pó dos caminhos, a saia nova a bater-lhes na barriga das pernas; sobre a blusa de côr, estreada agora também, os oiros do povo; nas orelhas as arrecadas e, sobre a cabeça, um cesto com o farnel. Ao lado vão eles. Como ganham mais dinheiro do que elas, compraram sapatos para este dia; levam cavaquinhos, harmónicas, violas e, desde madrugada alta, começam a cantar por todos os caminhos. Chegados à ermida, não entram, que já viram da primeira vez que ali vieram e a festa é mais pagã do que outra coisa. O píncaro está cheio de bandeirolas, de vendedores de quinquilharias coloridas, de frutas estivais, de chitas das mulheres; não há maior cromatismo em parte alguma, nem bulício maior. Eles e elas pousam o farnel debaixo do velho carvalho,



VALE DE CAMBRA — Vista geral, tirada do Miradouro das Baralhas

«...Vê-se, logo adiante das Baralhas, panorama de pasmar». — Ferreira de Castro

na vizinhança dum carro de bois com a pipa de vinho em riba, e logo desatam a bailar, não acompanhando a música da filarmónica de Cambra, e sim a dos milhares de instrumentos populares que os romeiros levam. Bailam, cantam, suam, e comem durante o dia inteiro. À noitinha, as chitas das raparigas, depois do sol e do suor, desbotaram levemente; mas elas e eles compram plumas tingidas e estampas policromas; colocam-nas no peito e no chapéu e, assim adornados, iniciam a descida da serra, sempre a cantar e a bailar, enquanto outros, dispendo de maiores ócios, gastam a noite

a fazer a mesma coisa no arraial. E cantando aqui, parando ali para o bailarico, fazem léguas e léguas, até que a voz do oceano, lá para as terras de Ovar, se sobreponha à voz deles e delas, ou o silêncio das montanhas arouquesas lhes lembre que chegaram a casa — às preocupações da vida, ao árduo trabalho pelo magro pão de cada dia.

Do «Guia de Portugal»

(1) Em 1896, Fevereiro.



Vista do Santuário da Senhora da Saúde

Ao Jornal «A VOZ DE CAMBRA» agradece a direcção da Revista «Aveiro e o seu Distrito» a colaboração prestada, quer no que respeita à autorização concedida para a transcrição de textos, quer pela cedência de gravuras.

Vale de Cambra

—COMÉRCIO, INDÚSTRIA, ARTES E OFÍCIOS

Por António Martins Ferreira

Nos princípios deste século, a sede do concelho era na freguesia de Macieira de Cambra. Porém a Gandra, (hoje sede do concelho de Vale de Cambra), era o centro de maior valia comercial e industrial. — Ayres Martins, na sua obra «Virgem de Codal», diz que a povoação de Gandra, no século X, era o local onde os mercadores da época se reuniam para fazerem suas transacções. Com a mudança dos Paços do concelho (1926), os seus habitantes, entusiasmados com o sucesso da mudança, começaram por criar novas actividades industriais, e o comércio também acelerou o desenvolvimento. Com a guerra de 1939 a 1945, a marcha das realizações afrouxou um pouco, mas quando a guerra findou, não só na nova sede do concelho como nas freguesias vizinhas, o progresso em todos os ramos de actividade ultrapassou o previsto. No ramo comercial, criaram-se estabelecimentos de toda a espécie de negócio, na indústria, a começar pelos lacticínios, a evolução foi espantosa.

Em 1942, a indústria de lacticínios já estava regulamentada pela Pecuária e subordinada a duas empresas, instaladas em edifícios modestos e com máquinas que lhes permitiam apenas extrair do leite manteiga e queijo. Actualmente, as suas instalações ocupam grandes edifícios e tem em laboração maquinaria que lhes proporciona aproveitar do leite todos os produtos que a sua génese oferece.

No campo da mecânica o incremento também foi extraordinário. Montaram-se fábricas e oficinas do mais variado labor. Principalmente no fabrico de equipamentos em aço inoxidável, embalagens em folha de flandres, serração de madeiras e caixotaria; portas, janelas e contraplacados; cunhos cortantes para ferro e aço; mesas e peças lapidadas para máquinas de costura, louças em alumínio, cromagem e niquelagem; tecidos, malhas, camisaria, tipografia e encadernação, etc., etc., são laborações que se mantêm em constante actividade e que, pela quantidade e qualidade dos seus produtos,

testemunham em todo o país o valor industrial do novo concelho de Vale de Cambra. As artes e ofícios, outrora pouco acentuadas, também alcançaram posição de destaque. As carpintarias, de simples banco de carpinteiro, serra de mão, enxó, plaina e pouco mais, passaram a mecanizadas e a fazer os mais artísticos móveis.



Pormenor da talha dourada no interior da Igreja de Codal

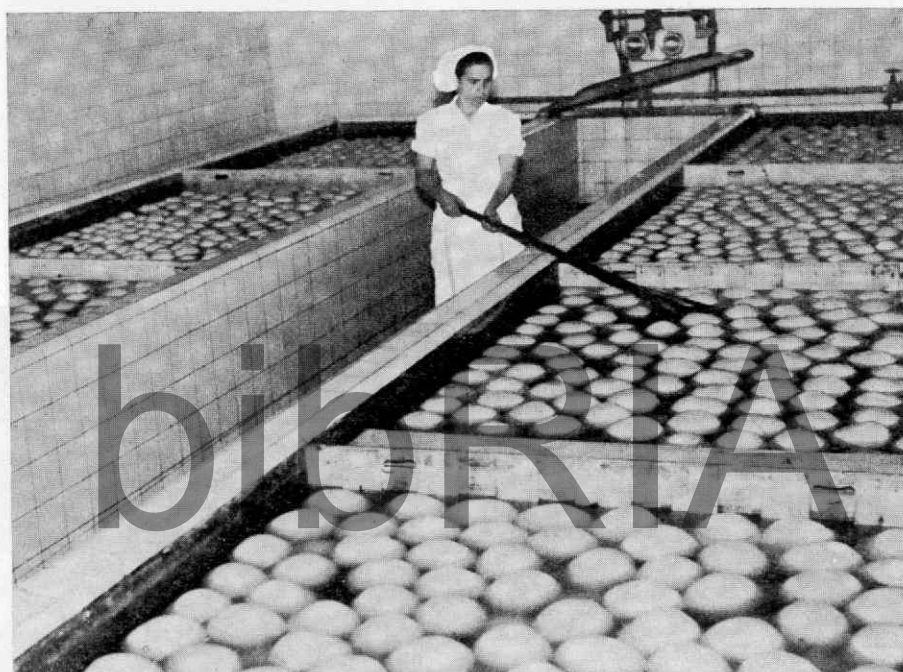
Criaram-se oficinas mecanizadas para reparações de automóveis e outros veículos de tracção mecânica.

A panificação, que andava espalhada pelo concelho em pequenas padarias, na maioria fez fusão, centralizou-se na vila em prédio que mandou construir, adaptou material moderno e actualmente são apenas três unidades que abastecem a população do concelho em pão de trigo e de milho; se bem que uma grande parte do povo, principalmente a classe dos lavradores, ainda coze a broa em casa.

Tão grande desenvolvimento fabril e comercial, proporcionou trabalho a muitos milhares de pessoas que, concomitantemente, melhoraram o nível de vida

Na freguesia de Castelões, há também, desde remotos tempos, um elevado número de pessoas que trabalham no fabrico e conserto de canastras. No artesanato laboram oficinas de alfaiate, sapateiro, tamanheiro, funileiro, etc., etc.

No lugar do Barbeito, talvez há 40 anos, ainda existia o fabrico de louça de barro preto; porém, com a morte do seu principal fabricante, («ti» Luís Pocareiro) natural da freguesia de Ossela, a laboração pouco tempo se conservou na mão dos seus herdeiros. Mais tarde, por volta de 1950, no lugar da Relva, freguesia de Vila Chã, foi montada uma nova fábrica de louça de barro mas, apesar da instalação ser moderna,



Indústrias do Vale de Castelões — Fábrica de Queijo

familiar, transformando a vida do concelho, que era à base da agricultura, num grande centro industrial do distrito de Aveiro.

MANUFACTURAS CASEIRAS

Em alguns lugares do concelho, desde tempos antigos, existem artes caseiras que, pelo pessoal que empregam e valor dos produtos manufacturados, representam valia industrial.

Na freguesia de Roge, por exemplo no lugar de Sandiães, a arte de fabricar foguetes é muito velha. Ali, poucas são as pessoas que não conhecem de pirotecnia, e os mestres, pelo fogo de artifício que fornecem para festas, dão provas de exímios fabricantes. Os fundadores da grande fábrica de fogos de artifício «ADRIANINOS», no Brasil, eram naturais de Sandiães.

poucos anos teve de vida e, o tempo que durou, fabricou louça artística. Depois, o técnico da louça, que era pessoa de fora, ainda tentou na vila o fabrico de imagens e bonecos de barro, mas, também, a laboração pouco tempo se manteve.

Na freguesia de Codal, desde tempos antigos até fins do século passado, existiu a indústria de chapalaria, e, no dizer do povo, foi transferida para S. João da Madeira quando começou a transitar o comboio entre o Porto e Lisboa, por ficar mais perto da grande via de comunicação. Há poucos anos ainda havia restos da casa onde laborou a indústria.

*

Em anos que ainda não vão longe, havia em diversos pontos do concelho uns maquinismos conhecidos

por engenhos do linho. Trabalhavam cerca de dois meses por ano accionados a água na margem dos rios e destinavam-se a desarestar a fibra do linho. Com o abandono da cultura do lináceo também desapareceram.

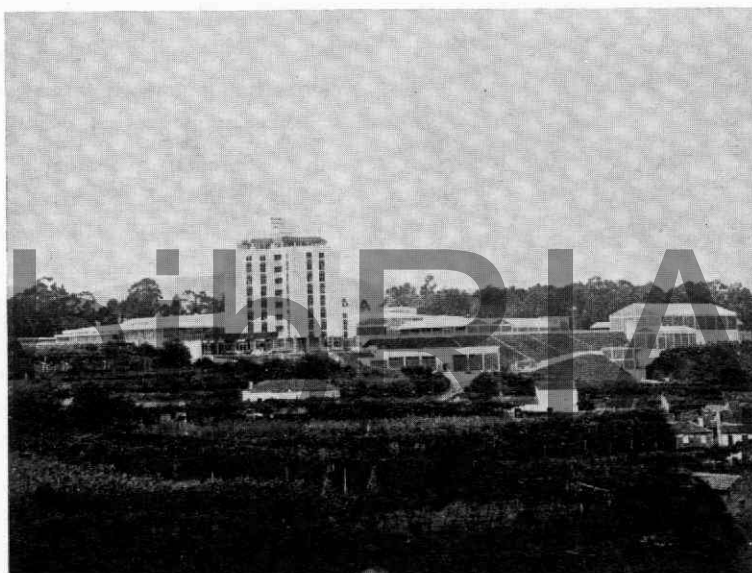
Uma laboração que ainda se mantém em pequena escala, são os velhos teares caseiros. Em outros tempos raro era o lugar onde não havia um ou dois teares para tecer as afamadas teias de linho. Havia mulheres que passavam o ano a tecer de conta própria ou para os vizinhos. Os lavradores mais abastados tinham teares em casa para tecer teias, mantas de lã, liteiros, serguilha e burel. Presentemente, algum tear que existe é de mulher pobre que faz do tecer profissão para angariar o pão de cada dia. O aparecimento dos modernos tecidos tiraram o valor das teias.

*

As teias de linho, eram o orgulho das boas donas de casa, por vezes destinadas às filhas que tinham para casar ou mesmo para ser vendida a fim de pagar uma dívida. Nesses tempos havia negociantes de feira em feira, de porta em porta, na compra de teias de linho, o que garantia à possuidora da teia mobilizar dinheiro com facilidade. O que por vezes contrariava a dona da casa era a teia não ter as varas que ela desejava. Tudo isto acabou em Vale de Cambra.

Nos princípios deste século, em Vale de Cambra, o burel e a serguilha ainda eram bastante usados no vestuário dos trabalhadores do campo. O burel mais próprio do homem, a serguilha da mulher.

Actualmente raríssimo é ver-se pessoa com tal indumentária.



A moderníssima unidade de abate da «Unigris» e parte do seu complexo industrial. Ramalhe — Macieira de Cambra

O Cruzeiro de Roge—Monumento Nacional

Por A. T. Coutinho

○ Cruzeiro de Roge, considerado monumento nacional pelo Decreto n.º 37366 de 5 de Abril de 1949, é uma importante peça granítica do séc. XVII, alto, equilibrado, coluna bem lavrada e assente em quatro esculturas, tendo no cimo a Cruz dos Pereiras.

Derrubado pelo temporal ciclónico de 13 de Dezembro de 1945, permaneceu bastante tempo esquecido, ameaçando uma perda quase total. O gradeamento que o circundava servia às mulheres das redondezas para

nele pendurarem roupa a secar. Algumas hastes de ferro foram utilizadas pelos habitantes locais e, se não fora o sentido histórico do Rev. Padre Joaquim de Oliveira Maurício, então pároco de Roge, talvez as pedras caídas no chão tivessem desaparecido...

A sensibilidade artística do Arquitecto Baltazar de Castro permitiu que aquela reconstrução se fizesse imediatamente a expensas da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o que se verificou em 1947, com grande regozijo do povo de Roge que, pela voz do Reitor do Seminário Apostólico de Macieira de Cambra, Padre Moreira Neto, soube então testemunhar, a quem de direito, o seu reconhecimento.

Um facto digno de nota cabe aqui também relatar e que muito impressionou aquele distinto arquitecto.

A coluna central do Cruzeiro, na sua queda, por motivo do temporal, partiu-se, não sendo possível aproveitar os bocados que dela restavam.

Meditava o ilustre funcionário na solução de tão difícil problema, considerando não ser fácil encontrar quem fielmente reproduzisse aquela obra.

Então, um humilde canteiro de Roge, o Sr. Aníbal Brandão, propôs-se, auxiliado por seu pai, também de Roge e pelo Sr. Manuel de Pinho, de Macieira de Cambra, fazer a reprodução fiel das partes destruídas.

Foi com certo cepticismo que o arquitecto responsável pelo restauro ouviu esta afirmação. Porém, o Sr. Aníbal Brandão, perante a admiração geral, reproduziu directa e fielmente o precioso lavrado granítico do Cruzeiro de Roge.

FONTES

- Arquivo Coimbrão, Volumes XXI-XXII, Tomo I, Pág. 59 e 60
- Actas e Notícias do X Congresso Beirão — comunicação apresentada pelo Sr. Dr. Dulcídio Alegria.
- Guia de Portugal 3.º volume.
- Testemunho oral do Rev. Padre Joaquim de Oliveira Maurício.



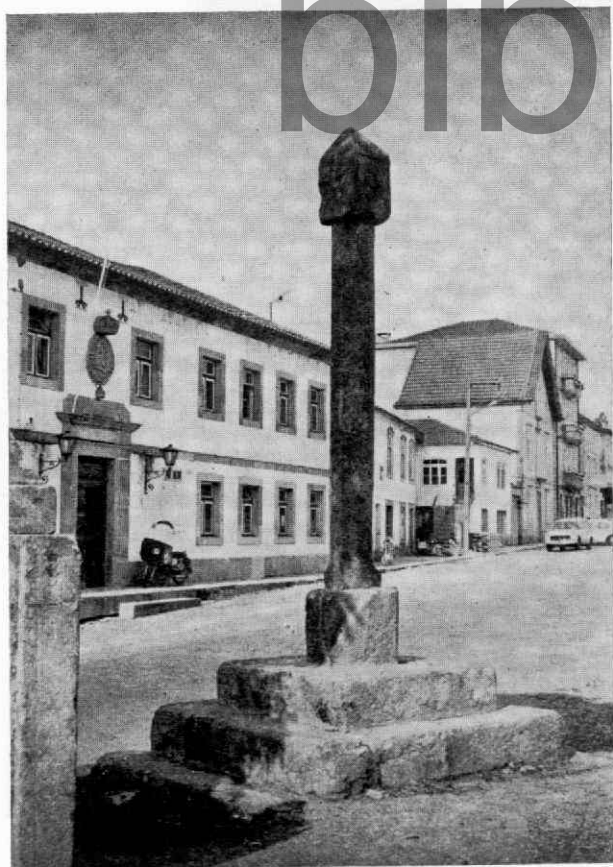
A Igreja de Roge e seu Cruzeiro setecentista, considerado Monumento Nacional.

Velha Macieira de Cambra, sempre jovem

Por Ferreira de Castro

Quem de automóvel ou camioneta se detenha, um dia, na velha praça de Macieira de Cambra e por ela avalie da linda terra da saúde, tecerá errado juízo. Macieira de Cambra é como essas vetustas mansões de fachada medíocre, que possuem um parque esplendoroso nas traseiras. Um parque sem portão heráldico, um deslumbrante álbum de paisagens sem frontespício.

É preciso irradiar da antiga praça, é preciso deambular por estradas e caminhos, para se surpreender a



MACIEIRA DE CAMBRA
Antiga Câmara e Pelourinho



A Frecha da Mizarela

inefável beleza, ora discreta, ora imponente, desta sortilêga região.

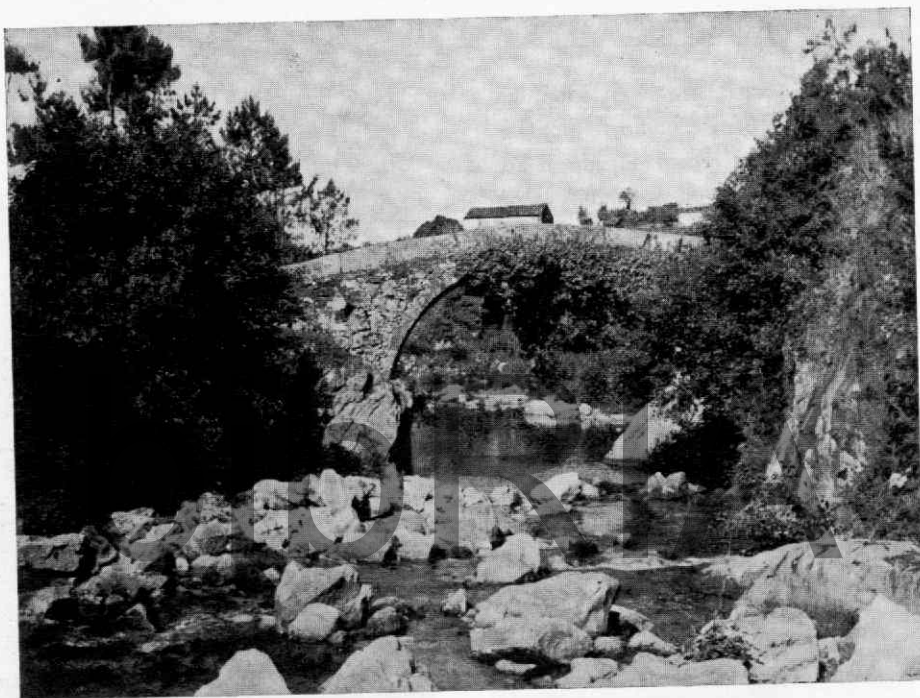
O adro oferece a primeira gentileza aos olhos. Lombas e vales, colinas e regaços abrem-se perante nós, tudo verde e azul de manhã, todas as cores do arco-íris às horas crepusculares.

Depois, é a estrada de Roge. A princípio, entre pequenas, modestas quintas, logo entre pinheiros e carvalhos, por fim ladeando, a meio da encosta, o vale do Caima. O vale é o troféu da estrada, sinuoso com as suas caprichosas saliências e seus desvãos, seus verdes pendores, suas brancas casitas dispersas, seus soberbos contrafortes montanhosos, os olhos deslumbrados jamais se fatigam de vagar do todo para os pormenores, para os milhentos pormenores de beleza que o seu colo acidentado nos brinda. E se porventura uma esfarrapada névoa veio de longe, do mar vareiro, pairar ali, tem-se a ilusão — inesquecível ilusão! — de que o vale do

sideral. E por isso, numa noite constelada, a crismamos de «Varanda do Céu». Dir-se-á que podemos falar com as estrelas, que podemos, se estendermos os braços, colher a mãos cheias as jóias celestes, estes frutos de luz e de oiro que estão longe e são tão grandes e parecem estar pertinho e serem pequeninos.

Em ROGE, à obra lírica da Natureza ligam-se as obras de arte do Homem — o cruzeiro garboso e célebre, a igreja de fachada esculturada, num adro que é outro terraço sobre o romântico Vale do Caima.

O rio murmura perto dali. E seja nas suas margens, seja nas dos ribeiros seus afluentes, relvados e edénicos



Ponte Romana do Castelo

Caima é um dos faniásticos palácios onde a Quimera dá recepções.

A estrada de onde se abrange a maravilha, nada tem, em si própria, de extraordinário, nada das estradas famosas. E, contudo, quando um dia sentirmos aproximar-se a nossa morte, esta velha estrada há-de incluir-se entre aquelas outras que nos darão pena, muita pena, de não podermos voltar a trilhá-las. Ela possui um encanto geórgico, uma doçura campestre inexprimível, que se mantém sempre, sempre, através das sucessivas paisagens que nos vai revelando.

Aqui, antes de descer para ROGE, ela forma como que uma sacada sobre o vale. Mas já não é o vale que ela parece querer ofertar-nos e sim o próprio mundo

recantos se abrem ao nosso passo sob as frondes de amieiros e de outras árvores que se foram avizinhandos da água, para no seu espelho azul se mirarem garridamente. O rio murmura, o rio canta também uma canção suavíssima, que parece vir da noite de todos os séculos para as auroras de todos os dias. Da outra banda, as montanhas vão subindo, em sua majestade, para o céu, verdes até meia encosta, pardas na sua imponência dali para cima, dali até à Frecha da Mizarela, esboçada na lonjura, até as lombas mais altaneiras, onde lares humanos substituíram os lares das águias. E de lá se vê o mar para um sonho errante e se vê a terra numa infinda multiplicidade de aspectos — a vida numa infinda multiplicidade de sensações.

Comendador Luís Bernardo de Almeida

Por Augusto Carlos Aguiar

Natural do lugar de Paredes, da freguesia de Macieira de Cambra, abalou de tenra idade para além Atlântico na companhia de sua mãe, D. Josefa, e de seu primo António de Almeida Pinho, fixando-se em terras de Vera Cruz.

Dada a sua adolescência, não devia imaginar projectos nem ter em mente ir abanar a árvore das patacas e regressar com a sacola recheada para aferrolhar. Não! Longe da terra natal, procurou vincar uma posição digna e altiva, para ser útil ao seu semelhante, pois através de misérias que notou, por sentimento, procurou atenuá-las na sua terra. Assim, com vontade férrea lançou-se na vida em colaboração com seu primo Almeida Pinho, montando uma indústria de serralharia e de fundição, no que foi bem sucedido a ponto de ambos receberem do governo Brasileiro, como mérito, a Ordem da Comenda, galardão somente concedido a pessoas que incrementam o desenvolvimento daquele país.

Para desenvolvimento da sua indústria efectuou várias digressões por alguns continentes, conhecendo e talvez se apaixonando, na Áustria, por Dona Ana Horbat de Almeida, com quem casou em primeiras núpcias.

Demonstrando não ser egoísta, associou na firma que fundou na Rua dos Arcos—Rio de Janeiro, seus sobrinhos Aníbal Soares Abrantes e Delfim de Almeida Pinho, hoje proprietários e gerentes daquele estabelecimento fabril que funciona com a designação de «Fábrica Progresso».

Também estes últimos, naturais de Macieira de Cambra, sempre deram provas de carinho pela sua terra, pois nunca regatearam franco auxílio a todas as iniciativas de melhoramentos locais. A eles se deve a construção do jardim desta vila, que hoje ostentamos em pleno coração, com orgulho e como sala de visitas.

Depois de Luiz Bernardo estar longos anos no Rio de Janeiro, visitou a terra amada que lhe serviu

de berço e verificou, com mágoa, que a escola onde aprendeu as primeiras letras não tinha condições higiénicas e pedagógicas.

Daí, o início da sua fantástica obra de benemerência que daria jus a uma estátua em Macieira de Cam-



Comendador Luís Bernardo de Almeida

bra como testemunho do apreço que seria devido à sua memória e que serviria para perpetuar o seu nome.

Descrever a sua extensa obra filantrópica e profiláctica é difícil, mas, dentro do possível, vamos citar alguns melhoramentos de mais realce. Assim:

1—Mandou construir a **escola de Macieira de Cambra**, que no ano de 1913 ofereceu ao Estado. Este edifício tem amplas instalações, residência para um professor, cantina, recintos para recreio, balneários e era dotado de água corrente. Era considerado um dos melhores do país, naquela época.

2—Mandou ampliar o **cemitério de Macieira de Cambra**, sendo esse melhoramento efectuado numa altura em que o mesmo já não tinha espaço para albergar os mortos e a Junta de Freguesia não podia arcar com a despesa da necessária ampliação.

3—Mandou construir a **estrada que liga a vila de Macieira de Cambra ao lugar da Pena—Algeriz**, tornando mais fácil o acesso ao concelho de Arouca e Castelo de Paiva.

4—Mandou construir um troço de **estrada** que vai da **ponte da Gandra a S. João da Madeira**.

5—Mandou construir **uma rua na sede do concelho**.

6—Dotou a **escola primária de Vale de Cambra**, com carteiras escolares.

7—Financiou, por empréstimo à Junta Autónoma das Estradas, sem juros, a abertura e empedramento de 25 quilómetros de **estrada, entre Cepelos e o Rio Teixeira**, que nos ligou ao distrito de Viseu.

8—Subsidiou a **Banda de Música de Macieira de Cambra**, desde 1919, sem cujo auxílio muitas centenas de pessoas não teriam cultivado esta arte.

9—**Fundou**, quando todo o concelho estava privado de meios de comunicação, a **Empresa de Transportes Progresso** (transportes colectivos) proporcionando o desenvolvimento da terra sob o aspecto industrial, comercial e turístico.

10—**Forneceu**, durante largos anos e gratuitamente, **medicamentos aos pobres** mais necessitados da freguesia, poupando-os a doenças graves que não teriam possibilidades de enfrentar por falta de recursos.

11—Durante alguns anos estabeleceu **mensalidades em dinheiro para muitos pobres** da freguesia, minorando a esta classe de desprotegidos da sorte situações angustiosas.

12—**Mandou construir dezenas de edifícios** por

tudo o concelho, de que resultou o embelezamento da terra, impedindo o desemprego de muitos trabalhadores quando a crise de trabalho se apresentava com sintomas graves. E com isso lucrou também o comércio que vendia materiais de construção, ferragens e drogas.

13—Fez o **primitivo abastecimento de água à sede do concelho** (não ao domicílio) mas através de um fontenário que mandou instalar na feira do gado, hoje conhecida pela feira de fruta.

14—De igual modo, **mandou construir um fontenário em Macieira de Cambra**, o qual, embora actualmente não sirva para satisfazer as necessidades do povo, por falta de água, não deixou de atender durante largos anos às mais imperiosas necessidades dos seus habitantes.

15—Procurou em tempos, com a criação de uma **escola nocturna** para menores e adultos, no lugar de **Macieira-a-Velha**, atenuar o elevado grau de analfabetismo que entre nós existia.

16—Gratuitamente fornecia **material didáctico e batas** aos alunos da escola que mandou construir. E, para melhor analisar a que ponto chegavam os seus dotes de benemerência, mandou tirar, pela admiração que lhe mereciam as belezas da sua terra, alguns milhares de postais ilustrados que distribuiu gratuitamente pelos estabelecimentos para serem vendidos a um centavo, revertendo o produto a favor dos indigentes.

Para completar a sua gigantesca obra, legou por disposição testamentária a sua fortuna de milhares de contos para a fundação do «Asilo Luiz Bernardo de Almeida», que hoje funciona na Cruz de S. Domingos, sob a competente orientação do dr. António Henriques de Almeida.

É de lamentar que no decorrer do segundo matrimónio, vergado ao peso dos anos, cansado, sofrendo física e mentalmente, não tivesse forças para reagir a pressões que lhe eram impostas pela esposa e seus servidores, uns como conselheiros e outros como lacaios. Daí a amputação que sofreu o Asilo nos bens legados com a perda das Quintas do Cadaval, da Mamoa, de Cancêlo, etc., que reverteriam a seu favor e lhe permitiam prestar melhor assistência.

Vale de Cambra — entroncamento rodoviário, fulcro turístico a dealbar

Por João de Sá

Neste país de humanizadas montanhas, de ubérrimos vales, de doces planícies, neste país que, segundo o ilustre Oliveira Martins, é monumental anfiteatro voltado ao mar, do distrito de Aveiro, mostrando exactamente as mesmas características e até a mesmíssima configuração, apresenta-se desde logo como que vera síntese de Portugal.

Realmente, se atentarmos bem, com olhos de ver, nada falta da Costa Verde ao Buçaco, das dunas gafanhenses às escarpas do Douro no torrão de Paiva, do que existe desde o Minho e Trás-os-Montes ao meridional Algarve das noivas amendoeiras...

Serras amáveis, montanhas adustas, praias tentadoras, estâncias de cura e de repouso, tabuleiros de luxuriante vegetação, florestas, salinas com os seus montes de «neve salgada», rios coleantes, vinhedos, pomares, extensas toalhas de água, instalações fabris, monu-

mentos, recantos edénicos, vastas paisagens e essas flores que são sempre, estiradas na «carpete» campestre, as cidades, vilas e aldeias...

Todavia, e dado emergirem dum semelhante conjunto, dum tal paraíso, há ainda a considerar as obras-primas, tudo quanto transcende a própria formosura, possui invulgaridade, é susceptível de encantar os turistas mais exigentes. Ora, sem sombra de dúvida, o vale de Cambra, quer seja surpreendido das Baralhas, da Senhora da Saúde ou da estrada que corre para S. Pedro do Sul, imbuí-se de magia estranha, de poder sortilégio...

Há quem compare este pedaço de terra eleita a um recanto suíço. Nós, portugueses, somos decididamente atreitos à sina de estabelecer confrontos inúteis... Olhando, por exemplo, do aludido sítio das Baralhas, o panorama é excelso. E este adjectivo, duma suprema



Serra da Freita — Pastoreando o rebanho

sugestão, está longe de ser nosso, pertence a Ferreira de Castro, glorioso filho da vizinha Ossela, escritor que deu a volta ao Mundo, romancista traduzido em todas as línguas cultas do Globo...

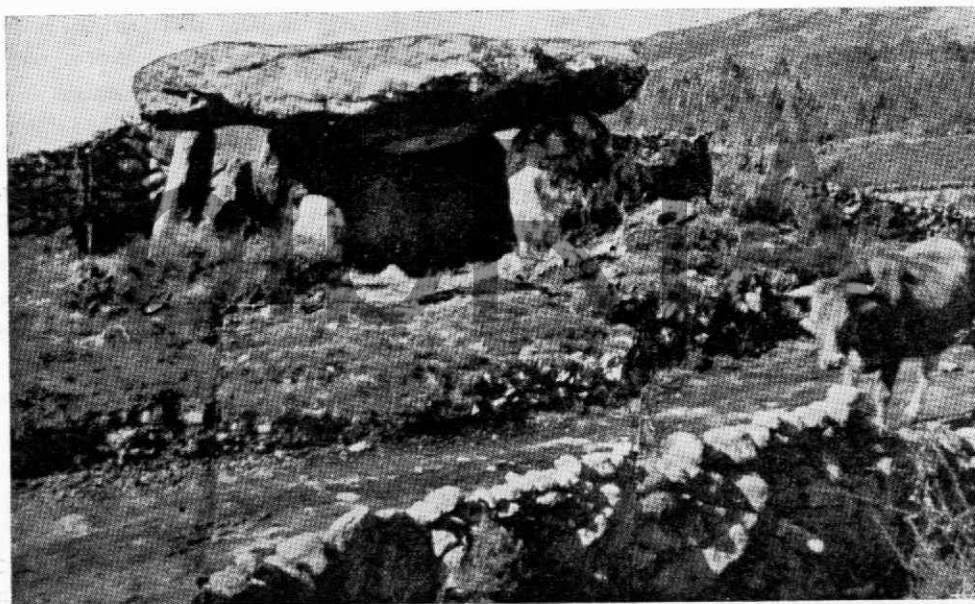
Também a actual sede do concelho não cessa de aperaltar-se e de se engrandecer. Se as suas indústrias de lacticínios, de folha de flandres e de serração de madeiras, braço-dado com uma agricultura que oferece vinhos verdes gratíssimos ao paladar, lhe dão o sustento, a vila tem noção do que valerá, turisticamente, num futuro próximo. Daí, possuir ânsia de aformoseamento, nó como é de rodovias que levam à vetusta, histórica e castiça Arouca, às termas célebres de S. Pedro do Sul, à progressiva urbe industrial de S. João da Madeira, a Oliveira de Azeméis, graciosa e vidreira, a Sever do Vouga, recolhida e sossegada...

Indispensável entroncamento de comunicações, repetimos, para os quatro pontos cardeais (quando será construída a ligação com Pinheiro da Bemposta?), é

capaz, só por si, esta velha «terra de Cambra», de fixar durante horas esquecidas, largos dias, as almas ávidas de paisagens com alma... Independentemente disso, afigura-se-nos talhada para constituir amanhã já um fulcro de viagens turísticas às preciosidades de toda a espécie que a cercam. A sua localização, efectivamente, é admirável.

Numas linhas que, antes de exaltadoras são de trivial justiça, não ficaria bem, por certo, olvidar Macieira, relíquia de antanho, afável, hospitaleira, credora de vivas simpatias, dos maiores respeitos e atenções. Isto, contudo não passará de pormenor. O que importa, nesta crónica, é proclamar **urbi et orbi** a beleza singular, inefável da região.

Cheias de tradições, de lendas, de história, as terras cambrenses parecem talhadas para um futuro esplendente. O turismo, pelo menos, já começou a des-cortiná-las.



Os dólmens, pré-históricos monumentos sepulcrais ainda se vêem nas serras vizinhas

Vultos operários - vultos cambrenses

LUÍS SOARES

Por César Nogueira

Até aqui, só temos citado nomes de vultos operários falecidos, que prestaram ao movimento associativo bons serviços e desinteressados.

Hoje, porém, vamos abrir uma excepção e será a única, pois se trata de um veterano das lides associativas, um homem que há mais de setenta e cinco anos consagrou e consagra ainda, a sua vida, o seu pensamento aos princípios que abraçou, quando era novo, quando tinha uns moços vinte anos.

Esse veterano, esse homem é Luís Soares, que nasceu em 29 de Março de 1858⁽¹⁾. Conta portanto, presentemente, a propecta idade de 95 anos.⁽²⁾

É uma relíquia que vem do tempo da Associação Fraternidade Operária (1872).⁽³⁾ Ali adquiriu as suas inspirações, ali formou o seu espírito associativo. Depois ingressou na Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa, na secção do norte (Porto)⁽⁴⁾ e é com saudade que ele recorda esse tempo, conforme escreveu numa carta, em 1948, da qual respigamos este sugestivo trecho:

«— Eu estou velho e fisicamente impossibilitado de trabalhar em prol da causa que abracei ainda bem novo. Mas tenho saudades não só dos tempos das lutas passadas como dos meus antigos companheiros nessas lutas.

Quando na antiga Associação dos Trabalhadores, no Porto, no largo das Fontainhas, n.º 50, organizou-se o parlamento operário... e festejou-se o 18 de Março, no qual tomaram parte tantos velhos elementos já desaparecidos e lembra-me bem de todos eles e com grandes saudades, e todos nesse tempo tinham a coragem de resistir contra os insultos de que eram vítimas.»

Este trecho reflecte bem os sentimentos de Luís Soares. Tinha, então, quando o escreveu, já 90 anos, isto é: conservar a mesma ideia e o mesmo sentimento no seu espírito.

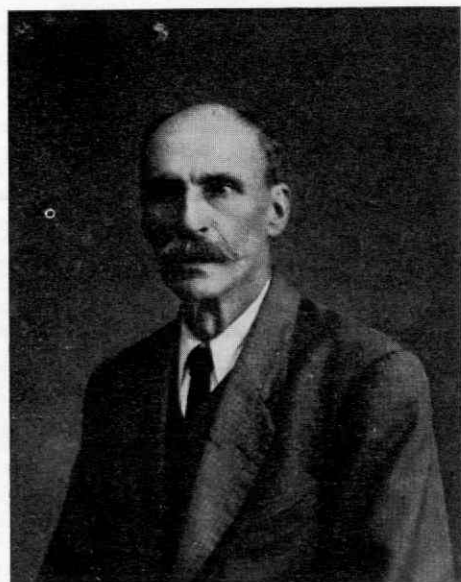
E nesse mesmo ano, a propósito do 31 de Janeiro,⁽⁵⁾ em outra carta diz-nos das apreensões que

teve quando se produziu esse movimento o que, na realidade, se confirmou.

Escreveu ele:

«— ...trouxe-me à recordação, já muito distante, de um bom amigo em casa de quem trabalhava, Joseph Delerne, fabricante de pianos. Este meu amigo, no dia da Revolução de 31 de Janeiro, às seis horas da manhã, mandou-me chamar, pois que tinha rebentado a República. Eu morava no largo da Póvoa e quando cheguei à Rua do Paraíso ouvi um alarido enorme, vivas e morras no Largo da Lapa. Passou por mim toda a força da Guarda Municipal do quartel de S. Brás, muito silenciosa, em direcção à Rua do Bonjardim. Fez-me pensar aquele contraste de tanto entusiasmo ali tão perto e tanto silêncio da Guarda.

Ao passar o Largo da Lapa o entusiasmo era enorme e em frente do quartel do 18, vejo o esqua-



LUÍS SOARES

drão de cavalaria formado e muito sossegado, o que foi novo motivo para mim impressionante.

Cheguei a casa do meu bom amigo e mestre e contei-lhe as minhas impressões, mas ele que já não era novo, estava cheio de entusiasmo. Fomos para o Largo da Lapa e aqui queriam abrir o portão do quartel, mas não conseguiram. Clareou o dia e eu abei-rei-me do Dr. Alves da Veiga e disse-lhe das minhas impressões. Respondeu-me de mau humor, o que estranhei, pois ele era sempre muito delicado.

Descendo a Rua do Almada, romperam em marcha as três bandas regimentais, entoando a «Portuguesa», provocando grande entusiasmo, mas não me saía da cabeça a diferença de proceder que tínhamos observado.

Viterbo de Campos⁽⁶⁾ e muitos outros companheiros e eu fomos os primeiros que entrámos na Câmara. Alguns Republicanos já tinham receio que os socialistas quisessem tomar partido do movimento. Andavam alarmados, mas sem razão para tal.

E noutro passo diz:

«...a polícia do Porto, para introduzir a desconfiança entre os socialistas e os republicanos, estabeleceu uma esquadra mesmo defronte da Associação dos Trabalhadores, que era uma casa de um andar e tinha nos baixos a oficina da cooperativa dos operários tecelões, que vieram da Fraternidade Operária. E, em parte conseguiu-o pois que foi a partir dessa data que se produziram as dissidências associativas⁽⁷⁾ e os mal-entendidos com o Partido Republicano.»

Mas Luís Soares, sempre fixe, sempre pronto nas lides associativas, marcou no Porto o seu lugar.

Não era um jornalista, não era um escritor, nem era um orador. Mas a sua palavra era a de um sincero, a de um crente, a de um convicto, como o prova a sua firmeza de carácter ainda presente no seu espírito, o que muito contradiz com certos pusilânimes que temos encontrado pela vida fora. Não voltou a casaca.

Exerceu no partido operário, desde 1885, vários cargos de destaque, fazendo parte dos seus corpos directivos no norte e participado em numerosos Congressos nas suas diferentes modalidades sociais.⁽⁸⁾

Foi proposto candidato a deputado pelo Porto e por Gaia, em várias eleições, sendo a primeira vez em 1889 (Porto) em que obteve 165 votos, o que, para a época, já era alguma coisa e, em 1890, pelo círculo de Gaia, alcançando «mais de quinhentos votos» e «quanto aos que lhe não contaram, não seriam menos de outros tantos», conforme relata «O Protesto Operário» n.º 417-1890, o que significa que a obra das tropelias eleitorais é de todos os tempos.⁽⁹⁾

O seu nome honrado, a sua inalterável fé nos princípios, conquistaram-lhe a simpatia de todos os elementos associativos e democratas.

Ainda em 1950 ele escrevia-nos, e já com 92 anos:

«Desde muito novo comecei a sentir o peso da constituição da sociedade. Por isso, quando me apareceram as nobres ideias do seu aperfeiçoamento, abracei-as com entusiasmo e amor.

Prestes a findar a minha passagem por este vale de lágrimas, levo no meu coração todas as simpatias e admiração por aqueles que não fraquejam na luta constante contra todas as dificuldades que lhes aparecem na sua santa missão».

Tem razão. Agora só vivemos de saudades daqueles que têm caído pelo áspero caminho da vida, daqueles que foram nossos amigos e nossos companheiros nas jornadas associativas.

É a fatal lei da vida!

Mas felizmente, Luís Soares está vivo, na aldeia da Insua de Carregosa (Oliveira de Azeméis), e é, repetimos, um veterano da passada era associativa; é uma relíquia de 1872, do tempo de José Fontana e Antero de Quental, que, apesar dos seus 95 anos, se mantém firme nos seus princípios democráticos, como um bom rochedo e crente no ideal que abraçou aos 20 anos, isto é, há setenta e cinco anos, e, por isso, o seu nome honra a galeria de «VULTOS OPERÁRIOS», como sendo um homem de carácter (hoje coisa tão escassa!) e um fiel paladino do bem-estar da Humanidade.

OBS.: — Joseph Delerme era um emigrado francês da revolução de 1840, que viveu e morreu no Porto. Pertenceu à Associação dos Trabalhadores, na sua secção nortenha.

NOTAS

- (1) — Em Rôge, Vale de Cambra, filho de pai incógnito e de Joana — segundo o seu bilhete de identidade.
- (2) — Luís Soares faleceu no lugar da Insua, Oliveira de Azeméis, no dia 2 de Outubro do ano de 1955, portanto, com 97 anos de idade.
- (3) — «Por esse tempo (1872) fundou-se a Fraternidade Operária, sociedade que tinha por fim a propaganda socialista, inspirando-se e recebendo instruções da Internacional... A sua organização era secreta... abrangia os operários de Lisboa e Porto e vilas circunvizinhas das duas cidades, e tendo logo no primeiro ano da sua instalação uns vinte mil sócios.» — do «Movimento Operário em Portugal» de Campos Lima.
- (4) — «Resultou da fusão das seguintes associações: de Trabalho Nacional, fundada em 1871, de Fraternidade Operária, Fraternidade Agrícola, Fraternal dos Trabalhadores, Associação de todas as classes trabalhadoras, Fraternal Barcelense e Fraternidade Operária do Porto, fundadas em 1872.
O fim da Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa era a regularização do tempo e condições do trabalho, o salário, as relações com os possuidores dos instrumentos de produção. Além disso deveria instituir escolas e bibliotecas, desenvolver a cooperação e o crédito. A organização do trabalho deveria fundar-se na solidariedade social.» — do «Movimento Operário em Portugal», de Campos Lima

- (5) — Ruy Luís Gomes, no seu livro «Problemas de Investição e História», afirma nas páginas 132, 133 e 134: «Nessas acções de massas destacam-se dois elementos que, além disso, também estão ligados às movimentações do Ultimatum — 31 de Janeiro.

Um deles é Viterbo de Campos, natural da freguesia da Vitória, da cidade do Porto, marceneiro... Outro destacado militante foi Luís Soares, serralleiro, natural de Vale de Cambra, distrito de Aveiro, e que exerceu vários cargos desde 1885. «... Nas proximidades do Ultimatum — 31 de Janeiro, o Porto era, pois, um centro industrial com um proletariado vivendo em baixíssimas condições económicas, mas com dirigentes da categoria de Viterbo de Campos e Luís Soares...»

Mais adiante, páginas 155 e 156, transcreve de Basílio Teles o seguinte: «Quem prepondera, quem se mostra no primeiro plano, quem se exhibe em relevo poderoso, são os paisanos desconhecidos que investem com a porta do quartel de infantaria 18, e os sargentos e soldados anónimos que, horas depois, na rua de Santo António e na câmara replicam ao fogo da Guarda Municipal». Depois diz: «E, para que a Revolução triunfasse, faltou apenas a unidade das forças democráticas e das forças operárias.

É certo que Basílio Teles ainda tentou essa unidade, entrando em contacto com o prestigioso militante operário Luís Soares que, de resto, acompanhara as forças revolucionárias desde a concentração no Campo de Santo Ovídio (hoje Praça da República). Mas esse diálogo foi já na fase final da revolução, quando os combatentes estavam entrincheirados no edifício da Câmara (Praça da Liberdade) e prestes a serem bombardeados pela artilharia fiel ao governo.»

Por sua vez, Basílio Teles, no seu livro «Do Ultimatum ao 31 de Janeiro» à página 301, diz: «Depois, a cooperação dos operários, infelizmente recolhidos em suas casas — explicava-se — por haverem as fábricas suspenso a labutação, em consequência das ocorrências da manhã. Por fortuna, o acaso depara um chefe socialista, Luís Soares, a quem se mostra a urgência de convocar os companheiros, e se expõe, nas suas linhas principais, o plano concebido rapidamente minutos antes. Este operário corajoso e simpático põe-se imediatamente à disposição dos republicanos (circunstância essencial, que Pinheiro Chagas não mencionou num seu artigo, relativo ao incidente, publicado dias depois); mas observou, e com razão, que seria empresa difícil reunir, antes da noite, os homens importantes do partido socialista, e muito menos os milhares de operários, que a execução do plano pressupunha. «— Os chefes do movimento — dizia — revelaram em tudo a mais extraordinária imprevidência. Presumindo demasiado do valor das forças militares, tinham-se alienado, se não as simpatias, o concurso activo das classes populares, — que não devia ter sido desprezado» — concluiu, em tom de censura. Não obstante, lembrava que se consultasse um industrial estrangeiro experiente, que indicaria a tática a seguir naquela fase desesperada da revolta. Esta conversa tinha lugar ao ar livre na Rua da Fábrica...»

- (6) — Viterbo de Campos foi o mentor do movimento associativo e político no Porto e director do jornal «O LAR SOCIALISTA».

Do livro da Cooperativa do Povo Portuense à memória de VITERBO DE CAMPOS, à página 35 pode ler-se: «Vamos, senhoras e senhores, dar por concluída esta nossa tarefa, mas não podemos perder este ensejo sem tornar bem conhecidas as magníficas frases com que o nosso antigo e querido companheiro Luís Soares encerrou o seu discurso pronunciado junto da sepultura de Francisco Viterbo de Campos.

Elas são, a nosso ver, de uma oportunidade flagrante e de um alcance social eloquente. Ei-las:

... «Mas não fiquemos pelas lágrimas sinceras que aqui vimos derramar; há muito que fazer. A obra de Viterbo tem de ser continuada.

Se há coragem para isso, metamos mãos à obra.»

E tenho dito.»

- (7) — «No Porto ainda se procurou entravar estes dissídios. Entre o Centro Operário de Propaganda Socialista e a Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa entabularam-se negociações para um acordo, sendo escolhida uma comissão com elementos de ambos os campos para tratar do assunto, a qual ficou composta por Ferreira Lisboa, Fernandes de Oliveira, Moreira da Silva e Santos Silva, pela Associação dos Trabalhadores, e Luís Soares, Manuel José da Silva, Macedo de Andrade e Fernandes Pinto, pelo Centro Operário de Propaganda Socialista...

Estes componentes ficaram constituindo a Junta Federal do Norte do Partido Operário Socialista.

Esta junta nada adiantou na questão da dissidência, pois, enquanto os elementos do Centro Operário de Propaganda Socialista defendiam a fusão das duas correntes socialistas, os aderentes da Associação dos Trabalhadores só aceitavam a coligação...» — NOTAS PARA A HISTÓRIA DO SOCIALISMO EM PORTUGAL (1871-1910) de César Nogueira, páginas 205 e 206.

- (8) — Neste mesmo livro à página 162 e 163: «A questão das licenças para trabalhar foi, em 1887, a origem do revigoramento da organização do movimento operário nacional... No Norte, a comissão eleita na Associação dos Trabalhadores (Porto) era assim constituída: Silvestre Pinto Caldeira, Eduardo de Carvalho, António Teixeira de Carvalho, Lourenço Gomes, Luís Soares, Francisco Viterbo de Campos e António da Rocha Coelho.»

Do Almanaque socialista PENSAMENTO (Revista Internacional), no Volume II, n.º 34: «Segundo o Regulamento Geral do Partido Operário Socialista, aprovado na Conferência de 1882, art.º 2.º, subdividia-se o Partido em três federações distritais — a do norte, capital Porto; a do centro, capital Coimbra; a do sul, capital Lisboa». Cada Conselho Federal era «composto de sete membros, eleitos por sufrágio dos respectivos federados». Destes Conselhos só funcionaram o do sul e o do norte, o do centro só se organizou em 1885 unicamente. Damos a seguir a nota dos membros dos Conselhos Federais, que dirigiram o socialismo português, desde a I Conferência Nacional Socialista, em 1882 (Lisboa), até à II Conferência Nacional Socialista, em 1895 (Tomar), que, contra nossa vontade, não é completa e talvez susceptível de rectificação em virtude da falta de documentação e também por nos últimos anos as eleições dos cargos federais não correrem normalmente, em virtude dos desacordos na vida da organização socialista: — 1884, Conselho Federal do Sul: José Augusto Guedes Quinhones, J. A. Pinto, Francisco Viterbo de Campos, Eudócio César de Azevedo Gneco, Manuel Luiz de Figueiredo, Domingos Henriques Nunes da Silva, António Joaquim da Conceição Pires. Conselho Federal do Norte: Heliodoro Augusto Salgado, Luís Soares, Joaquim José Tavares, José Maria Pina, José da Silva Lino, Francisco Guilherme, Alecrim, Eduardo da Cunha e Carvalho, 1885, Idem, sul... Idem, norte: Eduardo de Carvalho e Cunha, Lourenço Gomes, Luís Soares, Silvestre Pinto Caldeira, Francisco Viterbo de Campos, José Maria Pina, 1886, Idem, sul... Idem, norte: Silvestre Pinto Caldeira, Lourenço Gomes, Ricardo D. Pôças, Eduardo Carvalho e Cunha, Manuel A. Lopes, Luís Soares, Francisco Viterbo de Campos, 1887, Idem, sul... Idem, norte: Lourenço Francisco Gomes, Luís Soares, Francisco Viterbo de Campos, António Teixeira de Carvalho, António da Rocha Coelho, Silvestre Pinto Caldeira, Eduardo de Carvalho e Cunha...

Ao Volume III, n.º 38, nota 1: «Esta Junta Geral não terminou a sua missão, não funcionando em 1902 e 1903. Só em 1 de Novembro de 1904 é que foi organizada uma nova Junta Geral, também com sede no Porto, que ficou assim formada: Effectivos — Luís Soares, João Pinto Maravilhas Pereira, Inácio de Sousa, Joaquim Mendes Gomes, José Maria Conceição Fernandes, Manuel José da Silva, Filipe Soares Dias. Suplentes — José António da Silva, Manuel da Silva Guimarães, Caetano Soares da Silva, Torcato Joaquim do Couto (Ver O Primeiro de Maio, n.º 81, de 13 de Novembro de 1906, Lisboa). Esta Junta Geral funcionou até à Conferência Nacional extraordinária que se efectuou em Junho de 1906, em Tomar.» «Nesta Conferência extraordinária foi resolvido

sancionar a adesão ao Comité Socialista Internacional, e continuar a depositar confiança na Junta. Das Notas para a História do Socialismo em Portugal, de César Nogueira, nas páginas 116 e 117: — «Entre 1880 e 1881 produziu-se no Porto uma dissidência na Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa, fundando os dissidentes, que, parece, eram três grupos, a União Democrática Social, a qual tinha por mentor Pinto Barbosa, elemento de valor. A dissidência teve resultados infecundos, apesar de ter existido durante dez anos. Mais tarde, em 1881, retirou-se outro grupo da Associação dos Trabalhadores (Porto), organizando a Associação União dos Trabalhadores, de feição anarquista, dirigida pelo antigo elemento socialista Ermelindo António Martins. A respeito destas divergências informa o velho militante da Fraternidade Operária no Norte (1872) **Luís Soares**, em carta, enviada de fnsua de Carregosa (Oliveira de Azeméis) e datada de 8 de Outubro de 1947, dirigida a António Martins (Porto) o seguinte: «Vão desaparecendo uns após outros tantos velhos companheiros de luta pelas suas velhíssimas idades. Júlio de Oliveira apareceu na Associação dos Trabalhadores, no Largo das Fontainhas, 50, mas pouco tempo lá se demorou. O Barbosinha foi escorraçado por Ermelindo António Martins, a quem chamara **dandy** por usar capa à maneira espanhola e ser burguês. Notava-se o José Pinto Rodrigues Beça, ao tempo rapaz, novo e inteligente, era por assim dizer quem fazia mais despesa com o jornal **O Operário**. Mas o Ermelindo, embora tivesse outros conhecimentos e facilidades na exposição, tinha um génio tão irascível que custava a suportar. Por isso o Barbosa safu, indo com ele uns poucos, entre eles o Júlio de Oliveira, fundando a União Democrática Social, na Rua do Almada. E esta foi a primeira dissidência. Éramos poucos, mas ficamos. Manuel José Martins era primo do Ermelindo e do José Martins Gonçalves Viana. Todos os três metalúrgicos. Manuel começou trabalhando por sua conta. Faziam os dois parte do conselho do Círculo, como então se chamava esse corpo, que mais tarde foi Conselho Central. Manuel José Martins, inteligente e honesto, começou prosperando, mas acompanhando a causa e auxiliando cada vez mais, moral e materialmente, o movimento. Ermelindo começou a chamar-lhe burguês, por despeito. Declarou-se anarquista e saiu da Associação acompanhado de alguns. Foi assim que nasceu o anarquismo no Porto».

Nas páginas 321 e 322: «Em 18 de Março constituiu-se a Casa do Povo Portuense (actualmente Cooperativa do Povo Portuense, em virtude da legislação sobre Casas do Povo decretada pelo regime do 28 de Maio), sendo seus organizadores Serafim dos Anjos, Pinho e Pinto, Manuel José da Silva, Maravilhas Pereira, José Ribeiro, Soares de Aguiar e Francisco Viterbo de Campos, seu principal animador. Inscreveram-se nela 197 sócios» (entre os quais **Luís Soares**, sócio fundador, conforme narra o Relatório da Direcção da Cooperativa do Povo Portuense, relativo ao ano de 1954).

Luís Soares foi também membro da A. I. T. (Associação Internacional do Trabalho) — na **A Origem da 1.ª Internacional em Lisboa**, de Carlos da Fonseca, págs. 199, 200 e 201.

Foi Presidente da Assembleia Geral da Casa do Povo Portuense nos anos 1911/12.

No livro de César Oliveira «**O Operariado e a República Democrática 1910-1914**», na página 213, pode ler-se, da transcrição do jornal **A Batalha Socialista**, de 10 de Julho de 1913, acerca do V Congresso Socialista: «A primeira sessão foi consagrada à constituição do Congresso. A segunda foi a sessão solene, a que presidiu o velho lutador do Norte, **Luís Soares**.»

- (9) — Transcrições das NOTAS PARA A HISTÓRIA DO SOCIALISMO EM PORTUGAL (1871-1910), de César Nogueira:

«1889.

...A 20 de Outubro realizaram-se eleições para Deputados, apresentando a organização socialista as seguin-

tes candidaturas (ver o Protesto Operário n.º 390, Lisboa, 1889):

Pelo Porto: **Luís Soares**. A candidatura pelo Porto alcançou 165 sufrágios (ver idem e «A Voz do Operário» n.º 523, Lisboa, 1889).

1890.

...Em 30 de Março celebraram-se eleições para Deputados. Os socialistas do Norte decidiram, porém, concorrer à urna, apresentando as seguintes candidaturas (ver o «Protesto Operário» n.º 409, Lisboa, 1890).

Vila Nova de Gaia: **Luís Soares**.

1892.

...Em 23 de Outubro efectuaram-se as eleições para deputados...

No Porto, o Centro Operário de Propaganda Socialista, que, como temos exposto, era oposto à Associação dos Trabalhadores, resolveu entrar no acto eleitoral propondo para candidatos a Deputados os da seguinte lista: Vila Nova de Gaia: **Luís Soares**.

1901.

...Em 6 de Outubro celebraram-se eleições para Deputados... No Porto, porém, o Partido Socialista resolveu concorrer e apresentar as seguintes candidaturas, a que juntamos a votação respectiva (ver «O Comércio do Porto» n.º 239, Porto, 1901):

Círculo Oriental:	Votos
Macedo de Andrade	72
Joaquim Francisco Pedrosa	69
Manuel José da Silva	71
José Maria da Conceição Fernandes	69
Luís de Oliveira	71
Total	362
Círculo Ocidental:	
Francisco Viterbo de Campos	193
João Fernandes de Oliveira	193
João Pinto Maravilhas Pereira	204
Inácio de Sousa	182
Luís Soares	217
Total	989

A soma total dos círculos foi de 1381 votos.

1904.

...Em 26 de Junho realizaram-se eleições para Deputados. O Partido Socialista Português resolveu abster-se de concorrer às urnas. Contudo, um grupo de socialistas do Porto deliberou apresentar ao sufrágio uma lista de candidatos a Deputados por esta cidade...

Bairro ocidental: **Luís Soares**, Luís Gonçalves de Oliveira, Macedo de Andrade, Luís Cândido Pereira, Tomás Gasparinho da Silva Valente, Joaquim Francisco Pedrosa, Tomás Gomes da Silva.

1910.

...Quando se realizaram as eleições para Deputados, em 28 de Agosto, as últimas do regime monárquico, o Partido Socialista resolveu concorrer às urnas em Lisboa e Porto e no resto do País, nos termos do resolvido na Conferência de Coimbra, em 1901, contrariamente à opinião de Azedo Gneco. Não tinha em mira vencer, mas sim fazer uma afirmação de princípios e comprovar a existência da sua organização...

No Porto os socialistas apresentaram as seguintes candidaturas (ver «A Voz do Povo» n.º 171, Porto, 1910): Círculo 5: Eudócio César Azedo Gneco, Manuel José da Silva, **Luís Soares**, José de Oliveira Rodrigues, Inácio de Sousa.

O resultado da votação no Porto foi de 195 boletins, sendo 86 no círculo 5...



bibRIA

Decorre em Março próximo mais um aniversário — o sétimo — da morte de Mário Sacramento.

Assinalando a data, além de uma cintilante crónica e de um valioso inédito do grande escritor e grande cidadão, inserem-se nestas colunas diversos artigos, a cujos autores apresentamos os melhores agradecimentos, evocativos daquele que foi e continua a ser um dos mestres do pensamento português do nosso tempo. Não se trata, contudo, de uma formal homenagem. Trata-se, antes, de justa reparação — a reparação devida por uma revista aveirense a alguém que, não obstante nascido no distrito e no distrito estar sepultado, jamais nela pôde escrever. Talvez a bem da decantada cultura portuguesa compreendida entre Maio de 26 e Abril de 74...



bibRIA

AVE AVEIRO

Por Mário Sacramento



MÁRIO SACRAMENTO
Medalhão de A. Andrade

Nascido em Ílhavo, nos meados do 1920, Mário Sacramento viria a falecer quando o mês de Março de 1969 estava prestes a extinguir-se.

Escritor grado, com uma obra que ganhara e possui ressonância nacional, jamais viu, no entanto, colaboração sua nas páginas desta revista, gerada quando transcorria o ano de 1966.

Algumas semanas antes de morrer, Mário Sacramento escreveu para diário portuense uma crónica, digna de antologia, sobre Aveiro. A modos de reparação, tardia sem dúvida, mas enternecida e grata, nestas colunas alusivas ao Distrito hoje se transcreve — esplendendo de novo.

Escrevo-te e não sei quem és — como face para sempre talhada! A mais antiga memória que guardo de ti é da ria a transbordar por praças e vielas, nas marés vivas. Sob os lampiões dos Arcos, Rua dos Mercadores abaixo, vogavam bateiras conduzindo os teus incolas (ia a dizer os teus doges) às soleiras das portas. E eu batia palmas de menino com brinquedo, na janela da avó. Casa escura, com mofo a rato, olhares do José Estêvão no louceiro antigo, um opúsculo do Marques Gomes a dizer-me que um tio de antanho fora decapitado pelo D. Miguel, grades de pimpons nas sacadas de pedra antiga — em que um dia entalei a cabeça (para retomar essa tradição, quem sabe?), tendo sido liberto, depois de muito suor e ferros, por um serralheiro do Mindelo.

Cá fora, os teus ares lavados e tranquilos, escalas tocadas ao piano dos suplicios prendados, uma passagem por baixo do andor de Santa Clara para cortar o freio da língua, luta pelas cavacas do S. Gonçalinho, musicatas nos coretos — e pouco mais...

Salto o calendário e fustiga-me o rosto a saíbrada que o vento erguia, corro pela Mina, mergulho nas Pirâmides, pergunto pelo dicionário ao sapateiro da Fonte Nova, faço as primeiras malcriadices no Parque, injeio a farda soldanesca do Luísinho, recebo os tiros

do Japão, encaixilho num dos bancos do Jardim uma conversa entre Homem Cristo e Rocha e Cunha, tenho uma icterícia de ovos moles...

Vamos crescendo, os dois, já sem laranjas roubadas na Rua do Gravito e sem aventuras nocturnas pelos arrabaldes — e descubro a beleza com que te despedes (te despes) do Sol, perco-me em versos pelos carreiros das marinhas, levo a pasta da namorada à Estação, invento um jornalzinho de estudantes, colaboro no crime nefando de manter (sob a pera do José Estêvão!) o anãozinho das sentinas... Aprendo a respeitar professores como João Joaquim Pires, José Pereira Tavares, Francisco de Assis Maia George Agostinho da Silva, António Salgado Júnior, guardo um profundo desprezo por outros, peço dez tostões à minha mãe para comprar **O Diabo**, lanço uma cervantina burricada pelo teu centro, compenso o José Estêvão ensinando-lhe (junto às grades da estátua) o canto em coro da **Internacional** — conspiro adolescentemente...

Que te aconteceu entretanto? Não dou fé disso. Estavas aí, talvez. Mas há tanto que ler e esgravatar, que só me lembro de te ter nos braços nos bailes dos Bombeiros (**Fahrenheit Adão & Eva**), de falar em lobos de Alsácia aos bigodes e à barretina de Homem Cristo, de colher nas palmas das mãos o frio de aço de uma

das tuas tão singelas (mas tão típicas!) pontezinhas, de ouvir dizer que um médico receitara carros de areia e de ler as eruditas notas que um dos teus vates pusera na epopeia em que cantava a descoberta do Brasil... Para onde quer que me volte, descubro, porém, que um braço me acompanha sempre, apontando — como sombra impressa no chão! — o caminho dos meus passos: o do discurso coalhado em bronze do teu tribuno... Lobrigo-o na Barra, mandando calar a ronca; na Costa Nova, mostrando as xávegas desprotegidas; no paredão, invectivando o porto inconcluso; no Senhor das Barrocas, deplorando o que resta do templo; nas cancelas, dizendo **porquê?** ao tráfego... Nem sempre entendo o que quer, mas que quer, quer!

E redescubro, olhando-o melhor, que eras uma vilazinha apenas, perdida nas brumas do passado... Como eu, cresces desajeitada e errabunda. Largas os calções, engravatas-te, ganhas borbulhas na cara, abres risca na cabeça, asphaltas as pantalonas, escanhoas o arvoredo até ao sangue, pões moderno onde devia ser antigo e antigo onde devia ser moderno, encastelas pornografia barata no forum administrativo, tiras o nome do teu génio tutelar do frontespício do Liceu, cintas os novos edifícios escolares de casarios que os abafam, coqueteias com um arquitecto francês a perda do teu carácter, ergues altos fornos nas costas da tua sentinela cívica... Deliras, ó púbere! Entrementes, eu trato os filhos do sargento Pires e ele trata-me do pelotão, no Quartel. Pouco tempo tenho, uma vez mais, para dar conta de ti. Passamos um pelo outro, eu trocando a farda pela bata, tu trocando os pergaminhos por **licets** camarários... Descontas letras onde vendias cafés, proibes que as casas tenham uma testa mais alta que a do vizinho, assinalas todos os gavetos sem curares de saber que préstimo poderá ter isso nem

quantos sejam os que terão instrução para lê-los, fazes concorrência ao Portugal dos Pequeninos como quem ganha saudades dos tempos em que podia brincar... Eu palpo barrigas, tu palpas carteiras. E acontece a tragédia: descubro que envelheço mais depressa do que tu — e sem que tenha podido conhecer-te! Não cheguei a ver-te dona dos teus passos, querida Amiga, e tenho pena, pois virás a ser formosa quando ganhares o juízo que a juventude não tem! Não te passeias ainda — senão como amostra — as cabeleiras e as barbas psicadélicas. Mas andas tão miniurbe que coro de ver-te!

Passaram os tempos em que davas ovos moles e políticos. (Os ovos eram bons, hoje menos. Os políticos óptimos, mas deu neles a pílula). Deixaste de produzir Cartas Constitucionais, mas ainda promulgas Cartas Comerciais de **week end** à John Bull, que barcos de guerra saúdam desflorando-te o porto. E, todavia, és pura ainda, ó Aveiro! Tens o sal, tens o sol, tens o céu encaixilhado nas marinhas — e o bacalhau, sem **shorts** nem nada, a bronzear-se nos tabuleiros... Serás cidade um dia, ó vila de outrora! **Entre les deux ton coeur balance** indecisamente — e o meu com o teu... Mas o meu com cãs e, o teu, indesejado ainda, como sempre! Foste noiva, foste esposa e és viúva dum só Homem: o que filtra bronze num pedestal eterno... Dele te ficou o segredo de Juvêncio, cujas águas te remojam transbordando em plenilúnia. Tens dilúvios aguazados, minha Querida, e arcas de Noé que trazem da Terra Nova os hirsutos precursores dos hippies de hoje... Com eles dormes e com eles refloresces, minha Incógnita! O bronze e a salmoira te protejam até à consumação dos séculos!

Amen.

OS SUPREMOS BENS DA VIDA

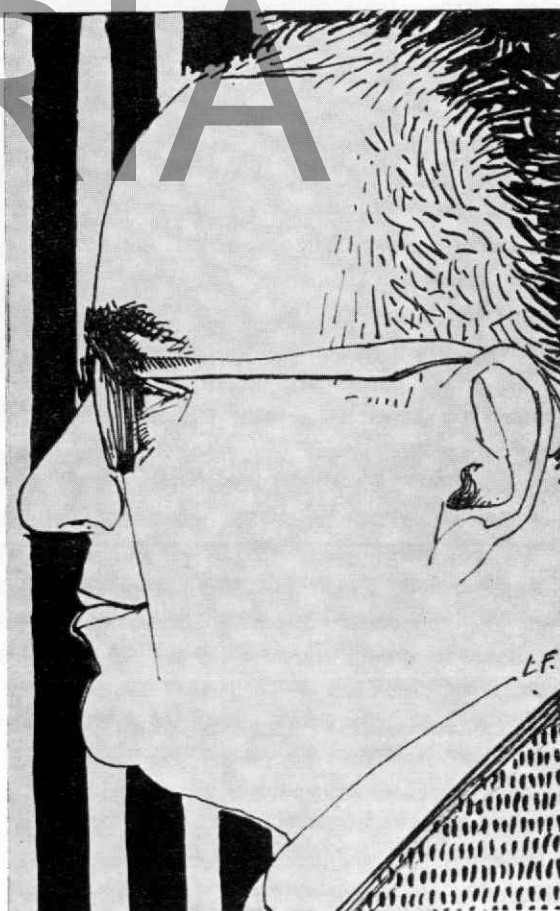
UM INÉDITO DE

MÁRIO SACRAMENTO

...Estimei saber que tens sido acompanhada e amparada pelos nossos Amigos das horas difíceis. A amizade é a única coisa que vale a pena capitalizar e que, quando é autêntica, nunca falta com os seus dividendos no momento próprio. Julgo, assim, que somos ricos da única coisa que deveras conta e que eu não trocaria por coisa alguma. Há, porém, um perigo na amizade que é preciso saber evitar: o de podermos em certos momentos desmoralizar, dado que, habituados a sentirmos à nossa volta um ambiente fraterno, a vida assume perspectivas ignoradas se subitamente somos furtados a ele. Sei já por experiência repetida e bem profunda o que isso é, e como defendermo-nos disso, mas quero lembrar-to a ti ou ensinar-ta à minha maneira (que à tua bem o sabes tu), pois se bem o cheguei a entender, a suprema sabedoria na vida está em fazer da amizade e da convivência os supremos bens da vida, sem que, porém, nos deixemos enredar neles ao ponto de não termos a coragem, se o momento o exige, de ficarmos sozinhos. «O homem forte é o homem só» — disse asnática e sobranceiramente o Ibsen. Não é nem nunca foi assim. O homem forte é o homem que não ama ver-se só mas que sabe e pode sê-lo se o seu superior sentido do vero humano colide com as circunstâncias e lho impõe. E então ele não estará só senão na aparência (ou sensibilidade imediata), pois é tão impossível querer retirar o mundo a um homem como querer ele próprio retirar-se desse mundo — quando tal homem o traz dentro de si. Daí a impressão de tantos homens que têm passado pelas cadeias de todas as épocas da História de que no fundo tudo se passa como se fossem eles os carcereiros dos seus guardas, ou seja, de que tudo se passa como se as condições de liberdade estivessem invertidas em relação à aparência e fossem afinal eles, os presos, a estarem livres e os outros a estarem submetidos pelo jugo da sua situação na vida. Retirada a

amplificação metafísica (que nele é aliás tão própria e que define um estágio da história da convivência humana), é deste género, e nesse sentido eminentemente actual, a meditação do Pedro da «Guerra e Paz» quando queda prisioneiro dos franceses...

(De uma carta a Cecília Sacramento, escrita no Forte de Caxias em 29/4/53)



MÁRIO SACRAMENTO

Desenho de Lima de Freitas

Mário Sacramento entre a evolução e a crítica

Por José Manuel Mendes

«Todas as batalhas da História destroem e reconstroem o homem. O mesmo homem? — o dever do homem.»

MÁRIO SACRAMENTO in «Ensaio de Domingo»

Aconteceu-me ler Mário Sacramento nas breves pausas da acção quotidiana que Abril mais prementemente estimulou. De algum modo, portanto, à luz destes momentos febris, as nossas mãos agarrando o futuro, projecção de esperança dia após dia adubada com o húmus do concreto, com a alegria da caminhada solidária, também com a lama da traição, com a vontade de aço rasgando clareiras. E aconteceu-me sentir o Mário Sacramento a nosso lado, a mim, que mal o conheci em pessoa, reflectindo e agitando estas horas com a serenidade e a argúcia que sempre matizaram a sua trajectória de combatente.

Penso no homem que promoveu e deu corpo aos dois primeiros Congressos em Aveiro, realizados sob um impulso de unidade democrática contra os gorilocratas do Terreiro do Paço, dinamizo a memória sobre os acidentes dessas pugnas, a importância que tiveram para um concerto de atitudes, para uma afirmação de presença legal, para que se soubesse que havia, nos subterrâneos do tempo e do espaço portugueses, quem erguesse o seu brado pelo futuro, anatematizando a opressão, a exploração, a miséria do povo.

Penso em Aveiro, que uma tradição liberal — logo, conservadora — fizera palco destas arrítmicas e sofridas manifestações de cidadania, das múltiplas vicissitudes dum processo plural e vejo, inscritos entre os nossos passos, em 73, quando a polícia fascista matraqueava democratas em romagem à campa de Sacramento, os próprios passos do grande companheiro que partira ficando em cada um de nós.

E isto porque nos recusávamos a considerá-lo morto. «Um democrata não **morre**, no sentido inerte da palavra: quando sucumbe, transmite o facto — e perdura nele.» (!)

Hoje, nesta hora marcada de euforia e amargura, apunhalados que temos sido, pelas costas, por tantos dos que fizeram connosco, em ocasiões de menor risco, as jornadas do passado, distante ou recente, mais a

personalidade exímia de Mário Sacramento se nos impõe, como um marco de fidelidade, como um repto instantâneo à inteligência política perante cada acto, como um infatigável esforço de dessectarização. Assim saibamos construir, neste País, subjogado agora pelos novos mandarins do imperialismo, a sociedade liberta da exploração, onde democracia e socialismo se consubstanciem para a conquista da mais veraz liberdade do homem.

Falei do Mário Sacramento enquanto político. Porque me aconteceu relê-lo, como escritor, nas sincopadas pausas da luta que Abril acelerou. Mas era do homem de letras que eu queria falar. Do escritor traído por esse duro **struggle for life** que teve de enraizar no trabalho médico quotidiano. Um trabalho para o qual confessava não sentir vocação. Mas que, ainda assim, como o acentuou Fernando Namora, «zelou com honesta proficiência», dele fazendo «um instrumento de fraternidade.»

Mais de metade da obra que produziu está ainda por publicar em livro. E já tarda que vá começando a sair. O que, no entanto, deixou é bastante para denunciar o vigor dum pensamento, a riqueza duma cultura, a agudeza duma inteligência, a finura, a sensibilidade, o nervo, a qualidade analítica que a guindam ao mais alto gabarito do nosso tempo.

Crítico e ensaísta do neo-realismo português, nem sempre as suas posições são indiscutíveis. Por um lato, o modelo didacticizante do estabelecimento de «tantos neo-realismos literários, explícitos ou implícitos, quantas as fases ou momentos em que ela [a ideologia neo-realista] incida» parece menosprezar o traço duma evolução dialéctica, qualitativa e quantitativa, que, determinando novos tipos de objecto e novos ângulos de abordagem, não etapiza diferentes unidades contradistinguindo-se, antes a une num mesmo desiderato essencial e num mesmo projecto geral de transformação.

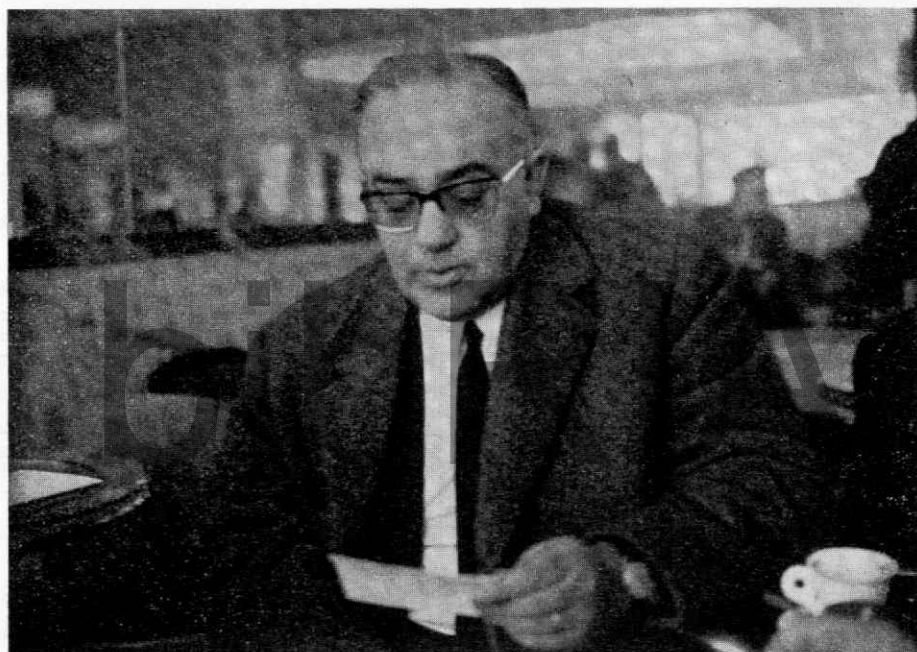
Por outro lado, a crítica, extremamente acri, que

dirige àquilo que designou por «neopositivismo» abastardando o materialismo dialéctico, e por um certo humanismo lamecha em lugar do materialismo histórico, nos escritores neo-realistas, empenhados no levantamento da problemática do nosso proletariado rural, surge-me mais como um acicate ao estudo teórico do marxismo-leninismo, em que vários autores se revelavam frágeis, do que como um libelo implacável articulado contra os seus camaradas de geração, partícipes da mesma viagem do possível, olhos postos nas grandes conquistas do devir. Com efeito, se há lugar para falar de uma literatura dominada pelos quadrantes neopositivistas, dum humanismo sentimental, os prosadores e poetas a inventariar encontrar-se-iam, a meu ver, nos sub-produtos, naqueles que, em todas as épocas, se

estética, escreveu o opúsculo «Há uma estética neo-realista?» ⁽⁴⁾, uma das suas obras maiores pela riqueza da análise, das pistas que fornece, e pelo rigor metodológico. Aqui, o estudo sobre a problemática realista, que ascendera, novamente, ao primeiro plano das discussões, revela o militantismo humanista do autor, que, sem ambiguidade, defende uma arte operante e transformadora, assente numa **consciência** dialéctica e materialista, tal como o largo espectro das suas preocupações formais.

Mas não só a literatura neo-realista o mobilizou, conquanto dê matéria para muitos dos seus melhores **Ensaio de Domingo**.

Também Eça de Queirós, sobre quem, ainda estudante de Medicina, escreveu uma peça fundamental



MÁRIO SACRAMENTO — Entre a evolução e a crítica

servem, por oportunismo, do que está na voga e que, destarte, quando e se tomados em consideração excessiva, podem dar a imagem mais deformadora duma realização.

Mário Sacramento sabia-o. Por isso, nas longas reflexões contidas no notável estudo à obra de Namora ⁽²⁾, notável e discutível em algumas das teses por que se bate, se podem ler estas palavras judiciosas: «... a ideologia funcionou, no primeiro neo-realismo ⁽³⁾, como um **ex machina**, excepção feita, está claro, das obras que conseguiram ultrapassar isso e são, como é óbvio, as que perduram.»

Como aquele fascínio pela teorização das questões, que o levou, não raro, a produzir o seu exercício crítico em zonas de maior profundidade ideo-sensível e

— «Eça de Queirós — uma estética da ironia» ⁽⁵⁾ —, que nos dá a conhecer a origem dum realismo estilístico e duma concepção de vida elaborados em termos duma ironia espacio-temporalmente circunscrita. Trata-se de um ensaio polémico mas duma firme ossatura analítica, se bem que relativizando excessivamente os textos mais maduros do autor de «Os Maias», um ensaio de inestimável apreço para um cabal conhecimento dos pressupostos genéricos da obra do grande romancista.

E deixei para o fim, para uma rápida anotação, um dos livros mais vivamente contestados de M. Sacramento: «Fernando Pessoa — poeta da hora absurda» ⁽⁶⁾.

Escrito em 1953, em Caxias, o texto reage à atmosfera histórico-literária que se vivia no Portugal de então: o culto deificador de Pessoa. Não estranha, pois,

que a generalidade dos autores tenha, mais ou menos brandamente, esconjurado as teses que Sacramento construiu. Partindo da caracterização da mentalidade pequeno-burguesa dos anos que decorrem entre 1910 e 1930, e do que lhe é oposto, por Pessoa, no sentido de vergastar o ideário democrático-burguês que degenerara no idealismo, no jacobinismo, na paladinagem reaccionária em favor dum certo tipo de *pax ruris*, Mário Sacramento conclui, de modo irreticente, pela índole não apenas anti-humanista e irracionalista das posições do poeta da «Mensagem», como, sobretudo, pela marca proto-fascista do seu pensamento e de vários dos seus escritos. A prová-lo, a integração na ideologia nacional fascista da sua obra, do nevoeiro sebástico e da estirpe imperialista que ela claramente incorpora (7).

Adiro amplamente às propostas críticas de Sacramento, até pela justeza e serenidade com que sempre considerou a qualidade formal e estética do conhecido poeta do modernismo. Adiro por uma outra razão ainda: a importância desmitificante dum trabalho que, actuando sobre a circunstância portuguesa duma época de guerras mornas e frias, bradou um alerta contra os perigos duma utilização mecanicista, acritica, anti-dialéctica dos textos de Pessoa. E, tanto quanto creio, tal objectivo, malgrado as múltiplas diatribes contra o estudo de Mário Sacramento, foi atingido.

Mário Sacramento. Um nome cimeiro da nossa cidade intelectual. Um homem. Recordá-lo, mesmo que sem a demorada atenção que merece, nestes dias que em Abril nasceram, é retrazer ao nosso campo de bata-

lha, à nossa caminhada, o companheiro exemplar cuja voz, com a ternura do Amigo que nos acompanha na borrasca, com a força e determinação dos momentos iluminados, nos empurra para diante, para a primeira distância dos gestos, para a vitória final do proletariado «FAÇAM UM MUNDO MELHOR, OUVIRAM? NÃO ME OBRIGUEM A VOLTAR CÁ!» (8).

Fá-lo-emos. Mesmo quando a traição desceu à praça, se vestiu de garridas cores, reabilitou velhos espantalhos e tenta degolar o pássaro que canta no abrir das nossas madrugadas. Fá-lo-emos, Companheiro. Porque não apenas «há milhões de mortos a dizer-nos: avante!» (8), mas milhões de vivos multiplicando-os, mãos abertas, como uma parábola de esperança-certeza, como um canto nascido dos abismos da vontade, para a conquista inevitável do sol.

(1) — Mário Sacramento, in «Discurso no 46.º aniversário da República».

(2) — Mário Sacramento, «Fernando Namora — a obra e o homem», Arcádia, Lisboa, 1967.

(3) — Aqui transparece a tese dos dois (ou mais) neo-realismos que, no texto, sumariamente refuto.

(4) — Publicações dom quixote, Lisboa, 1968

(5) — Coimbra Editora, 1945.

(6) — 2.ª edição, Inova, Porto, 1970.

(7) — Fernando Luso Soares, no seu «Literatura, dialéctica, estrutura», Cronos, Lisboa, 1971, inclui um importante trabalho («Ensaio crítico de um ensaio sociológico de Fernando Pessoa») em que apresenta teses concorrentes, embora sobre escopos de certo modo diferenciados, com as de Mário Sacramento, autor que, no entanto, parece não ter sido considerado para a elaboração do texto.

(8) — Mário Sacramento, in «Carta-Testamento», Inova, Porto, 1973.

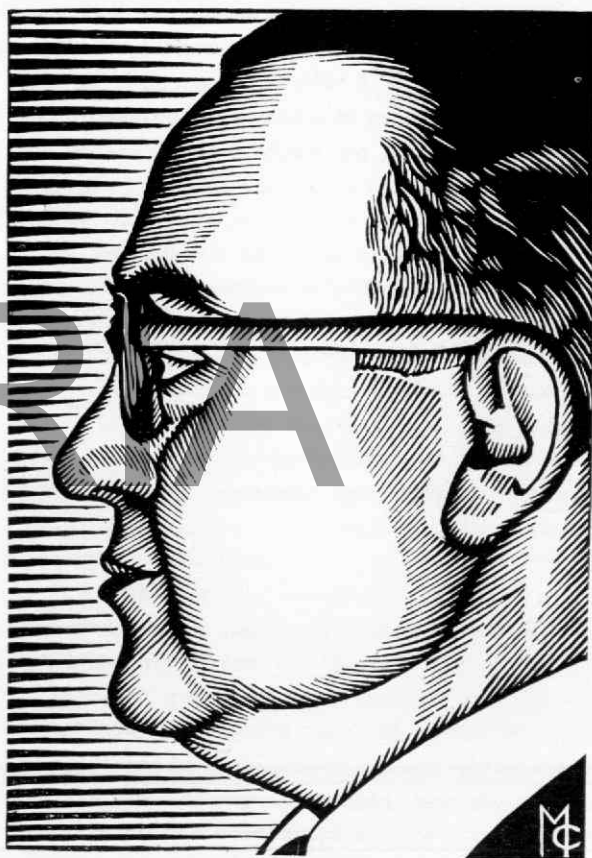
Mário Sacramento — cidadão do futuro

Por Alípio Ribeiro

Falar de Mário Sacramento é, no essencial, falar da luta contra a opressão, a ignorância, a miséria, enfim, falar da luta contra as formas fascizantes de organização sócio-económica. Esquecer este propósito é já atraiçoarmo-nos, atraiçoando a vida de quem nessa luta encontrou o significado profundo da sua vida. Foram dezenas de anos de um combate desigual em que à dádiva e à inteligência se opunham a violência e a arbitrariedade. Nunca se quedou às injustiças de que foi vítima (histórias longas por contar!), pelo contrário, era aí que a sua ironia melhor se exercitava num exemplo de preciosa disciplina mental. Como ele muitos outros, no exílio ou nas prisões, humilhados nos mais infimos pormenores do quotidiano, eram já o futuro do nosso presente. Morreu cedo mas «a História é um que fazer incessante, e nunca ninguém viu ou verá tudo aquilo por que se bateu ou luta, pois algo fica sempre a meio caminho.» (1)

Mário Sacramento nasceu em Ílhavo e por Aveiro se ficou no exercício da sua clínica. Conhecia o distrito como ninguém (espantem-se certos bairristas!), calcorreando-o num empenho total de incentivo, de organização, de combate. Poderia ter abandonado a geografia que lhe era natal, poderia ter diluído a sua actividade revolucionária em nome de qualquer pretexto conciliatório — não o fez. A razão daquilo porque lutava não era apenas sua, sabia-o, era, é, património de milhões de homens numa fraternidade comum.

Homem de diálogo, Mário Sacramento foi pedagogo discreto mas persistente. Muitos foram os que aprenderam na sua voz pausada e atenta as certezas do porvir. Nunca desdenhou a palavra ao mais humilde numa alegria de fazer crescer, em cada um de nós, a alegria adivinhada da «libertação». Os católicos, os de boa-vontade, tiveram em Mário Sacramento um interlocutor sem afectação, sem mesquinhez, cujo único intuito era o de nos encontrarmos na realidade real do nosso drama. Que ninguém duvide do respeito com que os



MÁRIO SACRAMENTO

Xilogravura de M. Cabanas

outros se lhe impunham na diversidade das suas crenças! A pedagogia era isso para Mário Sacramento — um diálogo sem fronteiras, ritmo esforçado e leal de convergência.

Em Mário Sacramento, a palavra e o gesto, a teoria e a prática, aliavam-se numa identidade absoluta, fazendo de si um símbolo de coerência sempre grato de relembrar. O seu humanismo não era um exercício de retórica, transparecia nos aspectos mais simples da sua

vida. Médico de província desprendido de uma medicina de privilegiados para privilegiados, cidadão ilustre apostado no convívio com quem pouco lhe podia ensinar, escritor de «domingos e serões» torneando os silêncios vil da repressão, Mário Sacramento é já a procura esboçada de um «novo homem».

Neste caminhar para um «mundo melhor» a memória dos que nos precederam só pode ser um incentivo de lucidez e entusiasmo. Talvez por isso, as palavras modestas que poderemos alinhar sobre Mário Sacramento são também, afinal, um pretexto para falar de um tema que tão grato lhe foi e que mantém, hoje, uma actualidade exemplar. A defesa da unidade de todos os antifascistas, da unidade de todos os que lutam por uma sociedade mais progressiva e justa, foi uma tarefa a que se devotou, com paixão, Mário Sacramento. Sabem bem aqueles que com ele compartilharam amplas actividades antifascistas, ainda que de sectores ideológicos

diferentes, que a unidade não era para Mário Sacramento, nem para os que como ele pensam, um objectivo táctico, uma manobra fácil de iludir companheiros de jornada. Ontem como hoje as razões que fundamentam uma unidade de todas as forças progressistas continuam as mesmas. Só o imediatismo revolucionário, a estreiteza mental ou a vocação hegemónica, vícios que Mário Sacramento combateu com tenacidade, podem obstar a que prossigamos, em comum, os objectivos comuns e essenciais.

Finalizemos: Mário Sacramento foi um exemplo de persuasão revolucionária — lisura de trato, dignidade de atitudes, saber de modéstia, rigidez de dedicação. Provam-no, instante a instante, pelo exemplo, os que hoje continuam o seu testemunho.

(1) — Do discurso proferido no teatro Aveirense, em 31-1-69.

bibRIA

Mário Sacramento e o neo-realismo

Por João Seixas Neves

O NEO-REALISMO

O problema central do neo-realismo, ou melhor, o que de novo traz à questão estética é o método. O problema central do neo-realismo é o problema do método. E, desde logo, o método de análise e interpretação histórica, o método que analisa a presença do homem no mundo, a sua capacidade de o transformar, a sua capacidade de reflectir a luta entre eles pela distribuição de bens, o método que analisa os meios de troca e os situa, o método que reflecte, estimula e analisa, em suma, a luta de classes.

O que de facto o neo-realismo traz de novo à arte é a luta de classes. A arte é uma importante arma da luta de classes. «Et volta» a razão porque as classes dominantes veiculam a arte como seu instrumento, como templo sagrado das suas ideias políticas, morais e sociais.

Não é porém a arte quem move as pedras angulares do devir histórico, porque é uma super-estrutura, cuja base assenta num determinado modo de produção que a origina e desenvolve. É por isso que a arte, em cada época histórica, serve a um tempo os valores dominantes, e servindo-os ultrapassa-os e ultrapassa-se. A arte burguesa, por exemplo, desenvolvendo-se sobre o modo de produção capitalista, pretende justificar a propriedade privada e alienar as lutas que procuram apressar o seu declínio inevitável. Outra não é a razão porque, para combater, por exemplo o nosso neo-realismo nos aparecem os «slogans» de «arte pela arte», «arte pura» ou «arte descomprometida» e outros mais ou menos acrobáticos segundo a cor que o camaleão capitalista veste.

O que, portanto, de algum modo, distingue o escritor neo-realista do escritor burguês, é o seu compromisso com a história, o seu que-fazer no mundo a sua presença na dialectica da transformação.

Enquanto a poesia, o romance, a pintura, a música,

a escultura ou a cerâmica realistas são a arte do nós, a arte burguesa é o extremo individualismo, é a muralha de altos muros fechados à realidade, à social, a esteril repetição de experiências pessoais, a ficção mórbida do fantástico, a recusa dos novos e permanentes enriquecimentos científicos, o eu fechado em mim, o eu para cá da vida, o eu, o eu, o eu.

O neo-realismo português é assim um movimento eminentemente ideológico e estético que nos aparece encravado entre a segunda guerra imperialista, a Guerra Civil de Espanha e o avanço do nazi-fascismo na Europa e no mundo e reflecte ao nível estético o processo de ruptura entre as forças, mascaradas ou não, que pretendiam — e adiaram — a salvação do capitalismo e aquelas outras que, alinhando na consabida tática do frentismo, procuravam as vias para uma democracia do tipo popular e socialista.

E, é assim que os iluminados feiticeiros da criação ficam divididos em dois grupos, como aliás Mário Dionísio afirma na *Vértice*, em 1948, vol. VII, a pág. 174:

«Sei bem que é difícil e traiçoeira esta distinção. Mas olhando o panorama geral dos nossos ficcionistas não vejo remédio, tecnicamente falando, senão encará-los com mais ou menos precisão, divididos em dois grupos: o dos que põem acima de tudo o lado estético, para não dizer formal da sua obra e os que põem acima de tudo a própria estrutura ideológica dela».

E aliás, a mero título comparativo citemos a opinião de Régio na *Seara Nova* n.º 619 de 1934:

«A incultura em Portugal ainda torna em Portugal tudo isto mais **grosso** ... não admito que me encafeiem carapuças ainda que mais pequenas que a minha cabeça (refere-se a um artigo que Álvaro Cunhal publicou na *Seara* n.º 615 e posteriormente transcrito no *Diabo* onde atacava o individualismo, **umbicalismo** na fraseologia de Cunhal de Régio, a propósito das **Cartas Intemporeais** deste), sobre o muito relativo interesse que lhe mereceu a literatura, a arte e a crítica. Mas então,

porque hão-de esses homens falar, quase exclusivamente, de literatura de crítica? Porque não hão-de ocupar-se directamente dos problemas que em primeiro lugar lhes interessam? Porque hão-de contribuir para a incultura geral persistindo em confundir tudo?»

E contrastando, ouçamos a voz de gigante de Joaquim Namorado em **Vértice**, Vol I, a págs. 56:

«Diferentes têm sido as reacções perante o constante aparecimento de obras de novos autores: gritam uns (certamente os mesmos que anteriormente lamentavam o não aparecimento de novos autores) que se assiste a uma invasão do país das «letras» — esse sagrado templo onde vegetavam os eleitos — e tratam como intrusos os jovens que se atrevem a apresentar-se sem cartão de visita, como em terreno conquistado; gemem outros pela falta de espiritualidade dos novos artistas, a quem acusam de ausência de nefelibatismo, de maquillage que fez o sucesso de certos talentos pelo seu exotismo».

O neo-realismo é fruto e o reflexo comprometido da discussão mais vasta que na Europa ao nível da pena e da arma travaram materialistas e idealistas. Enquanto alguns escritores importavam Nizan, descobriam Luckas e contemplavam à sucapa Marx e Lenin,

organizando simultaneamente a resistência ao fascismo em Portugal e procurando ainda a solidariedade com os republicanos espanhóis primeiro e com as resistências francesa e italiana depois, outros, como por exemplo o próprio Régio, um dos grandes cavaleiros andantes da arte pela arte, escrevia no seu *Cântico Negro*:

«Criar desumanidade,
Não acompanhar ninguém».

Dai que seja compreensível que muitos dos que construíram ou intervieram na construção do neo-realismo em Portugal tivessem associado uma indesmentível militância política a uma militância estética. E só para citar de memória lembremos: Soeiro Pereira Gomes, Joaquim Namorado, Alves Redol, Afonso Ribeiro, Manuel da Fonseca, Mário Dionísio, Álvaro Cunhal e muitos outros.

Finalmente, para situarmos, em resenha mais do que sumária, o aparecimento do neo-realismo dir-se-á que após o surto de ficção naturalista que atingiu em Eça e Teixeira os seus mais vivos e coerentes símbolos, encontramos uma fase nebulosa em que o movimento desaparece com dinâmica e encontra representantes que nada de novo traziam, caindo no formalismo, no



Assis Esperança, Mário Sacramento, Dr. Dulcídio Alegria, Ferreira de Castro, Álvaro Salema e João Sarabando, convivas de um almoço íntimo comemorativo dos 50 anos de vida literária de Ferreira de Castro.

Pensão Sulça — Vale de Cambra

tradicionalismo, no chauvinismo e alguns, até, buscando a literatura erótica apenas como masturbação caem na pornografia, e temos Abel Botelho, Carlos Malheiro Dias, Antero de Figueiredo, Alfredo Gális, Sousa Costa e outros.

Com Fialho de Almeida, ainda que partindo de uma base naturalista, anuncia-se o surto subjectivista, que se aprofundaria em Raul Brandão e se colectivizaria na expressão mais moderna e teorizada do movimento puslurista de Régio, João Gaspar Simões, Branquinho da Fonseca, Almada Negreiros e alguns mais.

A literatura conhece depois, e que saibamos só em Portugal tal aconteceu, um período já de inquietação colectiva normalmente bem intencionado, mas muito retórico, demagógico, medíocre e quase sempre místico e utópico como acontece nos romances de Manuel Ribeiro e Nuno de Montemor. Neste período justo é destacar-se a obra enorme de excepção e exemplo a que foi a de Ferreira de Castro, que apenas cronologicamente diz respeito a tal período, mas que se eleva muito acima dele, pela coerência, pela temática e até pela forma.

E quando em 39 Redol publica Gaibéus havia já um movimento humanista amadurecido, que se traduzia em críticos, ansaístas, poetas e romancistas em busca de expressão própria, é certo, mas já profundamente consciente da sua posição no mundo e interveniente nos momentos próprios da sua transformação e que foram desfazendo, na prática, as acusações de esquematismo ideológico que era (e é costume dirigir-se ao neo-realismo).

MÁRIO SACRAMENTO

Mário Sacramento não é um criador do neo-realismo. Nesta fase a sua única contribuição ao nível da imprensa oficial do neo-realismo é um pequeno conto — «Pigmaleão», publicado no **Sol Nascente** de 39. A contribuição de Sacramento é ao nível do ensaio, é a da reflexão histórica sobre a expressão de acontecimentos que sentiu na carne — «Caloiro de Medicina, eu fora transitoriamente para Coimbra, pouco depois de passar por uma experiência crucial que me obrigava a montar em pêlo, aos 17 anos, o que outros só conheceriam a vida inteira por ouvir dizer. (1)». É aliás o próprio Sacramento quem aceitando, justifica o seu relativo pequeno papel de criador ao nível da experiência neo-realista:

«Se preferi vivê-los a escrevê-los por vezes, tem isso uma significação: a que obrigou o ensaísmo a transpôr para o acto que modela a palavra que conduz ou interpreta».

Só já relativamente tarde, com alguns artigos em «O Diabo» começa a gastar a «sua primeira dentição

intelectual», dentro do campo do realismo científico. E só depois da segunda grande guerra imperialista, ou próximo do seu terminus Sacramento aparece verdadeiramente empenhado na polémica entre realistas e naturalistas.

E talvez por estar empenhado nos acontecimentos que motivaram o neo-realismo, ou pelo menos lhe deram o conteúdo de movimento de resistência — que o foi sem dúvida — mas não estando directamente empenhado na sua organicidade intrínseca Mário Sacramento escreve:

«Surgiu assim uma dialéctica interna à geração de 40 (...). Menos sensíveis às exigências da literatura e, até, à compreensão dela, apressaram-se alguns a reduzir a complexidade da questão a esquemas demagógicos que, evidentemente, tinham larga audiência, pois sempre foi ambição comum dos homens dormir sobre a facilidade. António Sérgio punha objecções? Era um bluff. José Régio tinha um pendor místico? Instituíam-se-lhe o umbigo em pelourinho público. João Gaspar Simões continuava agarrado aos canones psicológicos em arte? Era um formalista. Quem hoje percorra essas páginas de doutrina e não tenha vivido a época, dificilmente compreenderá o mal necessário que houve nelas. A expressão das ideias fazia-se como podia e não como se queria (...)» (2).

E mais tarde:

«O neo-realismo foi colhido, ou tolhido, com efeito, por uma adversidade a que não conseguiu eximir-se: a de a literatura ser a única expressão viável de aspectos da vida social que, noutras circunstâncias, teriam cabido ao jornalismo, à política e ao livro doutrinário» (3).

E assim põe Sacramento um problema fundamental: o da recusa de uma perspectiva tão-só pragmática sobre o neo-realismo. E assim exprime uma preocupação que em algumas alturas se tornou realidade: a de se não compreender o neo-realismo como método dialectico aplicado à arte. E isto porque o materialismo não é uma mera soma de dogmas, nem a actual fase (qualquer que ela seja) de desenvolvimento socio-político se explica por uma abstracção morta, como dogma estéril ou como profissão de fé.

O materialismo dialéctico é um método de investigação mas ficaria ou ficará incompreensível com raciocínios metodológicos que não procurem aplicar o método justo ao estudo da realidade, ou melhor que não **procurem a solução concreta para cada problema concreto**, como muito bem concluía Lenin. E não haja dúvida de que o neo-realismo português correu efectivamente esse risco quando sobrevalorizou o aspecto meramente ideológico, independentemente do fenómeno estético, como se um e outro não fossem incidíveis.

O outro problema fundamental que a obra de Mário Sacramento põe é este: a oposição da literatura de 50 à de 40, ou melhor, o problema dos dois neo-realismos.

Certo é que a década de 50 retoma o predomínio dos valores subjectivos, o que aliás tinha acontecido durante o modernismo, subjectivismo ora radicado na **radical solidão do homem**, na estratificação do poeta e do romancista perante o que faz ou o que cria, num certo sentido contemplativo não perante a realidade mas antes perante a obra. E o problema que o segundo neo-realismo poderá pôr é esse retorno ao intimismo. Intimismo que foi sempre apanágio do neo-realismo, como o próprio Sacramento afirma:

«É porque pressupõe uma filosofia de opção monista e materialista que o neo-realismo existe. E é porque dentro dela cabem todas as manifestações do existente e do subjectivo que o neo-realismo pôde ser, desde sempre, intimista, **embora só recentemente o seja** em mais largo âmbito» (4).

Mas, o que basicamente diferencia o primeiro do segundo neo-realismo é o primeiro ter tido o acento tónico no aspecto ideológico e o segundo no sentido filosófico-estético. E é exactamente aqui que Sacramento acerta no vinte, como soe dizer-se. É que a geração de 40, antes de poder contemplar o mundo ou recriá-lo ou dele participar, tem que o combater, seja na Guerra de libertação de Espanha, seja na 2.ª grande guerra, seja para deter o imperialismo financeiro que começa a abrir sobre o terceiro mundo (Portugal incluído) a sua gula assassina, seja para combater os regimes militaristas que o imperialismo vinha opondo às pequenas mas sucessivas vitórias do movimento operário internacional, seja tão somente para controlar as sequelas que o republicanismo entre nós havia deixado. Pelo contrário são bem outras as motivações da geração de 50, que assiste ao grande gelo da guerra fria, à ameaça eminente de uma guerra atómica, à formação da Nato e do Pacto de Varsóvia, às guerras imperialistas da Indochina e da Coreia, ao cimento multinacional do muro de Berlim, à consolidação ameaçadora das sociais-democracias na Europa onde o movimento operário mais do que cansado se sentia frustrado.

Mário Sacramento compreendeu isto como poucos, sem todavia nunca perder de vista que o problema da literatura de 40 e a de 50 não havia sequer oposição mas apenas, consequências de sucessivos contributos científicos, divergência de expressão ou de aprofundamento temático.

Daí que Sacramento escreva:

«Entre opôr a literatura de 50-60 à de 30-40 ou encadear entre elas um processo de interferência e

evolução para o qual as designações distintivas nada têm, nem podem ter de axiológico, eu prefiro o segundo ponto de vista, mas recordando isto: por detrás de uma literatura há sempre uma ideologia. A neo-realista não só não se extinguiu ainda, como é hoje mais forte e rica do que em 40. Pelo que haverá tantos neo-realismos literários, explícitos ou implícitos, quantas as fases ou momentos em que ela incida. A sua persistência e presença terá de ser repercutida, qualquer que seja a matriz da linguagem literária usada ou os escopos a que se vote» (5).

E assim Sacramento explica claramente que o segundo neo-realismo não põe em causa o método de análise e interpretação histórica que tinha guiado e orientado o primeiro, mas não sectariamente reconhece que o **factum** objectivo a que se dirige e explica é outro, porque a arte não é nem a explicação sociológica por parte do indivíduo, de uma elite ou sequer de uma geração mas a explicação do homem (elemento subjectivo) de uma realidade concreta e factica (elemento objectivo) componentes que se interligam e aliam no devir histórico. Não pode a arte caminhar longe do homem que constrói e transforma a realidade que retrata; não pode o homem isolar-se da arte por que ela é o seu produto mais acabado e que retratando a realidade por ele trabalhada a ele próprio o retrata.

Falamos hoje de Mário Sacramento. E falar dele devia ser falar de uma época de crítica literária neste País. Mas devia ser também falar da resistência organizada, da militância contínua, da conquista sem desfalecimentos da unidade possível, até ao nível literário, mas sobretudo ao nível político.

Falar de Mário Sacramento é falar no intelectual de província (o anti-provinciano como Mário Castrim em expressão feliz o epitetou) que entendia que era pelos pequenos jornais, pelas pequenas revistas, pelos pequenos exemplos urbanos de todos os dias, pela paciência só contida no estoicismo que se começavam a ganhar as primeiras batalhas da guerra de libertação.

Falar de Mário Sacramento era contar-te uma história, leitor:

Era uma vez uma Câmara de Aveiro que entendia que Mário Sacramento não tinha direito a busto nem a nome de rua, porque por Aveiro nada tinha feito... Coisas da outra senhora. Que convém ... recordar!

NOTAS :

- (1) — Mário Sacramento, in «Fernando Namora — O homem e a obra», in prefácio.
- (2) — Mário Sacramento in «Fernando Namora», pag. 9.
- (3) — Mário Sacramento in «Há uma estética do neo-realismo?», pag. 30 e segs.
- (4) — Mário Sacramento in «Fernando Namora», pag. 143.
- (5) — Ibidem, pag. 139.

Presença de Mário Sacramento

Por Idalécio Cação

«O futuro por que luto é tão longínquo! Viverei para ele sempre, com a mesma efusão e a mesma tenacidade, pois sem isso seria cadáver em vida»

in Diário (pág. 137-138)

Nunca será demais falar de Mário Sacramento e pouco entre nós dele se tem falado. E mesmo esse pouco — e é-o por isso mesmo — tem-no sido por uma forma saudosista, mitificante quase, que ofende gravemente a imagem que dele se pretende perpetuar. Ele, que sempre combateu o provincianismo em todas as suas formas, recebe hoje, por ironia do destino — no evocar-se-lhe a memória, no trazê-lo até nós — a vingança dessa instituição menor do nosso espírito. Pelo menos por aqui, nos reinos de Aveiro e adjacências, relembra-se Mário Sacramento com a lágrima quase ao canto do olho, emocionalmente, provincianamente, como se, cumprido o seu decesso físico, nada mais restasse desta figura exemplar. Homem de múltiplos interesses, ele constitui, em qualquer dos casos, fonte de ensinamento, símbolo de resistência que urge apontar a uma geração que desponta agora para as grandes lutas do futuro do homem em Portugal. Futuro que não estava assim tão longínquo como, em causa de momentâneo desespero talvez, Mário Sacramento confessava no seu «Diário», em 3-11-67. Isto, se entendermos que o futuro por que ele se batia era a queda do fascismo entre nós, que aconteceria passados apenas seis anos e meio depois deste desabafo.

Fala-se de Mário Sacramento como do homem que escrevia aos domingos e nas pausas da sua profissão de médico, do cidadão que sofreu na carne e no espírito os amargores das prisões fascistas. Necessário se torna, no entanto, dizer-se que a sua luta pelo futuro era isso mesmo, todos os seus actos de escrever, todas as suas acções como pedagogo ideológico visceralmente oposto ao estatuto político que nos amordaçava. Daí, a vigilância estrénuo que os seus escritos impunham aos censores e as medidas preventivas ou de repressão que os «condottieri» do tempo não hesitavam impor-lhe à mínima suspeita. Mesmo depois de morto, Mário Sacra-

mento continuou a representar um perigo real para o decrepito Estado Novo. Relembre-se, a este propósito, todos os argumentos que as autoridades municipais de então invocaram para negarem ao ensaísta de «Fernando Pessoa, poeta da hora absurda» o direito a ter relembrado o seu nome numa placa toponímica da urbe aveirense. Recusa que, ao cabo e ao resto, serviu melhor a sua memória.

Hoje derrubado o regime fascista, nem por isso a luta de Mário Sacramento teria ficado por aí. Ela teria continuado «com a mesma efusão e a mesma tenacidade de sempre, pois sem isso seria cadáver em vida». Agora, que ele está presente apenas na nossa lembrança, estas palavras despertam-nos para novas formas de luta, que seriam as dele, ou seja, a consolidação daquele evento histórico. Estas palavras despertam-nos e advertem-nos de que não devemos parar um só momento na erradicação completa do fascismo, sob pena de traírmos as nossas próprias convicções. Nós, os que estamos vivos, não podemos cadaverizar-nos nesta condição e teremos de lançar-nos, pelo contrário, o repto que a si mesmo dirigira o autor dos «Ensaio de Domingo». Aquelas palavras serão as nossas e funcionarão como látego à nossa comodidade se não nos impusermos a mesma luta, sempre, na consecução do futuro que, hoje, apesar de tudo, não estará assim tão distante como parecia estar para Mário Sacramento em fins de 1967.

Tomemos as suas palavras como nossas, assimilemo-las na prática diária, para melhor lembrarmos o seu autor e prosseguirmos, de braço dado com ele, na sua luta, dignificando, assim, a memória do cidadão e do intelectual comprometido com o futuro. Será esta a melhor forma de falarmos de Mário Sacramento, de mantê-lo bem vivo e presente entre nós.

Cartas para Mário Sacramento

José Régio
António Sérgio
Ferreira de Castro
Casais Monteiro
Manuel Mendes

Do incontável número de cartas recebidas por Mário Sacramento, ao longo de uma vida assaz breve mas cheia, subsistem algumas centenas, quase todas assinadas por nomes dos mais grados da Literatura, da arte, da ciência e da política portuguesas. Quando não do punho de um ou outro consagrado intelectual estrangeiro. As restantes desapareceram na voragem consequente de uma governação que utilizava grilhetas para amarrar ideias.

Da correspondência que subsiste, publicamos seguidamente, sem preconcebido espírito selectivo, missivas de Régio, Sérgio, Ferreira de Castro, Casais Monteiro e Manuel Mendes. Expressivos documentos, servirão, além do mais, para darem a dimensão em que os seus autores tinham a figura de Mário Sacramento.

Portalegre, 4/12/945

Meu prezado Camarada:

Há muito tempo que lhe queria escrever, pois deixei sem resposta a sua última carta; e, até certo ponto, ela tinha ou requeria resposta. Julguei que nos encontraríamos no Porto, durante as férias grandes. Escrever cartas ou conversar não são a mesma coisa; sobretudo, quando, por excesso de trabalho, quase sempre escrevo cartas à pressa. Não nos encontramos então; — algum dia será. ¿ Está agora em Lisboa com permanência?

Já supôs que lhe escrevo hoje para lhe agradecer o seu livro. Li-o todo grandemente interessado, e creio que não é favor nenhum ao autor dizer que é um livro notável. Duas principais coisas, no meu entender, o valorizam, — e que são nada comuns em livros portugueses: a segurança de pensamento (ou a coerência, mantida em todo o livro, da teoria) e a penetração psicológica. Sem dúvida o meu Amigo tem raras qualidades para o ensaio crítico ou especulativo; e pode tê-las ainda para outros géneros, (o romance psicológico, por exemplo) se, a par das qualidades já reveladas, tem as outras, mais puramente artísticas, necessárias à obra de arte literária. Alegra-me, profundamente me alegra, encontrar o livro dum rapaz em que — finalmente! — não encontro mais uma vez o petulante simplismo que os mais dos rapazes de hoje por aí exibem como título de glória.

Não quiere isto dizer que sempre esteja eu de

acordo com o seu livro, — o que aliás não tem senão importância pessoal e secundária. Sendo um livro de interpretação, estruturado em relação a uma intuição central, — afigura-se-me que, por um lado, vários aspectos do Eça não chegam a poder ter cabida nele, e, por outro lado, aquele aspecto apreendido como centro da sua personalidade (a Ironia) sai dessas páginas engrandecido, complicado, enriquecido. Mais simplesmente: Há aspectos do Eça que o meu amigo deixa — e tem de deixar — de lado. Em contrapartida, a ironia, do Eça aparece (ou aparece-me) mais rica no seu livro, do que na obra de ele próprio.

Um dia conversaremos, e então me explicarei melhor. Isto não é senão um apontamento do que gostaria de versar consigo. Em todo o caso, sobre este apontamento se desenvolveria a crítica mais séria que eu poderia tentar fazer à sua obra. Confesso, porém, que me não interessa isso de maior; — pois o que me interessa é poder aplaudir o livro dum novo em que (valha-me Deus! ¿ agradecer-lhe-à este louvor?) já se manifestam experiências e virtudes de homem maduro. Falo não de velhice — não — mas de maturidade, que é a verdadeira idade do homem.

Sou, com sincera estima,

o seu camarada agradecido,

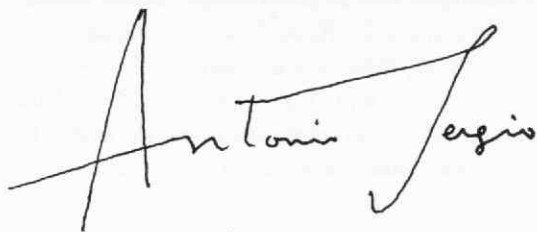
José Régio

Meu caro Camarada

Soube ontem que apresentou o seu Eça de Queirós ao concurso do Primeiro de Janeiro e que lhe preferiram um calhamaço que não li mas que pessoa competente me diz ser um amontoado infinito de imbecilidades (como era de prever). Fica percebendo o meu caro Camarada à sua custa por que tenho dito e repetido que Portugal continua sendo o Reino da Estupidez, onde a Estupidez triunfa sempre. Estas palavras não o podem consolar de ter nascido nesta terra, e de nela viver; mas senti eu a obrigação de dizer-lhas. A celebração do centenário de Queirós é espectáculo perfeito para a ironia queirosiana.

23-XII-45

Seu



*

Lisboa, 21 Set. 57

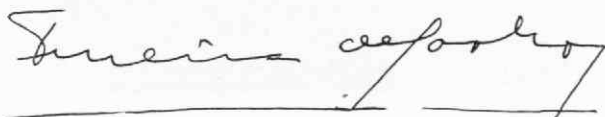
Meu prezado Amigo:

Gostei muito de saber, pela sua carta, que se vai realizar um Congresso Republicano em Aveiro. E gostei porque estou certo de que nele se exprimirão as nossas aspirações de justiça e liberdade entre os homens — duas conquistas sem as quais a vida é bem triste.

O meu actual trabalho — um trabalho muito longo realizado com uma saúde bastante precária — não me permite escrever a tese que me pede. Envio-lhe, porém, uma entrevista que dei ao «Diário de Lisboa» sobre a censura, quando em 1945 houve uma ligeira concessão de liberdade entre nós; e ainda uma mensagem que enviei a uma reunião efectuada na Voz do Operário, onde examino também a situação do nosso pensamento algemado. Se lhe interessar ler ou que alguém leia alguns trechos desses dois documentos pode fazê-lo, pois o que escrevi então continua válido e não tenho que lhe alterar uma só vírgula.

Com as minhas saudações aos congressistas e com a minha fé na liberdade, no progresso humano e na justiça dos dias vindouros, mando-lhe um grande abraço.

Seu amigo e admirador



Rio de Janeiro, 21 de Fevereiro de 1959

Meu prezado Camarada:

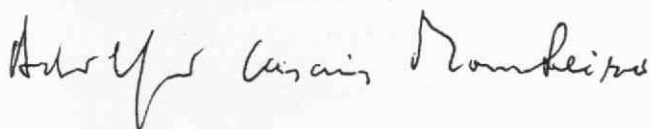
Tenho-me visto em grandes dificuldades para organizar uma antologia da crítica portuguesa moderna, trabalho que me foi encomendado pelo Serviço de Documentação do Ministério da Educação, e o Mário Sacramento é um dos autores «responsáveis» por isso. Com efeito, tendo de conciliar exigências de espaço, género, qualidade, etc., os autores com menos obra publicada, oferecendo pouco por onde escolher, têm-me deixado por vezes interdito.

Pelo que particularmente lhe toca, pensei desde logo no seu «Retrato de Eça de Queiroz». A dificuldade começou por... não ter ainda conseguido o texto — ao passo que o seu livro posterior sobre Eça não me parecia susceptível de se lhe tirar um pedaço «a fingir» de coisa inteira, e eu prefiro, como é natural, escritos inteiros, a fragmentos, aos quais só penso recorrer em último caso, ou em circunstâncias especiais (no caso de Bruno, por exemplo, do qual me pareceu conveniente dar um excerto da «Geração Nova», a crítica ao Eça, por ser realmente um texto inaugural dum ponto de vista «moderno»). Vi um fragmento seu sobre a Florbela, mas esse demasiado breve. Pensei então em pôr-lhe o problema: autoriza-me a publicar o referido «Retrato», ou, caso o seu estudo sobre a «Florbela» seja, como suponho, ensaio curto (relativamente) preferirá que eu opte por ele, como expressão sua mais recente?

Aqui lhe deixo o problema, com o pedido de me conseguir, no primeiro caso, um exemplar do «Retrato», e, no segundo, de me mandar o texto completo da «Florbela», caso não exceda as 15 folhas dactilografadas (aproximadamente; claro que se tiver mais uma ou duas não haverá mal nisso).

O que lhe peço é uma pronta resposta. Vou em fins de Março para a Bahia, e queria ter até lá todo o material reunido. Também lhe peço os dados essenciais bibliográficos. Tenha paciência, e ajude-me nesta empresa, que, com a displicência habitual à nossa gente, deve calcular como se torna difícil!

Afectuosas lembranças do seu camarada que muito o estima



Portalegre, 11/4/59

Meu prezado Camarada:

Peço-lhe que me desculpe a demora destas linhas, demora só justificada pelo trabalho em excesso que sempre tenho, e o correlativo cansaço.

Muito obrigado por se ter lembrado de mim com a oferta do seu livro sobre Fernando Pessoa. É um denso, belo e ruminado ensaio, que vem enriquecer a bibliografia, já relativamente extensa, sobre o Poeta.

Vejo, aqui e além, que o Mário Sacramento voltou à actividade literária. É caso para todos nos felicitar-mos! Sempre pensei que, apesar das dificuldades, se pode acumular tal actividade com outras. Doutro modo, como se faria arte, pensamento, cultura, em Portugal?

Li, e agradeço, o artigo (antes breve ensaio) que dedicou às minhas «Três Peças em um Acto». Com várias coisas que aí diz me achei de acordo. Prouvera a Deus que sempre me criticassem (ou até atacassem) com tal seriedade e inteligência.

Espero mandar-lhe breve o mais recente volume do romance cíclico «A Velha Casa».

Com o agradecimento e a alta estima do

Jose Régio

Meu caro Mário Sacramento: Desculpe-me não ter respondido ainda à sua carta e sobretudo ao seu convite — ao convite sobretudo. Mas eu, neste momento, não sei para onde me hei-de voltar, com trabalho atrasado três palmos acima da cabeça. As colaborações, as traduções, os livros da minha pobre lavra — aquilo com que exclusivamente, e tão mal, ganho a vida, nem me deixam tempo para as boas devoções, que é o melhor do mundo. Paciência!

Quando tiver um momento livre não me esqueço de si. Conservo do bom tempo em que nos conhecemos um bom sentimento também. Eu começava a sentir, então, as primeiras sombras do Outono, embora ainda no quente Verão, e a vossa camaradagem jovem foi um belo sopro de alegria. E quando voltaremos nós à fraternidade dessa época? Tanto gostava que a 2.^a República se formasse numa atmosfera assim! Havemos um dia, vocês têm de me ajudar, de criar seja o que for, na vida pública portuguesa, sob o patrocínio do nome de Bento Caraça, a expressão mais alta, larga, comovida e inteligente dessa forma de convívio que tão grata nos foi e de que tanto carecemos.

Perdoe-me e creia-me seu muito amigo e admirador

10 Fev. 60

Mário Sacramento

ROMAGEM À CAMPA DE VAN GOGH

Em 1960, quando esteve em Paris como bolseiro do governo francês, Mário Sacramento, admirador de Van Gogh, conseguiu escamotear umas horas à labuta diária para ir a Auvers-sobre-o-Oise, onde repousa para sempre o genial artista. Da romagem subsistem as três fotografias que ilustram esta página.

Certo dia, num café de Aveiro, o autor dos «Ensaio de Domingo» entregou-as a um amigo, limitando-se a observar: — Guarde.

— Mas, sendo o doutor mais novo, é quem as deve guardar!

— Guarde! — quase intimou.

O pressentimento — ou a certeza — de Mário Sacramento cumpriu-se. Partiria realmente cedo, com 48 anos.



Nas fotos: Junto da campa do pintor; no café, outrora dirigido pelos hospedeiros de Van Gogh e que tem hoje o nome do artista; e um aspecto de Auvers-sobre-o-Oise.



Sinopse Biográfica

1920 — Nasce a 7 de Julho, em Ílhavo (Largo do Oitão).

1931 — Com a classificação de «Distinto», faz exame de instrução primária e matricula-se no Liceu de José Estêvão — Aveiro.

1935 — Dirige, de 18 de Março a 11 de Junho, «A Voz Académica», jornal dos alunos do Liceu.

Tem 15 anos e, num cruzeiro de férias a Moçambique, profere no navio, onde o pai era comissário de bordo, uma palestra.

1937 — Volta a dirigir «A Voz Académica» (Janeiro de 1937 a Janeiro de 1938). O Conselho Pedagógico e Disciplinar do Liceu de Aveiro confere-lhe o prémio «Sociedade dos Antigos Alunos», constituído por certa importância em dinheiro que, espontaneamente, oferece a um discípulo para pagamento de propinas. Entretanto, o mesmo Conselho comunica ao respectivo encarregado de educação que «mais uma vez se confirmaram os créditos deste aluno, aliás brilhantemente revelados na redacção do jornal dos alunos deste Liceu — «A Voz Académica», do qual foi a verdadeira alma no ano escolar que findou em Julho último». Pouco depois, o Jornal seria suspenso pelos poderes fascistas.

1938 — Aluno do 7.º ano, no dia 10 de Junho sofre a primeira prisão.

Anteriormente, a 7 de Abril, na qualidade de presidente da Academia, entregara a Homem Cristo uma mensagem subscrita por cerca de três centenas de alunos do Liceu e usa da palavra no decurso da homenagem ao notável jornalista aveirense.

1939 — Matricula-se em Medicina na Universidade de Coimbra, que, por não lhe agradar, frequentaria apenas um ano e onde tira os preparatórios, cursando seguidamente no Porto e, depois, durante dois anos, a de Lisboa, a fim de nesta ter Pulido Valente como mestre.

1944 — Consorcia-se em 27 de Dezembro com a dr.ª Cecília Marques da Maia Sacramento, sua antiga colega no Liceu e redactora da «Voz Académica».

1945 — Ganha o «Prémio Oliveira Martins» nos Jogos Florais da Queima das Fitas de Coimbra, sendo então já aluno da Universidade de Lisboa. Faz parte da Comissão Central do MUD Juvenil.

1946 — Nasce, em 7 de Julho, seu filho Rui. No exame da cadeira de História da Medicina apresenta

o trabalho «A sugestão através da História da Medicina — Trabalho apresentado ao exame da cadeira de História da Medicina». Completa o curso médico, em Lisboa, e inicia o cumprimento do serviço militar. Fixa-se na terra natal, onde passa a exercer clínica.

1948 — Nasce, a 23 de Junho, sua filha Clara.

1953 — Sofre a segunda prisão, de um ano e meio, e escreve em Caxias o volume «Fernando Pessoa — Poeta da Hora Absurda».

1955 — É preso pela terceira vez. A certa altura, mercê de firmes protestos, o encarceramento é interrompido, dado a esposa, por virtude das buscas e da detenção que sofreu, se encontrar em perigo de vida. Como consequência, nasce morto, com oito meses, o seu terceiro e último filho.

1957 — Transfere a residência para Aveiro, onde abre consultório.

Promove o I Congresso Republicano, do qual seria secretário-geral.

1960 — Frequenta, em Paris, como bolseiro do governo francês, o Hospital de St. Antoine, a fim de se especializar em gastroenterologia.

1962 — Mais uma prisão, a quarta, em Caxias. Inicia a segunda colectânea dos «Ensaio de Domingo», postumamente publicada (1974).

1965 — Com outros intelectuais, e em representação da Sociedade Portuguesa de Escritores, participa, em Itália, no Congresso dos Escritores Europeus.

1967 — Na Pousada de S. Jerónimo, Caramulo, redige, em 7 de Abril, o seu testamento político.

1968 — Faz, em Setembro, uma curta viagem de recreio ao Funchal, contactando com jovens escritores madeirenses.

1969 — Última alocução, no Teatro Aveirense, quando das comemorações do 31 de Janeiro. Preside, em Fevereiro, ao VI Encontro da Imprensa Cultural, realizado em Guimarães, e faz parte do júri para atribuição do «Prémio Almeida Garrett», no Porto. Publica o seu derradeiro artigo, a que dá o título «Último». Fomenta e impulsiona os trabalhos para a realização do II Congresso Republicano. Morre, a 27 de Março, vitimado por um derrame cerebral. No dia seguinte, é sepultado em Aveiro, e, por sua expressa vontade, em campa rasa.

Aveiro na temática de dois grandes poetas brasileiros

—MURILO MENDES

E

RIBEIRO COUTO

Na antologia sobre Aveiro que importa organizar, ou, talvez, melhor, publicar, figurarão, indubitavelmente, poemas de Murilo Mendes e Ribeiro Couto, nomes que avultam, de resto, na lírica do Brasil. Que constam, inclusivamente, das próprias antologias do país de expressão portuguesa de Além-Atlântico.

Ribeiro Couto (1898-1963) terá passado por Aveiro em 1944 — pelo menos é essa a data do seu poema —, onde se deixou cativar pela graça quase alada dos barcos moliceiros. Caso Curioso, na mesma época estabelecerá relações de índole literária com Mário Sacramento.

Murilo Mendes (1901-1975) haverá escrito os seus versos, denominados «Aveiro», em 1966. Casado com Maria da Saudade Cortesão, filha de Jaime Cortesão — outro nome a ilustrar uma antologia aveirense —, é de crer que o Poeta visitasse a cidade das «salinas palmeiras» vindo de S. João do Campo, nos aros de Coimbra. A reger em Roma a cadeira de estudos brasileiros, não se torna despropositado supor que, num período de férias em Portugal, demandasse uma urbe tão próxima do ninho familiar.

Tudo isto não passará de inconsistente pó levantado, de meras conjecturas. Autêntica, mas autêntica mesmo, a beleza tersa dos dois poemas.

bibRIA

RIA DE AVEIRO

Na ria de Aveiro
Quero um pequenino
Barco moliceiro.
Também sou menino.

Na ria de Aveiro
Podeis vir comigo,
Barco moliceiro
Nunca tem perigo.

Nunca se naufraga
Na ria inocente:
Da crista da vaga
Vêm braços à gente.

Quer vão ao moliço,
Quer soltem as redes,
O mar é submisso
Aos barcos que vedes.

Branças, amarelas,
Na ria de Aveiro
Se espalham as velas:
Brinquedo ligeiro.

Também sou menino,
Ó moças de Aveiro!
Dai-me um pequenino
Barco moliceiro.



Pôr do Sol na Ria, barco moliceiro na faina

RIBEIRO COUTO

1944

AVEIRO

Eis os longos lençóis brancos das salinas mais o inesperado jardim de palmeiras desta sem cartazes Aveiro, exótica no contexto da geografia portuguesa. Salinas e palmeiras! A bordo dum barco minúsculo giramos a delícia de descobrir, na claridade gratuita, pequena franja de Oriente inserida num plano de paisagem da Holanda. O barqueiro seguro em camisa da Nazaré manobra servindo-se de mínimos calculados gestos.

*

Quase salta ao nível da rua o peixe azul ou vermelho.

A não-inquietantes aveirenses riem recíprocas, quem sabe saberão a sal.

*

Nada electrónico, nada «arrabbiato», esconjurando eventualmente o mal do século nuclear, na distante Aveiro, sem haveres, em outra dimensão política, eu viveria saboreando ovos moles, atento aos longos e longes lençóis brancos de sol cómodo e suas salinas.

Roma, 1966

MURILO MENDES



Barco saleiro num canal debruado de palmeiras...

MESTRE HEITOR CRAMEZ

— UM PINTOR QUE AVEIRO CONHECEU

Por J. Vieira

Quando num Agosto afogueado e luminoso, estava prestes a morrer, fechou os olhos para sempre um dos grandes pintores de Portugal — Mestre Heitor Cramez.

Vila-realense — «Eu sou transmontano!», ufanava-se de o repetir a cada passo —, votava igualmente um entranhado afecto a Paris, que conhecia como os seus dedos, ao Porto, onde viveu e ensinou largo tempo, e à cidadezinha da beira-ria onde, por fim, viera acolher-se e jaz em campa rasa.

Começando, com verdes anos, por ser praticante numa repartição da terra natal, depressa revelou extraordinária vocação para o desenho. Cumpridor a preencher laudas e impressos, denotava no entanto maior perícia, motivando admirações, ao «ilustrar» por desfastio a papelada mais ou menos inútil... Ventos fagueiros levá-lo-iam, felizmente, talvez com dezasseis anos, à Escola de Belas-Artes do Porto. Marques de Oliveira e José de Brito, pintores e professores insignes, puderam confirmar as aptidões do jovem discípulo e o certo é que Heitor Cramez, concluído o curso, conquistou, mediante as consabidas provas, uma bolsa de Estado para prosseguir, durante cinco anos, os estudos em Paris. Aluno, na «cidade da luz», como outrora era hábito dizer-se, do consagrado Cormon, Cramez não deixou de impor-se entre os colegas de França e Araganças, assinando numerosos e valiosos trabalhos, alguns dos quais enriquecem o património artístico, aliás riquíssimo, da Escola portuense onde aprendeu e onde depois viria a ensinar.

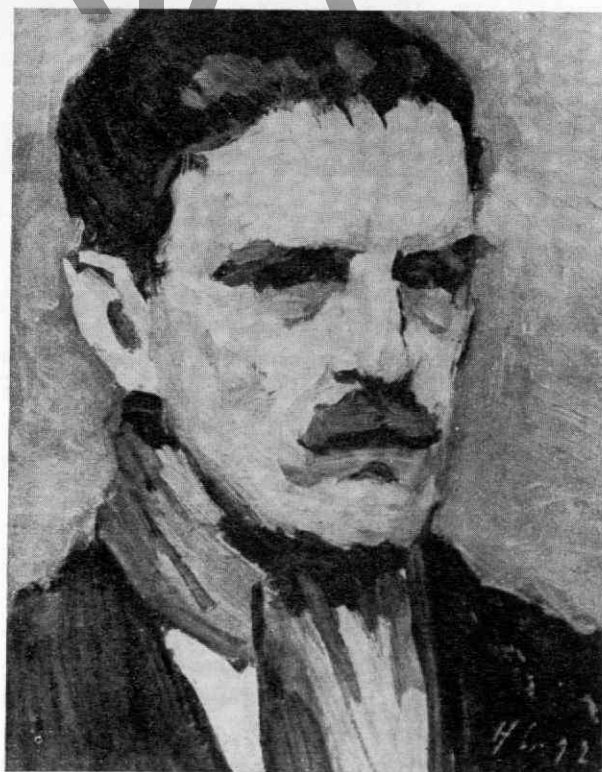
Companheiro dilecto, em Paris, de artistas portugueses da mais elevada estirpe — Diogo de Macedo, Manuel Jardim, Abel Manta, Francisco Franco e Dordio Gomes hoje o único sobrevivente da excelsa plêiade —, Heitor Cramez, ainda que deveras comunicativo, era invulgarmente modesto, de todo avesso a falar de si. Se o inquiriam acerca do seu *curriculum-vitae*, quase respondia com monossílabos. Certa vez, para uma im-

portante enciclopédia e depois de muito instado, limitou-se a responder: — O que é que quer?! Olhe, ponha lá: nasci em Vila Real e vim para o Porto. Daqui fui para Paris e regresssei, após algum tempo, a Vila Real. Mais tarde voltei ao Porto.

E, ante o olhar atónito do interlocutor, matou a «questão».

— Quer que lhe diga mais, se não tenho mais nada para dizer?!

Era assim, enconchado, o distinto aluno de Cormon a quem os colegas da Academia parisiense conhecia por «Porto» e não pelo seu verdadeiro nome. Isto mesmo, que não deixará de ser grato aos portuenses,



HEITOR CRAMEZ (Auto-retrato, 1922)

foi-nos dado surpreender num volume francês que evoca as andanças de artistas moços por Paris.

Quando, um dia, se estudar convenientemente a obra de Mestre Heitor Cramez, onde avultam paisagens, naturezas mortas, flores e notabilíssimos retratos, ver-se-á, a meridiana luz, que o pintor não se limitou a seguir outras pisadas. Senhor de uma poderosa técnica, sem revolucionar — inovou.

Referindo-se a mestre Joaquim Lopes, Narciso de Azevedo, grande figura do Porto literário, escreveu oportunamente: «Perante a Natureza o artista não se deixava dominar por ela, imitando-a servilmente, mas opunha-lhe a sua invencível independência, realizando

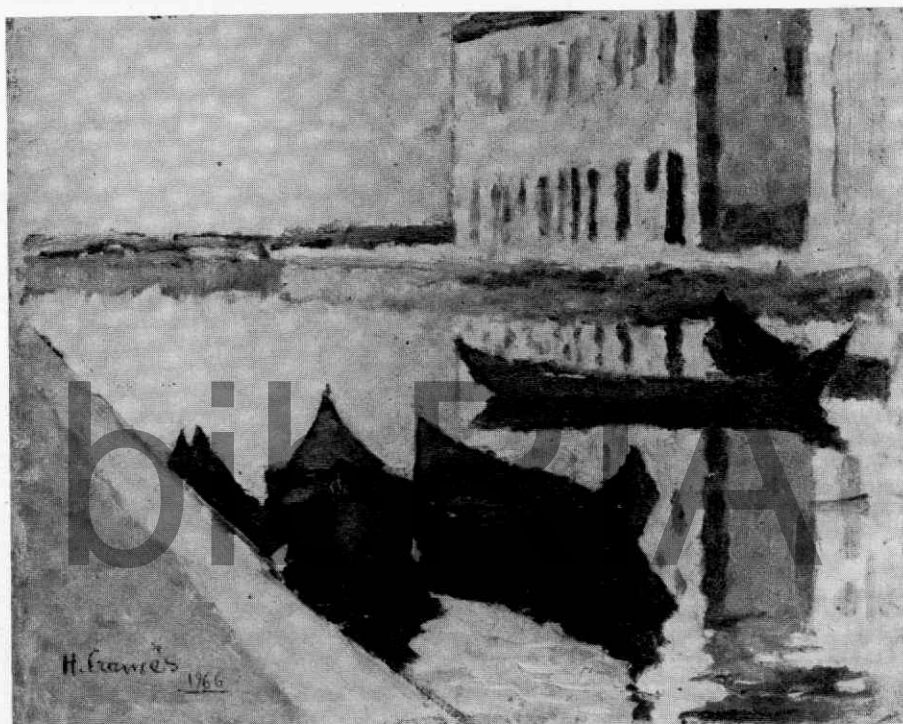
Resende, a um Henrique Pousão e a um Guilherme Camarinha. Quatro nomes, quatro etapas na pintura de modelo vivo...

Um dia, em Vila Real, outro Mestre, mas este das nossas letras, o gigantesco e saudoso Aquilino, que tinha conhecido e se tornara amigo do Pintor na babilónica Paris, interrogou-o de chofre — e a pergunta não deixava de implicar um elogio:

— Por que não vai para Lisboa?!

— Ora — redarguiu com a modéstia de sempre o interpelado —, se toda a gente fosse para Lisboa, ficava a província deserta...

Companheiro de Diogo de Macedo em Paris e



AVEIRO — Barcos na Ria (Pochade, 1932)

nas suas obras uma livre personalidade. A imitação da Natureza quanto mais fiel tanto mais se opõe à Arte. Fidelidade é servilismo. Em estética o servilismo destrói a espontaneidade criadora: não há criação sem liberdade».

Tais palavras ajustam-se perfeitamente ao Mestre agora desaparecido.

No catálogo da exposição organizada pela Escola Superior de Belas-Artes do Porto, «Dois séculos de modelo vivo — 1765-1965», lêem-se, traçadas pelo eminente professor-arquitecto Carlos Ramos, elucidativas e justas referências aos merecimentos e talentos de Cramez. Daí, e como lógico corolário, o primoroso se não precioso volume inserir, em policromia, uma tela do mestre nascido em Vila Real. E tal honra, deve vincar-se, coube tão-somente a um Francisco José de

intimo, em Lisboa, da casa do director do Museu Nacional de Arte Contemporânea, Cramez não se encontra todavia representado, o que poderá causar espécie, nas colecções da rua de Serpa Pinto. Detectivando, por nossa conta, a origem da estranha ausência, conseguimos averiguar que só a «feroz» modéstia do pintor e, paradoxalmente, a viva amizade que ligava os dois artistas protelou sem remédio a presença de qualquer trabalho no grande estabelecimento museológico. Por qualquer circunstância, mas essa desconhecida, foram mais felizes o Museu Nacional de Soares dos Reis e o também cotado «Grão Vasco».

Agora, que a morte apunhalou traiçoeiramente o Artista, gelando-lhe a mão, uma lenda queremos, e isso nos cumpre, destruir. Ao invés do que possa cuidar-se e tem sido mesmo afirmado em letra redonda, o mais



HEITOR CRAMEZ (Auto-retrato, 1957)

representativo dos mestres Cramez transmontanos não malbaratava caprichosamente os seus dias. Nas horas em que um absorvente e ininterrupto professorado lhe deixava livres, pintou inumeráveis telas, muitas das quais, talvez o mais vultoso núcleo, se encontram na capital francesa. Ao alor do talento e com olhos amoráveis fixou trechos de Paris, recantos do Porto, as imponentes paisagens do seu querido Marão, e, por fim, em magníficas **pochades**, um ou outro aspecto de Aveiro e das praias miroas. Tudo isto sem contar uma galeria

de admiráveis retratos, três deles pintados bem recentemente.

De estatura meã, simples no trajar, certo dia, uma velhinha, ao vê-lo descer o Marão com a mochila do ofício às costas, interrogou-o:

— Leva rosários?

— Não, santinha. Já se acabaram.

— Ah!

Nestes derradeiros tempos, já um pouquinho vergado pela força dos invernos, Mestre Cramez contentava-se em transportar na mão a humilde mochila, agora aliviada do supérfluo, que adquirira em França. Quando ia à sua vida de pintor, gostava de passar despercebido. Mas desenhava e pintava mais do que à primeira vida pode supor-se. Seja, porém, como for, Mestre Heitor Cramez legou à arte portuguesa muitas e muitas dezenas de quadros, quiçá mesmo centenas, bastantes deles autênticas obras primas. Por exemplo, por exemplo apenas, o retrato do arquitecto Manuel Marques, dois auto-retratos, alguns trechos de Paris e de Vila Real são, na realidade, magistrais. Têm garra, possuem sólida estrutura. Probo, exigente consigo próprio, meditava, concluída uma tela, se a devia ou não assinar. E quanta vez, de preferência a apor-lhe o nome, não optou pela inutilização pura e simples...

Com setenta e sete anos, Mestre Heitor Cramez alardeava, como artista, transbordante juventude. Inesperadamente, implacavelmente, a morte cortou cerce o alado voa. Mas o que deixou bondará para dar pereinidade ao ilustre transmontano, ao «Porto» das cosmopolitas gerações que, na segunda década do século, passaram pela **École Supérieure des Beaux Arts de Paris**...

Out. de 967.

A Canga Vareira

Por Vasco Branco

Na retina, os desenhos ingénuos, as cores puras e luminosas, todo um conjunto harmónico, mas áacre, dispensando a análise que sempre distancia a aceitação natural de quem vê nessas manifestações um prolongamento da própria paisagem. Os olhos bebiam a carícia da forma e da cor como se perenemente existentes em caixilho ideal. E como fundo, apenas água e céu, muita água e muito céu, casando-se em azulados e verdes raros, longe, na linha ambígua do horizonte. «A alma desta terra é na realidade a sua água», percebemo-lo e sentimo-lo, assim profundamente, tal como o nosso Raul Brandão. Tudo isto, que talvez nada fosse, que talvez nada seja, ali, muito próximo no espaço. Tudo isto, ali, vivíssimo na evocação, à beira da laguna, onde os barcos roçavam a cabeleira ondulante e verde-seca dos caniçais, onde os caminhos alagadiços de lodo, algas e junco surgiam como cicatrizes abertas pelo rodado dos carros de bois. Não ardia ainda tão alta esta febre da coisa motorizada. Percebia-se, por isso, distintamente, o marulhar da onda miuda, o salto da tainha, o chamamento da gaivina e, às vezes, longínqua, a ronca do farol da Barra violentando o hálito denso e oloroso da nevoaça.

De facto, muito de tudo isto irremediavelmente perdido. O progresso cobra sempre o seu preço. Alto preço. Hoje, a laguna da minha meninice, os canais de mistério da minha adolescência, os caminhos de sal, areia e lodo da minha juventude, conturbados pela violência sonora dos pretensiosos barcos de turismo, esmagados pela potente eficiência do tractor e seus atrelados. A nossa virgindade sensorial molda-se em novas formas. A nossa atenção é solicitada agora pelo metal, pelo ritmo ensurdecedor dos motores, pelo gosto excitante da velocidade. Tudo mudou. Insensivelmente. Progressivamente. Definitivamente.

Quando teria eu reparado nas proas dos moliceiros, nos relevos coloridos das cangas? Ou antes: quando as teria eu cindido da própria paisagem? Vemos sem-

pre muito pouco o que temos constantemente diante dos olhos. Talvez por isso só muito tarde me tenha dado conta do merecimento, da beleza, do real interesse destas manifestações de arte popular em vias de extinção. E essa extinção seria o tal preço a pagar pelo progresso. Aliás, progresso desejável, desde que orientado no sentido de proporcionar ao povo melhores condições de vida. Cabe-nos, no entanto, o dever de acautelar as melhores peças restantes em museu de etnografia, antes que nos fiquem simples despojos insignificativos, ou apenas fósseis mais ou menos enigmáticos.

A canga usada para jungir o gado da beira-ria é, a maior parte das vezes, do tipo vareiro, sobretudo até a linha marcada pelo avanço do principal braço do Vouga. O trapézio central, estreito e elegante, profusamente decorado e colorido, aparece logo às portas da cidade servindo quem amanha as courelas baixas e úberes que o rio alaga na sua investida para o termo da viagem. Em Cacia, as primeiras peças entalhadas e pintadas ao jeito vareiro. E o seu uso alonga-se pelo distrito até ao Douro. Para o sul de Aveiro Apaga-se, subitamente, toda a alacridade. As cangas reduzem-se então a simples travessa estreita e baixa sem vislumbre de ornatos. É como se nos aventurássemos em outro mundo mais sóbrio, avaro e meramente funcional. O Douro, centro geográfico da preocupação artística evidenciada nertas alfaias, estende longos braços a norte e a sul, apêndices que os rios Minho e Vouga cortam cerce. Há, todavia, diferenças substanciais entre a canga minhota e a canga vareira, extremos que são desta cadeia aliciante. A nossa (e chamo nosso ao jugo), mais frequente na parte da Beira Litoral que confina com o Douro, mas é parte integrante do distrito de Aveiro) é sempre irregular na sua configuração: alta no centro, abate-se dos lados, abruptamente, para aí pousar em forma de disco. O jugo minhoto, pelo contrário, mantém a mesma altura em todo o seu comprimento ou, quando muito,

apresenta um desnível muitíssimo doce, desenhando uma linha curva na sua parte superior, ou um ângulo muito pouco pronunciado cujo vértice coincide com o centro do madeiro. A canga minhota, cuidadosamente esculpida, lembra uma renda delicada pela sucessão generosa de varandas amplamente vasadas. Não há espaços, nem pontos mortos, neste jugo. O desenho caprichoso e habilmente imbricado cobre por completo toda a superfície. A canga vareira raramente é vasada. E, quando isso acontece, as perfurações acidentais em nada se assemelham às citadas varandas. São simples buracos circulares de pequeno diâmetro. A nossa canga é quase sempre pintada, isto é, os motivos gravados

mente a sabedoria (ou instinto, se assim o quiserem) que lhe guiava as mãos.

Os motivos centrais da canga vareira vão da custódia, cruz de Cristo, vaso de flores, signo-saimão (que nos protege do mau-olhado), às armas da monarquia e república. Os elementos decorativos menores são geralmente fitomórficos e geométricos. Os corações (tão frequentes na arte popular nortenha, nomeadamente na ourivesaria, nos bordados, na própria decoração dos barros) constituem outro elemento decorativo das cangas, sobretudo durienses e minhotas. A flor-de-lis aparece também, mas quase sempre disposta em friso.



Mestre José Soeco mostrando alguns dos seus belos exemplares de cangas vareiras

na madeira são criteriosamente sublinhados pela acção da cor. São usadas cores puras, vivas, transparentes. Daí, do emprego da mesma gama de tons, talvez a semelhante impressão de frescura que sempre me sugeriram as proas dos barcos moliceiros.

Estas cores são frequentemente manipuladas pelo próprio artista, que é ao mesmo tempo carpinteiro e entalhador. Assisti algumas vezes à preparação destas tintas alinhavadas em cacos de louça de barro vermelho, ou em velhas latas de conserva. E mestre Soeco (Soeco de apelido e escrito com o, para meu espanto), dependurada a prisca na orelha, vertia uma golada de óleo sicativo sobre uma porção de corante calculada a olho. Depois de feita a prova no topo da peça que trabalhava, distribuía a cor sem obediência a qualquer plano cromático. Isto, o que me parecia. Mas, acabada a obra, a harmonia do conjunto, o equilíbrio na distribuição dos tons patenteavam franca-

—O trabalho é mal pago. E isso obriga-me a usar madeiras mais brandas como o eucalipto, diz-me mestre Soeco. (2)

Depois cita o lamegueiro, o carvalho, o castanheiro, e o sobreiro como superfícies ideais para o formão.

Mestre Soeco, que ronda hoje os oitenta anos de idade, começou a interessar-se pelas cangas ainda moço e extasiado pelo trabalho que saía das mãos do seu progenitor com quem aprendeu o ofício. Há muito que trabalha sem o auxílio de qualquer muleta.

O desenho brota naturalmente da ponta do lápis e a composição depressa se espalha pela madeira aflagada pela plaina e pela lixa. É então a vez do gravador. Em movimentos rítmicos, passa pela pedra encharcada o fio do formão e a ponta da goiva. O desenho ganha relevo a cada investida. Surgem as folhas, as pétalas, os ramos sinuosos, os círculos franzidos (talvez estilização excessiva de flores silvestres), os frisos. E a

meio, bem evidente, o escudo como motivo central. O desbaste cria formas ingênuas e associações ingênuas entrelaçando o religioso com o profano.

A canga nua, isto é, sem pintura, ganha em delicadeza o que perde em alacridade. Apesar de tudo, o seu tratamento escultórico muito mais alapado fica, quanto a mim, aquém da renda finíssima conseguida pelos artistas minhotos.

A pintura de cores vivíssimas e depois a aposição dos pinceis de cabelo branco e negro dão à peça uma alegria que sempre me sugere festa popular com música, foguetes e arraial. Talvez a canga me recorde os arcos coloridos que se elevam nas ruas das nossas aldeias em dias festivos. Quem sabe?

Mas mesire Soeco, que prepara a madeira, que a risca, que a entalha, que a pinta e que a encabela, cobra uma ninharia pela sua semana de trabalho e por todos os materiais gastos na obra. Mesmo assim, a procura por parte do lavrador é muito menor, agora. E se não fora a ânsia do turista, sobretudo do turista estrangeiro, pela recordação de viagem, pelo troféu desencantado algures, neste país perdido em excêntrico recanto da Europa, mestre Soeco teria que optar definitivamente pelo amanho de seus magros pedaços de terra. O turista, bem servido, leva uma das mais belas

peças do mundo, no dizer do etnógrafo polaco Frankowski. E o artista vai sonhando talvez com a almejada e justa compensação para o trabalho que executa com todo o seu saber, com todo o seu suor, com todo o seu coração.

O levantamento, ou antes, o inventário das manifestações de arte popular do nosso distrito não se completou ainda capazmente, suponho. Há, pois, que percorrer com olhos bem abertos, conhecimentos adequados e profunda sensibilidade, estes areais onde o homem anfíbio lavra e marinha, as terras altas do anacrônico pastor teimosamente perdido entre cardos e tojais de serranias esquecidas. É um crime deixarmos perder, por pura negligência, os mais significativos indícios da história do homem que vegeta na nossa região. E é lamentável, também, não acarinharmos o esforço corajoso destes abencerragens de uma arte materialmente inglória.

NOTAS

- (1) — Jugo e canga são termos equivalentes. Há, todavia, quem os distinga, chamando canga à peça quando baixa e jugo quando alta.
- (2) — Mestre Soeco vive e tem a sua oficina, rudimentaríssima, em Avanca.

bibRIA

Escultores Aveirenses

JOÃO CALISTO

— NOME QUE MUITOS «IGNORAM», OBRA QUE POUCOS CONHECEM

Por João Sarabando

— Falta-lhe escola, mas é um grande fisionomista — escamoteou de pronto Abel Salazar ante alguns bustos, modelados por João Calisto, figurando gente conhecida. — Possui muitas qualidades — avisava por sua vez Teixeira Lopes ao examinar a figura, em gesso, de Jaime de Magalhães Lima. E nem só avisou como deu mostras de assombro ao observarem-lhe que fora conseguida mercê de retocadas fotografias — com óbvias precariedades no tocante a planos —, já que o escritor só pudera pousar escassas dezenas de minutos para o moço artista.

Irmão de uma canastrada de irmãos e filho de humilimo casal — o pai agenciava o pão como pescador, marnoto ou calafate —, João Calisto cedo manifestou tendência para a escultura. Pequenito, com seis ou sete anos traquinas, já modelava, não sem a admiração dos companheiros de folguedos, as figurinhas de barro que, numa rua do bairro piscatório, ilustrariam ingénua cascata do Santo Precursor. E tal inclinação prosseguiria, pelos tempos adiante, a modos das conhecidas maçãs que perfumam, como perfumavam outrora, o bragal das camponesas.

Contaria uma insignificante gabela de primaveras, doze, talvez, quando Fernão Pires, pseudónimo do malogrado jornalista aveirense Francisco do Nascimento Correia, dele nos dá fé em desataviada crónica: «Um dia, no atelier de Romão Júnior, este chamou a minha atenção para um grupo miniatural, em barro, feito pelo seu ajudante. Era um barco de pesca do mar com a companha dentro, agarrada aos remos». E, *in continenti*, vá de acrescentar: «João Calisto, um miúdo ainda, olhou-nos de soslaio, sorriu satisfeito, e o mestre pressagiu logo: «Mostra habilidade».

Insubmisso, irrequieto, mais propenso ao sonho do que ao alfabeto, fez tão somente exame da terceira classe. Mesmo assim — confessar-nos-ia mais tarde —, calcorreou seca e meca, várias escolas da cidade. E se não chegou a frequentá-las todas é porque urgia ir à

vida, ajudar os pais no sustento de muitas bocas. Tanto assim que, desde os nove anos cumpridos até aos dezassete por fazer, ei-lo a amochar, na condição de moço, pesadas canastras de sal em diversas marinhas — primeiramente na que era amanhada pelo pai, depois na do ti Cravo, na do Zé da Cruz, na do João Triliri, na do José Besouro, na do Vicente Portugal.

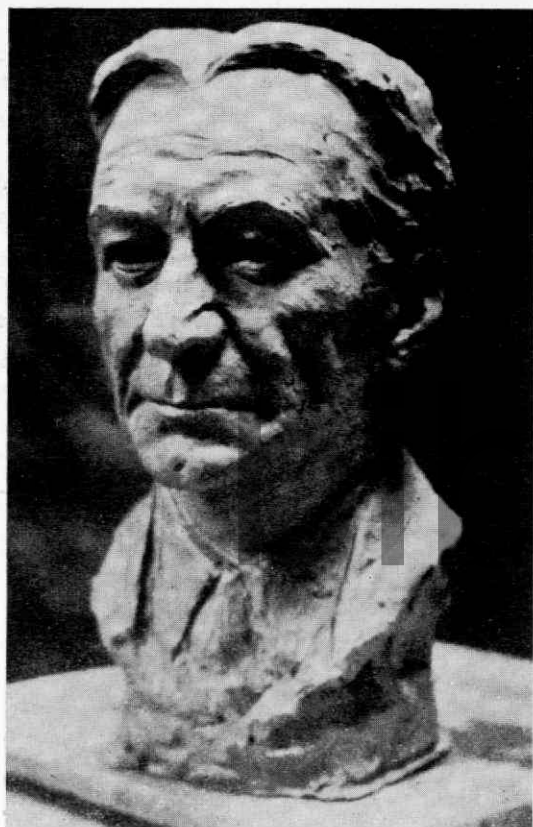
— Foram sete anos, os sete anos da minha morte — costumava dizer mais tarde, não sem acrescentar, arfando, coração arrazado: — Que físico tinha eu para



João Calisto

carregar de cada vez, à torreira do sol, sob céus em brasa, sessenta quilos de sal?

Com a saúde arruinada, incapaz de todo para a faina dura que o fabrico do sal exige, toca de se alistar como servente de trolha. Sempre se lhe aparentariam mais leves os cochos da argamassa... Também não aguentou. Daí o volver à profissão inicial, regressar à modesta Foto Vouga, com o beneplácito compreensivo do seu já amigo e discreto admirador Romão Júnior, escultor de raiz virado fotógrafo na exclusiva freima de obter a côdea amarga, certo e sabido que as «malas-artes» não davam para o tacho quotidiano.



Busto de Abel Salazar

Nascido a 11 de Setembro de 1905, numa pequena casa da Rua de S. Roque, em pleno e típico bairro da Beira-Már, João dos Santos Calisto, filho de pai do mesmo nome e de Maria da Guia, faleceu em 30 de Novembro de 1946 num quase casebre da Rua da Fonte Nova, hoje Avenida 5 de Outubro. Implicitamente com 41 anos, consumidos, salvo os da infância breve, na indeclinável obrigação de prover ao sustento da numerosa prole, minado por doença dolorosa e pertinaz.

De sol a sol às voltas com retratos e retratinhos deste e daquele, no novo estabelecimento fotográfico

para onde, a certa altura, se transplantou — ao tempo, era ainda uma semiousadia exigirem-se as oito hora de trabalho —, fatigado, dorido, exausto, mas denotando férvido amor à escultura, e, aqui, a palavra «amor» nada de nada se imbuirá de ingenuidade, João Calisto, laborioso qual diligente operário, ainda conseguiu deixar para cima de meia centena de modelos, alguns deles expostos no Museu Nacional de Aveiro e noutras instituições públicas. Obras escultóricas que, promovendo atenções e até admirações, não tem paradoxalmente o condão de trazer à tona, como seria natural, o nome do seu autor. Àquela tona onde sobrenadam tantas mediocridades dignas de justiceiro esquecimento, pois que, afinal, só mamarrachos operaram.

— Sou um calisto, como o meu próprio nome diz — tinha por hábito desabafar com os mais íntimos, ao sopro de qualquer injustiça, das muitas de que era alvo. E era de facto um calisto, um má-sorte — como continua a ser a sua memória, já que do nome do artista mal se descortina rastro, apesar de várias das obras deixadas provocarem, repita-se intencionalmente, vivo e inequívoco interesse.

A princípio numa espécie de curro, num cubículo de cinco metros quadrados com janelo ao fundo, por onde uma luz hesitante se infiltrava, e depois num barraco que não ultrapassaria o dobro daquele mesquinho espaço, João Calisto foi modelando, na inquietação obsessiva de corporizar o seu universo de sonhos, a avantajada meia centena de trabalhos. Poderá talvez redarguir-se, pese quanto ficou dito, que o espólio não é assaz abundante para uma abada de vinte anos de labor. A considerarem-se, porém, a saúde do artista, permanentemente algemado a incompadecido sofrimento físico, a instantane necessidade de acudir à subsistência do lar, e, ainda, as condições miserandas em que manuseava a matéria plástica, tal congeminação ruirá pelos alicerces. Independentemente do sombrio quadro descrito, restará pormenorizar que Calisto modelava ao domingo ou pela noite dentro, sem o mínimo resquício de conforto e, no último caso, à luz dúbia de fumarento candeeiro de petróleo. Candeeiro que, nos desabridos invernos, a cada passo se apagava, porque o barraco ostentava, sim, um janelão, mas eternamente à espera de vidros, baratos sem dúvida, mas no entanto inacessíveis a magra bolsa. Tão escorrida que o dono só pôde ver na vida, o que não deixa de ser espantoso, dois únicos museus — o da urbe natal e, de relance, o de «Soares dos Reis».

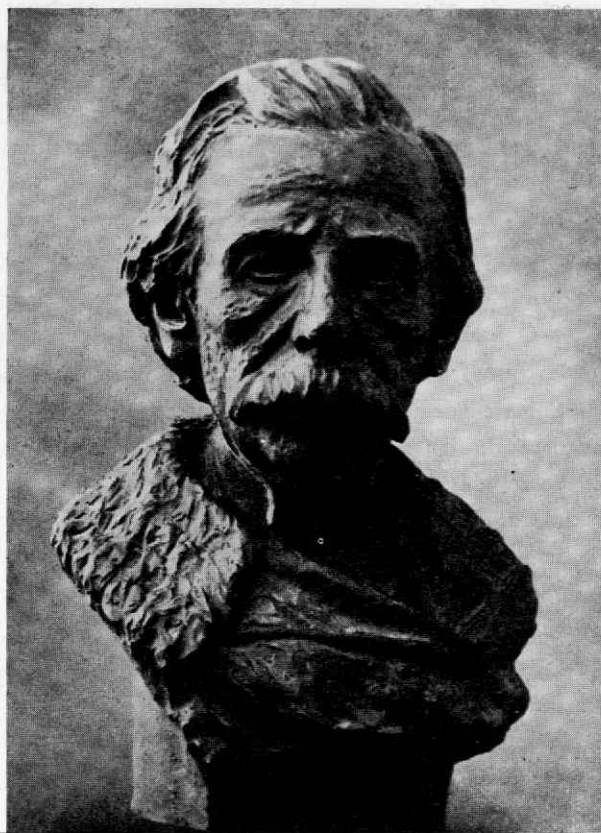
Diversos dos seus trabalhos perderam-se inexoravelmente e outros foram mesmo destruídos por ignaras mãos.

— Para que serve este mono, não nos dirão?! — e zás, entulheira com ele.

Entrementes, vimos ou temos conhecimento dos seguintes: bustos de Álvaro Lé, Wagner (cópia), Silva Rocha, Alberto Souto, Maria da Guia, Santos Calisto, Virgínia Calisto, Luís Maltês, António da Benta, José de Pinho, Jaime de Magalhães Lima, João Aleluia, Joãozinho, Pereira da Cruz, Homem Cristo, Schubert (cópia), Leninha (aos dois e aos dez anos), professor Moreira, S. Pedro, ti Zé-nhã, João Evangelista de Lima Vidal, Camilo, Eça, Abel Salazar, esposa de António Nunes Rangel e «Agonia»; cabeças de Cristo e da Virgem, (duas imagens de S. João Baptista e uma de S. Domingos (cópia de escultura existente no Museu de Aveiro), medalhão com uma cabeça de Cristo, **portrait-charge** de Abel Salazar, «Miséria» (grupo de quatro figurinhas) e alguns tipos de feição regional, medeando entre dezoito e vinte centímetros de altura, como «Pescador», «Tricana Antiga» e «Tricana Moderna». Dos bustos de Homem Cristo e Abel Salazar existiam duas versões. Escrevemos de tal jeito porque uma, respeitante ao grande vulto das artes, das letras e das ciências, foi destruída por João Calisto, que, logo após a modelação, a julgou artisticamente inferior. Resta, felizmente, uma fotografia do trabalho, aliás vulgarizada na Imprensa, que avaliza o nosso aserto.

A terra-cota seduzia o artista. A maioria dos trabalhos é consequentemente, em barro cosido, por vezes patinado. Alguns, acham-se vazados em bronze — o busto maior de Homem Cristo, inaugurado solenemente na antiga Associação Comercial, o busto de António da Benta, oferecido pelo Rotary Clube, mediante cópia do original, propriedade do Sport Clube Beira-Mar, ao Museu de Aveiro, o medalhão de Cristo, apostado num túmulo do Cemitério Central, e o «portrait-charge» de Abel Salazar, que o livreiro portuense António Lello destinava ao mesmo museu aveirense. Destinava... Porque a oferta não pôde ser aceite pelo director de então, face à periculosidade que, nesses áureos tempos da cultura, representava uma simples efígie do falecido vulto da Ciência e plurifacetado artista... Finalmente, encontra-se fundido em gesso o busto de Jaime de Magalhães Lima e é talhado em pedra de Ançã o que tem por título «Agonia». Lembrava amiúde João Calisto que este seu derradeiro trabalho o prefiguraria ao morrer. Como, de facto, expiraria — sedento de ar, boca hiante, faces chupadas, olhos desmesuradamente abertos.

Três bustos no Museu — do Arcebispo-bispo de Aveiro, do lobo-do-mar António da Benta e do segundo director do mesmo estabelecimento cultural —, outro, o de Jaime de Magalhães Lima, num dado sector do Município, além do referido «portrait-charge», que também era de figurar no Museu e não figura, deviam, só por si, constituir cabedal bastante para, no conspecto das artes



Busto de Camilo

plásticas, imporem instantaneamente qualquer nome, aureolando-o de respeito. Arrancando-o, numa palavra, ao anonimato convencionado e atroz, tão atroz que ainda hoje, grudativamente, o envolve. Mas como rememorar o artista se as portas museológicas apenas se abririam mais tarde e de maneira discreta, no **post mortem**? Mas como querer ouvir falar dos méritos de Calisto, se Calisto era extremamente pobre, extremamente modesto e, apesar de tudo, extremamente vertical, talvez orgulhoso, até, para mendigar a esmola de uma singela notícia?! Abel Salazar, que soube reconhecer o artista no homem modesto, rodeá-lo-ia de especiais cuidados no surto final da existência, franqueando-lhe a própria casa em S. Mamede de Infesta, e «forçando» inclusivamente as portas do Hospital de Santo António, no Porto, para um inadiável internamento. Calisto foi vítima de uma época. Era de mau tom, se não mesmo comprometedor, encarecer-se um deserdado, um infeliz, um humilde entre os humildes. Ainda se a honradez contasse o que era mister contar em certa sociedade... Mas como, se essa sociedade, mercantil e egoísta, destruía, qual cavalo de Átila, inumeráveis vocações, impedindo-as de florescer? Daí João Calisto só haver contado, no meio das suas inenarráveis atribulações, com a afeição de gente tão desprotegida como ele, sem meios, implici-

tamente, de atirar uma bóia redentora a qualquer náufrago.

Manhã de Novembro, com o sol lá em cima a tremer de frio. Pancadas secas, repetidas, alertantes, no batente da porta.

— Que é? — Acudimos a saber. Em palavras gritadas, ansiosas, uma familiar do artista esclareceu de pronto:

— O João está a morrer, tem muita falta de ar. Empreste a bomba da bicicleta, depressa.

Compreendemos. Era a ingenuidade, como que transmutada em farsa, a intrometer-se na tragédia. Condoído, desesperado pela notícia, deixámos pender a cabeça e duas lágrimas quentes, de sangue, embaciaram-nos os olhos. Aí estava o desfecho há muito esperado, mas sempre rejeitado, do pungentíssimo drama.

Dias volvidos, que não era caso para demasiadas pressas, os jornais, numa dúzia de linhas, noticiavam o falecimento de João Calisto. «Fotógrafo de profissão — esclareciam — mas um verdadeiro temperamento de artista, que uma vida de angustiantes privações e as contingências de uma doença pertinaz não deixaram afirmar-se na plenitude dos seus méritos. /.../ Morreu



«Miséria» — grupo escultórico

tão extremamente pobre como nasceu e sem poder realizar os anseios de criação artística /.../ Pobremente, apagadamente, foi hoje a enterrar, quase como um anónimo. E se a sorte não houvesse sido tão adversa, poderia ter deixado um nome de relevo entre os filhos ilustres de Aveiro».

Na primeira página de «República», em crónica intitulada «Morreu aquele artista...», Maia Alcoforado ainda escabujou, numa revolta: «/.../ Não, os senhores não o conheciam. Nem os senhores, nem os Artistas, nem os Poetas. /.../ E, todavia, ele foi um artista invulgar na sua raça de Artista... Se até os patrícios — os de ali de Aveiro — mal o conheciam. E se o conheciam... «— ah! sim... o João dos Santos Calisto... temos ouvido falar e parece que tem jeito... Fez em barro a cabeça do Homem Cristo e a do Camilo... A do Bispo dizem que tem elevação e a do Jaime Lima... Sim... sim... era uma esmola se ele morresse...» — e não passavam disto, destas palavras totubeadas, destas reticências duvidosas...

«Os poucos admiradores e amigos do infortunado — ah! esses... — não se limitavam a adorá-lo, a reparar com ele um naco de conforto, uma migalha de alegria.

«Não, não se limitavam.

«Chegaram a ir mais longe...

«A ir... sabe-se lá até que polo do sacrifício...

«/.../ Não, os senhores não conheciam aquela vítima do atribiliarismo ofegante de uma sociedade maldosa, egoísta e reles, filha de uma Pátria, como dizia o Dr. Ricardo Jorge, única nas ingratidões, onde nem só aos vivos se furta a glória, mas que até aos mortos se ratinha.

«Pois o Calisto, que não chegou a ver meia dúzia de vezes nos jornais o seu nome estampado em caracteres obesos enquadrado em adjectivos barulhentos e álares, morreu um dia destes sem fama, sem glória; carregadinho de um mal que fazia aflição vê-lo e ouvi-lo.

«E lá foi a enterrar /.../ num dia igual àqueles em que foram para a sepultura o Metzner, o lapidador dos **Diamantes Negros**, o Zé Duro, o António Nobre, o Cesário Verde /.../ É sempre em dias assim...

«Raios partam o Destino, a Vida, este maldito deambular pelo mundo — entre a dentuça arreganhada do despeito e a gargalhada alvar do tráfalha.

«O João Calisto, que na sua casinha de Aveiro — dois cubículos encastoados numa das paredes arruinadas e tristes entre o largo profano da Fonte Nova

e o Cojo — deixou um espólio artístico que vale a infinidade da sua Arte.

«Da sua Arte... de que muitos desdenharam, mas de que se aproveitaram sempre, quando queriam aparecer algures, como pioneiros de ideias generosas, desassombradas e justas.

«Perdão...

«A generosidade, a coragem moral e a defesa da justiça são atributos dos que escancaram a alma e desceram a inteligência sem espreitar ao buraco da fechadura das conveniências.

«É da ingenuidade dos românticos que, em resumo, se vale sempre, ou quase sempre, a manha dos esperalhões... de que Deus há-de dar cabo — por Bem!...»

*
* *

Depois foi o silêncio. Todos os homens chamados bons estavam quites com a própria consciência. Os pontífices da cultura oficial também. E a vida, como se nada de nada tivesse acontecido, prosseguiu...



Trabalho duro o dos marnotos, profissão que João Calisto também exerceu e tanto contribuiria para a ruína prematura do artista

Cancioneiro do Distrito

CINQUENTA QUADRAS APENAS DAS MILHARES QUE O POVO SABE...

Os cancioneiros permitem o aprofundar dos diferentes problemas que servem para uma justa compreensão das multidões ignoradas, tornando-se um testemunho com voz própria, cuja presença será imprescindível para que se pautem afirmações em relação a cada povo.

Deste modo se sentirá como tarefa de um alcance altamente nacional, a imediata e urgente recolha de todos os cancioneiros, não só nas suas expressões de lirismo, como também naquelas outras de diferente qualidade poética, mas que condensam, de igual modo, atitudes, observações e experiências do quotidiano.

Para um tal objectivo se deveriam interessar os estudantes nos períodos de férias, as agremiações de recreio e cultura, os grupos campistas e os intelectuais, todos submetidos à superior orientação de uma equipa conscienciosa de etnólogos, filósofos e especialistas da ciência sociológica, à qual competiria reunir, classificar e distribuir, para estudos mais atentos, o rico manancial de toda a espécie que anda por aí disperso e se vai perder irremediavelmente.

Alves Redol

«Cancioneiro do Ribatejo», 1950



Monumento a Manuel Alves, no Vale do Boi—Anadia
Confirmando uma tese do eminente Ramón Menéndez Pidal, diversas quadras do popular poeta bairradino passaram a fazer parte do cancioneiro do povo português

Senhores, não se admirem
deste meu fraco cantar;
sou filha d'um pescador,
como cabras ò jantar!

Aveiro

Sou pequenina mas tenho
um lenço de cor de rosa,
que me deu o meu amor
quando veio da Murtosa.

Águeda

Quem vai ò Senhor da Serra
e num vai ò Corredor
é como quem vai ao céu
e num vê Nosso Senhor!

Cabomonte, Feira

Sim, senhora; não, senhora
— foi a minha criação;
Quem quiser ser estimado
há-de dar a estimação.

Aveiro

Hei-de casar na Gafanha,
hei-de ser um gafanhão,
para vender as batatas
às meninas de Alqueidão.

Gafanha

Deste-me uma pera verde
para eu amadurar;
pera verde ou verde pera,
não me queiras enganar.

Mourisca do Vouga

Santos Mártires de Marrocos
consolai a triste mãe;
livrai-lhe o filho das sortes,
pra não ir servir o rei.

Águeda

Quem tem telhados de vidro
que ande muito direitinho;
macaco, olha o teu rabo,
deixa o rabo do vizinho.

Estarreja

Sei que andas de mal comigo
por causa das embrulhadas;
se tens dor de cotovelo,
deita-lhe urtigas pisadas...

Águeda

S. Gonçalo do Bunheiro,
S. Mateus de Madail,
cortai os dentes às pulgas,
que não me deixam dormir...

Murtosa

Ó pedras desta calçada,
levantai-vos e dizei
quem vos passeia de noite,
que eu de dia bem o sei!

Oliveira do Bairro

Que vale o dinheiro do rico,
Para o ter amontoado?!
Se quem o tem é feliz,
quem o adora é desgraçado.

Aveiro

Não quero saia de chita,
podem chamar-me senhora;
quero saia de mandil,
que é traço de lavradora.

Assequins — Águeda

Ó meu rico S. Gonçalo,
costas viradas ao Norte,
se me chegar a casar,
não me dês nenhum calote...

Pardelhas

S. Pedro foi pescador,
as redes ao mar lançou;
o S. Paio da Torreira
também as redes puxou.

Murtosa

Para a tua rouquidão
eu remédio te vou dar:
aguardente e açúcar,
quando te fores deitar.

Águeda

Ó senhor arrais do barco,
salte fora, venha ver,
venha ver a sua filha,
que se vai arreceber.

Aveiro

Lá vem um barco à vela,
lá vem a sardinha fresca,
lá vem o meu amorzinho
sentadinho numa sesta.

Águeda

'Stamos a chegar do Bico,
à praia dos pescadores;
à semana são mosquitos,
do domingo só doutores...

Murtosa

Ó moço da calça branca,
erga o pé, que suja a meia;
vá casar à sua terra,
num case na terra alheia.

Cabomonte, Feira

O Senhor da Serra é meu,
que o ganhei ao serão,
a fiar na minha roca,
no mais fino algodão!

Vale d'Aquela — Águeda

Moliceiros arrastados,
que andais no rio a fazer?
— Às marés de trinta e cinco,
não ganhais para comer.

Murtosa

O meu coração é terra
hei-de mandá-lo lavrar,
pra semear os desejos
que tenho de te falar!

Macieira de Alcoba

O tocador da viola
há-de mister um caldinho;
feito pela mão do gato,
botado num caqueirinho...

Aveiro

— Minha mãe, quero casar.
— Ó filha, diz-me-com quem.
— Minha mãe, *cum* alfaiate.
— Ó filha, alfaiaat-o bem...

Aveiro

Eu hei-de ir ao S. Geraldo
com a minha carapuça;
quem tem raiva que enraiveça,
quem tem catarro que tussa.

Águeda

Não me queres por ser pobre,
eu a ti por seres judeu;
olha a diferença que faz
o meu sangue para o teu!

Assequins — Águeda

Indo eu para o estudo,
atirei côlviro ao Cais;
namorei-me dos teus olhos,
estudo não quero mais.

Aveiro



O «Cancioneiro de Águeda» numa exibição ao ar livre. Aliando à pureza das danças o casticismo da indumentária e da música genuinamente popular a letra sem jaca das cantigas, o agrupamento folclórico e etnográfico aguedense avulta, sem favor, entre os mais categorizados do país

Adeus, adeus, Costa Nova,
adeus ó Ria de Aveiro;
a saúde vai na mesma
e a carteira sem dinheiro...

Águeda

Eu hei-de ir ao S. João,
ao S. João da Bairrada;
hei-de lá dormir um sono
debaixo da ramalhada.

Paredes — Águeda

Das filhas da minha mãe
eu fui a mais infeliz;
as outras todas casaram,
só a mim ninguém me quis.

Aveiro

Do Algarve vem o figo,
de Santarém o azeite,
de Pardilhó vem o trigo,
do Bunheiro vem o leite.

Murtosa

Adeus terra de Salreu,
com S. Martinho defronte;
as saudades que eu levo
são da Senhora do Monte...

Estarreja

Fui-me confessar ao Carmo,
comungar aos Capuchinhos;
deram-me de penitência
mais abraços que beijinhos...

Aveiro

Adeus cidade do Porto...
Ó rua da Boavista,
onde passa o D. Miguel
mai-la tropa realista.

Cabomonte, Feira

Tanto me dói a cabeça
que me quer cair no chão;
dai-me mais uma pinguinha,
quer ela caia quer não...

Fermentelos

Costa Nova nada vale,
Aveiro vale um vintém;
Ilhavo vale um cruzado
p'las lindas moças que tem.

Ilhavo

Coitadinho de quem morre
se pró Paraíso não vai;
quem cá fica logo come,
a pena logo se vai...

Oliveirinha do Vouga

As lavadeiras à noite
lavam os seus aventais
pra fazer travesseira
no meio dos areais.

Águeda

Cana verde, ó cana verde,
cana verde de Ferrães;
ainda não estou casada,
já me dão os parabéns!

Fermentelos

A entrada desta rua,
logo mesmo à entrada,
está uma pereirinha nova,
qu'inda não foi abanada...

Assequins — Águeda

Abaixa-te, ó Paradela,
que eu quero ver Oliveira;
quero ver minha madrinha,
a Senhora da Amoreira.

Casal d'Alvaro — Águeda

Venho mesmo admirada
do preço que os homens têm;
inda agora me ofereceram
catorze por um vintém...

Aveiro

A Senhora da Saúde
prometeu, e há-de dar,
raminhos pra fazer sombra,
rapazes pra namorar.

Macieira de Alcoba — Águeda

'Stamos a chegar ao Bico,
à terra do **bragagão**;
os rapazes mais bonitos
é os filhos do Galvão.

Murtosa

Estudante deixa as aulas
e vem para o meu jardim;
mais vale um ano de amor
do que sete de latim...

Aveiro

Quatro coisas quer o amo
do criado que o serve:
deitar tarde e erguer cedo,
comer pouco e andar alegre!

Aveiro

Os teus olhos, ó Maria,
quando se encontram cos meus,
dizem coisas, dizem coisas,
ai Jesus! valha-me Deus!...

Águeda

Viva a malta, viva a malta,
viva a malta, trema a terra;
que venham cá os de Aveiro,
que esta malta não se arreda!

Águeda

Estou rouca, enrouqueci,
mal haja a rouquidão,
que não me deixa cantar
à minha satisfação.

Aveiro

Compilação de M. Berta

bibRIA

Aveiro na confluência de dois séculos



Fins do século XIX — A Praça do Pão, mais tarde denominada do Comércio e hoje Praça do Dr. Joaquim de Melo Freitas



Princípios do século XX — «As Pontes», o quiosque da Ti Epifânia, o mictório e, no canal, os barracões das lanchas da Capitania

Arquivo no conhecimento de dois séculos



bibRIA



PROJECTO DE DECRETO-LEI

CAP. I — DA DIVISÃO PROVINCIAL

ARTIGO 1

O território do Continente e Ilhas Adjacentes para efeitos de administração regional é dividido em:

1 — ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

- a) **Concelhos do Distrito de Aveiro:** Espinho.
- b) **Concelhos do Distrito de Porto:** Gondomar, Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Porto, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia e Valongo.

2 — PROVÍNCIA DO MINHO, DOURO E TRÁS-OS-MONTES:

- a) **Distritos de:** Braga, Bragança, Viana do Castelo e Vila Real.
- b) **Concelhos do Distrito do Porto:** Amarante, Baião, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel, Paredes e Santo Tirso.
- c) **Concelhos do Distrito de Viseu:** Armamar, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Tarouca e Tabuaço.
- d) **Concelhos do Distrito da Guarda:** Figueira de Castelo Rodrigo, Meda e Vila Nova de Foz Coa.
- e) **Concelhos do Distrito de Aveiro:** Arouca, Castelo de Paiva, Feira, Oliveira de Azeméis, Ovar, S. João da Madeira e Vale de Cambra.

3 — PROVÍNCIA DA BEIRA

- a) **Distrito de:** Coimbra.
- b) **Concelhos do Distrito de Viseu:** Castro Daire, Carregal do Sal, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, S. Pedro do Sul, Sátão, Santa Comba Dão, Tondela, Viseu, Vouzela e Vila Nova de Paiva.
- c) **Concelhos do Distrito de Aveiro:** Albergaria-a-Velha, Aveiro, Águeda, Anadia, Estarreja,

Ilhavo, Murtosa, Mealhada, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga e Vagos.

- d) **Concelhos do Distrito da Guarda:** Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Guarda, Gouveia, Manteigas, Pinhel, Seia, Sabugal e Trancoso.
- e) **Concelhos do Distrito de Castelo Branco:** Belmonte, Covilhã, Fundão e Sertã.
- f) **Concelhos do Distrito de Leiria:** Ancião, Alvaiázere, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Porto de Mós, Pedrógão Grande e Pombal.
- g) **Concelhos do Distrito de Santarém:** Vila Nova de Ourém.

4 — ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

- a) **Concelhos do Distrito de Lisboa:** Arruda dos Vinhos, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira.
- b) **Concelhos do Distrito de Setúbal:** Almada, Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Setúbal, Sesimbra e Seixal.
- c) **Concelhos do Distrito de Santarém:** Benavente.

5 — PROVÍNCIA DA ESTREMADURA E VALE DO TEJO

- a) **Concelhos do Distrito de Leiria:** Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Obidos e Peniche.
- b) **Concelhos do Distrito de Lisboa:** Alenquer, Azambuja, Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.
- c) **Concelhos do Distrito de Santarém:** Alcanena, Alpiarça, Almeirim, Abrantes, Chamusca, Cartaxo, Coruche, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Rio Maior, Santarém, Sardão, Salvaterra de Magos, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.
- d) **Concelhos do Distrito de Castelo Branco:** Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Proença-a-Nova, Penamacor, Sertã, Vila Velha de Ródão e Vila de Rei.
- e) **Concelhos do Distrito de Portalegre:** Gavião e Ponte de Sôr.

6 — PROVÍNCIA DO ALENTEJO

- a) **Distritos de:** Beja e Évora.
- b) **Concelhos do Distrito de Portalegre:** Arronches, Avis, Alter do Chão, Campo Maior, Crato, Castelo de Vide, Elvas, Fronteira, Marvão, Monforte, Nisa, Portalegre e Sousel.
- c) **Concelhos do Distrito de Setúbal:** Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines.

7 — PROVÍNCIA DO ALGARVE

Distrito de: Faro.

8 — PROVÍNCIA DOS AÇORES

Distritos de: Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada.

9 — PROVÍNCIA DA MADEIRA

Distrito de: Funchal.

ARTIGO 2

1 — A divisão administrativa do país, competência e funções dos seus órgãos serão obrigatoriamente revistas dentro de um ano.

2 — O M.A.I. apresentará no prazo de 90 dias a contar da data de publicação do presente diploma, uma proposta para discussão a nível regional e local, da criação de agrupamentos de concelhos e respectivas funções e competências.

CAP. II — DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL

Secção I — Natureza, atribuições e competência

ARTIGO 3

1 — As províncias e as Áreas Metropolitanas constituem pessoas morais de direito público, dotadas de autonomia administrativa e financeira.

2 — A autonomia administrativa traduz-se na faculdade de a Província poder organizar, coordenar e fiscalizar serviços por ela própria criados, destinados a assegurar a execução das suas atribuições.

3 — A autonomia financeira traduz-se na faculdade de gerir o seu património, de cobrar as receitas que por lei lhe sejam destinadas e afectá-las ao cumprimento dos seus objectivos próprios, sem outros limites para além dos que estão previstos quanto à fiscalização jurisdicional das suas contas e de tutela do Governo na apreciação da sua gestão.

4 — Para os efeitos do presente diploma e até à definição do seu estatuto, as Áreas Metropolitanas são equiparadas a Províncias.

ARTIGO 4

1 — São órgãos da administração provincial:

- a) O Conselho Provincial.
- b) A Comissão Executiva.

2 — Junto da Comissão Executiva e com funções consultivas funcionará um Conselho Coordenador.

ARTIGO 5

Os órgãos da administração provincial têm atribuições de:

- 1 — Planeamento do desenvolvimento;
- 2 — Fomento económico;
- 3 — Acção social;
- 4 — Acção educativa e cultural;
- 5 — Administração Civil.

ARTIGO 6

No exercício das atribuições de planeamento do desenvolvimento, cabe aos órgãos da administração provincial:

- a) Promover e coordenar a expressão dos elementos representativos da província, quanto às necessidades e aspirações respeitantes ao seu desenvolvimento económico e social;
- b) Assegurar a intervenção da Província na definição dos objectivos e metas do desenvolvimento social e económico a nível nacional;
- c) Elaborar o plano de desenvolvimento provincial, em conformidade com as directivas fundamentais traçadas pelo Governo para o plano nacional;
- d) Controlar a execução do plano de desenvolvimento provincial;
- e) Promover a coordenação, para os mesmos efeitos, dos meios de acção provinciais.

ARTIGO 7

Nos exercícios das atribuições de fomento económico, cabe aos órgãos da administração provincial:

- a) Criar e manter serviços destinados à elaboração de estudos e projectos de obras e melhoramentos a realizar na província, por sua conta ou pela das autarquias locais;
- b) Propor a criação de Sociedades de Desenvolvimento Regional;

- c) Criar e fomentar zonas industriais;
- d) Criar e manter serviços destinados à prestação de assistência técnica às autarquias locais;
- e) Organizar parques de máquinas e outro equipamento de obras, que possam ser utilizados em condições a definir por regulamento, pelas autarquias locais;
- f) Organizar exposições, campanhas de divulgação ou outras formas de actividade que visem o desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria da província ou tendentes ao melhor aproveitamento das suas potencialidades;
- g) Organizar concursos e instituir prémios destinados a estimular as actividades económicas da província;
- h) Promover estágios, instituir bolsas de estudo e apoiar a criação de estabelecimentos de investigação e ensino que visem a aquisição de técnicas úteis ao desenvolvimento da economia provincial, nomeadamente no que respeita ao estudo, elaboração e execução de planos e programas de desenvolvimento.

ARTIGO 8

No exercício das atribuições de acção social, cabe aos órgãos de administração provincial:

- a) Assegurar a intervenção das populações no estudo e execução dos programas de desenvolvimento económico e social e promover a definição conjunta, por serviços e população, das linhas de estratégia que deverão informar os planos de desenvolvimento;
- b) Planear a rede sanitária da província;
- c) Promover a execução do equipamento sanitário de nível provincial e, sempre que necessário, colaborar com as autarquias locais na execução dos respectivos equipamentos;
- d) Assegurar os meios humanos, técnicos e financeiros para o funcionamento do equipamento sanitário de nível provincial;
- e) Assegurar a compatibilização das políticas de emprego nacional e provincial;
- f) Intervir na gestão dos fundos da Segurança Social particularmente dos que envolvem capitalização;
- g) Coordenar as acções de estudo dos planos de desenvolvimento económico e social e dinamizar e apoiar a concretização dos respectivos programas, designadamente os de ordem social;
- h) Assegurar a acção articulada dos serviços e instituições que, à escala local e provincial, têm responsabilidades na política de bem-estar social;
- i) Assegurar a formação permanente do pessoal,

no sentido de se conseguir uma actualização e aperfeiçoamento técnicos que permitam não só maior rendibilidade de acção, mas também uma eficaz adaptação às determinantes do processo de mudança em curso na sociedade portuguesa.

ARTIGO 9

No exercício das atribuições de acção educativa e cultural, cabe aos órgãos de administração provincial:

- a) Planear a rede escolar a nível dos ensinos pré-primário, básico, secundário e médio;
- b) Coordenar a acção das autarquias locais na execução do equipamento escolar referido na alínea anterior;
- c) Assegurar os meios humanos, técnicos e financeiros para o funcionamento dos níveis de ensino referidos na alínea a);
- d) Apoiar, proteger e estimular a criação de museus, conservatórios, arquivos e outras instituições culturais da província;
- e) Inventariar, propor medidas cautelares e divulgar o conhecimento dos valores artísticos, históricos, arqueológicos e paisagísticos da província;
- f) Promover a realização de estudos etnográficos e a salvaguarda dos correspondentes valores provinciais;
- g) Promover e incentivar a constituição de sociedades públicas ou privadas de protecção e manutenção de edifícios, parques e outros valores históricos, artísticos e paisagísticos, no sentido da sua adequada fruição pela comunidade;
- h) Criar e administrar parques regionais.

ARTIGO 10

Para o desempenho das suas atribuições compete aos órgãos da administração provincial:

1—Coordenar as acções dos órgãos provinciais no que respeita à:

- a) Elaboração dos planos de desenvolvimento económico e social e do ordenamento físico do espaço, a médio e longo prazo;
- b) Programação anual e plurianual, coordenação e execução dos projectos de investimento no sector público, dependentes de compatibilização a nível nacional:
 - infraestruturas básicas de natureza provincial: transportes, comunicações, saneamento básico controle do ambiente;
 - equipamentos sociais de nível provincial;
 - conjuntos habitacionais de dimensão a de-

finir em regulamento provincial e a homologar pelo MESA e pelo MAI.

- c) Definição e execução da política de solos regional, concebida no contexto da correspondente a nível nacional;
- d) Gestão do património provincial e dos meios financeiros próprios da região, nomeadamente de um fundo especial a criar em cada província e cuja utilização competirá inteiramente aos órgãos de administração provincial;
- e) Controlo da execução dos programas de acção regionalizados, da responsabilidade da Administração Central e dos programas provinciais;
- f) Criação e manutenção de Bancos de Dados Provinciais, em colaboração com o Instituto Nacional de Estatística;
- g) Colaboração na definição e execução da política de abastecimento público, nomeadamente no campo dos mercados e centros abastecedores;
- h) Definição de uma política cultural provincial e promoção dos meios necessários à sua implantação.

2—Proceder a estudos preparatórios para a elaboração dos planos provinciais de desenvolvimento, podendo para esse efeito utilizar trabalhos já realizados e dispor do apoio dos serviços regionais e locais.

3—Conhecer, mediante investigação sistemática, as realidades sócio-económicas provinciais, por forma a tornar viável a adopção de critérios correctos, orientadores da acção dos serviços, tornando-a mais eficaz.

4—Assegurar a participação das populações no estudo e tomada de decisões relativas aos programas de desenvolvimento económico e social e à definição do equipamento social que cada comunidade deve usufruir.

5—Colaborar na elaboração de programas de promoção social.

6—Cooperar na realização de empreendimentos que visem a organização dos recursos da comunidade, com vista ao bem-estar social e à aceleração do processo de desenvolvimento sócio-económico.

7—Velar pela aplicação de normas nacionais relativas à avaliação sócio-económica dos projectos de investimento regionais ou proceder à realização da mesma, quando necessário.

8—Incentivar a educação permanente e o desenvolvimento cultural, físico, profissional e social dos habitantes da província.

9—Promover a criação dos instrumentos necessários para assegurar a formação do pessoal empenhado em tarefas de desenvolvimento provincial.

10—Pronunciar-se sobre os limites das áreas de desenvolvimento integrado ou de outro tipo de compartimentos infra-provinciais criados para dar satisfação a objectivos de desenvolvimento.

11—Dar parecer sobre a concessão pelo Governo de subvenções, empréstimos ou outros benefícios superiores a 10 000 contos e de isenções de qualquer tipo outorgadas a actividades em exercício ou a implantar na província, com objectivos de desenvolvimento sócio-económico e cultural.

12—Pronunciar-se sobre os demais assuntos para que seja pedido o seu parecer pelos órgãos competentes, a nível nacional, em matéria de planeamento sócio-económico e cultural.

13—Elaborar, interpretar e modificar os regulamentos necessários ao bom funcionamento dos serviços colocados sob a sua alçada e revogar os que forem considerados dispensáveis.

14—Elaborar o cadastro das suas propriedades.

15—Adquirir bens mobiliários e imobiliários para serviço da província e alienar os que forem considerados dispensáveis.

16—Aceitar heranças, legados e doações feitas à província ou a algum dos seus serviços.

17—Celebrar contratos de arrendamento, activa e passivamente e de prestação de serviços.

18—Contratar com empresas individuais ou colectivas os fornecimentos necessários ao funcionamento dos serviços e à execução de estudos, projectos ou obras de interesse para a província ou para as autarquias locais.

19—Efectuar seguros contra quaisquer riscos, relativos a bens móveis ou imóveis da província ou a pessoas ao seu serviço.

20—Instaurar pleitos e defender-se neles, podendo confessar, desistir ou transigir, quando não haja ofensa de direitos de terceiros.

21—Executar obras públicas por administração directa, empreitada ou concessão.

22—Propor ao Governo a expropriação por utilidade pública dos imóveis indispensáveis à realização dos seus fins.

23—Votar os adicionais às contribuições do Estado, legalmente autorizadas.

24—Contrair empréstimos, estabelecer a sua dotação e estipular as condições de amortização.

25—Requerer a comparticipação financeira do Estado para as obras de interesse provincial.

26—Aprovar os programas provinciais anuais e plurianuais e os orçamentos ordinários e suplementares, bem como os respectivos programas de actividade.

27—Providenciar sobre a arrecadação de receitas.

28—Nomear, contratar, assalariar, promover, transferir, louvar ou punir, promover a aposentação e exo-

nerar os funcionários e assalariados ao serviço dos órgãos provinciais e revogar os respectivos actos.

29—Celebrar acordos com as Câmaras Municipais, sobre assuntos de interesse local ou regional, designadamente os referidos nas alíneas d) e e) do art.º 7.

30—Dar execução a outras atribuições que lhe venham a ser fixadas pelo Governo ou que qualquer dos órgãos da Administração Provincial entenda dever propor e que sejam sancionados por portaria do Ministro da Administração Interna.

ARTIGO 11

O Conselho Provincial é constituído por representantes das Câmaras Municipais dos concelhos englobados em cada província.

1. Cada Câmara Municipal designará um representante de entre os seus membros;
2. Os trabalhos do Conselho Provincial são dirigidos por uma mesa constituída por um Presidente e dois Secretários;
3. Nas suas faltas ou impedimentos o Presidente será substituído por um Vice-Presidente.

ARTIGO 12

Compete ao Conselho Provincial:

- a) Discutir e aprovar os planos de acção plurianuais e os programas anuais de actividade e de investimento de âmbito provincial a submeter ao Governo através do Ministério da Administração Interna até 15 de Outubro do ano anterior àquele a que respeitam.
- b) Deliberar sobre as grandes linhas da estratégia de desenvolvimento provincial.
- c) Discutir e aprovar o relatório anual apresentado pelo Conselho Executivo a enviar ao Governo através do Ministério da Administração Interna até 15 de Abril do ano seguinte.
- d) Pronunciar-se sobre e propor ao Governo alterações dos limites dos concelhos e freguesias da província no sentido de uma melhor integração e satisfação dos interesses e objectivos da administração a esse nível de organização.
- e) Pronunciar-se sobre e propor ao Governo a constituição, modificação ou extinção de agrupamentos de municípios, bem como sobre as formas de colaboração entre concelhos no domínio do ordenamento do território, da criação e gestão de infraestruturas do ordenamento e desenvolvimento económico e social.
- f) Deliberar sobre a municipalização da concessão de serviços que interessem a mais de um concelho.

- g) Dar parecer quando lhe seja solicitado sobre a concessão pelo Governo de subvenções, empréstimos, isenções ou quaisquer outros benefícios a actividades já em exercício na área, ou à implantação na mesma, com o objectivo de fomentar o desenvolvimento económico-social da província.
- h) Pronunciar-se sobre quaisquer outras matérias que lhe sejam submetidas pelos Municípios e pelo Conselho Executivo por sua iniciativa ou por solicitação do Governo, nomeadamente no que respeita aos limites da província.
- i) Eleger o Presidente, o Vice-Presidente, os dois Secretários do Conselho Provincial e os representantes deste no Conselho Coordenador.
- j) Apreçar em plenário expressamente convocado para esse fim a actuação da Comissão Executiva ou de cada um dos seus membros, podendo quando tal se justificar emitir voto de censura aprovado por um mínimo de dois terços de todos os membros do Conselho Provincial, em votação obrigatória e secreta.
- l) A deliberação referida na alínea anterior será obrigatoriamente comunicada pelo Presidente do Conselho Provincial ao Conselho de Ministros através do Ministro da Administração Interna.

ARTIGO 13

1—O Conselho Provincial reúne-se obrigatoriamente em duas sessões ordinárias para os fins previstos nas alíneas b) e c) do art.º 8, e extraordinariamente sempre que para tal for convocado.

2—As convocatórias de reuniões do Conselho Provincial serão feitas pelo Presidente ou no seu impedimento pelo seu substituto legal.

3—As sessões extraordinárias serão convocadas por iniciativa do Presidente, por solicitação do Governo, da Comissão Executiva ou por requerimento subscrito por mais de um terço dos membros do Conselho.

4—Nas sessões ordinárias o Conselho poderá deliberar sobre todos os assuntos das suas atribuições e competência; nas extraordinárias somente sobre os assuntos para que tenha sido convocado.

5—É obrigatória a presença nas reuniões do Conselho Provincial. A sua ausência injustificada a duas sessões consecutivas implica a perda do mandato, cabendo ao Presidente do Conselho Provincial solicitar a sua substituição.

6—O Conselho Provincial funcionará em plenário para as actividades previstas nas alíneas a), b), c), h), i) e j) do art.º 12, podendo para as restantes funcionar por secções correspondentes a sectores de actividade

ou subprovincias nos termos do que for definido no regulamento interno.

7—O Conselho Provincial só poderá funcionar em plenário com um mínimo de sessenta por cento dos seus membros.

8—As funções de membro do Conselho Provincial são gratuitas. O Governo fixará por portaria do Ministro das Finanças e do Ministro da Administração Interna o quantitativo das indemnizações a pagar para despesas de deslocação e de permanência durante as sessões plenárias ou restritas do Conselho Provincial.

ARTIGO 14

O Presidente e Vice-Presidente do Conselho Provincial, o primeiro e o segundo Secretário são eleitos no início do mandato de entre os membros do Conselho e pelo período do mandato do mesmo.

ARTIGO 15

Compete ao Presidente do Conselho Provincial representar a Província em cerimónias oficiais com precedência sobre as demais autoridades provinciais.

Secção III — Constituição e competência da Comissão Executiva

ARTIGO 16

A Comissão Executiva é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e 3 vogais nomeados pelo Conselho de Ministros, sobre proposta do Ministro da Administração Interna, ouvido o Conselho Provincial, de entre as pessoas especialmente qualificadas no conhecimento da província nos aspectos económico, de equipamento e infraestruturas e assuntos sociais.

ARTIGO 17

Compete à Comissão Executiva:

- a) Elaborar os planos económicos, sociais e de organização física do espaço a médio e longo prazo a submeter à Comissão Coordenadora e do Conselho Provincial;
- b) Elaborar os programas anuais e plurianuais da Província;
- c) Executar as tarefas decorrentes das atribuições da Administração Provincial.
- d) Desempenhar-se de outras funções que por lei lhe venham a ser atribuídas ou que o Conselho provincial delibere delegar-lhe;
- e) Superintender em todos os serviços da Administração Provincial;

- f) Dar cumprimento às deliberações do Conselho Provincial;
- g) Elaborar o relatório anual de actividades a submeter à apreciação do Conselho Coordenador e do Conselho Provincial.

ARTIGO 18

Compete ao Presidente da Comissão Executiva:

- a) Promover e orientar, para todos os efeitos referidos no presente diploma, as reuniões que julgue útil convocar dos chefes dos serviços públicos regionais e dos demais responsáveis, oficiais ou privados, pelos meios de acção provincial;
- b) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Coordenador e da Comissão Executiva e presidir às mesmas;
- c) Representar o Conselho Coordenador e o Conselho Executivo;
- d) Regular a constituição e o funcionamento dos grupos de trabalho previstos no art.º 27;
- e) Autorizar as despesas orçamentais de harmonia com as deliberações da Comissão Executiva;
- f) Superintender em todos os serviços da administração provincial;
- g) Representar a Província, em juízo e fora dele, precedendo, no primeiro caso, deliberação da Comissão Executiva sobre o pleito e escolher os advogados que forem necessários;
- h) Executar e fazer executar as deliberações da Comissão Executiva e do Conselho Coordenador;
- i) Assinar a correspondência expedida pela Comissão Executiva ou pela Comissão Coordenadora, destinada a quaisquer autoridades, corpos administrativos, repartições públicas e entidades privadas singulares ou colectivas podendo, porém, delegar no Vice-Presidente e nos vogais a assinatura da correspondência de expediente corrente;
- j) Delegar no Vice-Presidente ou em qualquer dos vogais da Comissão Executiva algumas das tarefas que lhe são atribuídas no presente diploma.

ARTIGO 19

Os Presidentes do Conselho Regional e da Comissão Executiva gozam de isenção de franquia postal das classes A e B.

ARTIGO 20

A Comissão Executiva terá uma reunião ordinária semanal e as extraordinárias que forem convocadas pelo seu Presidente.

Secção IV — Constituição e competência do Conselho Coordenador

ARTIGO 21

O Conselho Coordenador é constituído pela Comissão Executiva, por cinco representantes dos municípios designados pelo Conselho Provincial e por um representante de cada um dos seguintes Ministérios: Administração Interna, Finanças, Economia, Educação e Cultura, Equipamento Social e Ambiente, Trabalho e Assuntos Sociais.

ARTIGO 22

Compete ao Conselho Coordenador:

- a) Assegurar a articulação das tarefas definidas nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 10 com as acções e orientações de política económica e social de natureza global e sectorial a cargo da Administração Central;
- b) Promover e assegurar a compatibilização dos programas de acção anuais e plurianuais das Câmaras Municipais, das empresas públicas e das empresas privadas concessionárias, de serviços públicos na província, com a actividade dos órgãos periféricos do Governo Central e com os órgãos da Administração Provincial;
- c) Pronunciar-se sobre os demais assuntos para que seja pedido o seu parecer pela Comissão Executiva;
- d) Apreçar e dar parecer sobre os documentos referidos no artigo 12, alíneas a), b) e c) previamente à sua apresentação ao Conselho Provincial.

ARTIGO 23

A realização do consignado na alínea b) do artigo 22 será prosseguida através do envio de projectos e programas de trabalho à Comissão Executiva até ao dia 31 de Agosto do ano anterior àquele em que se prevê a sua execução.

ARTIGO 24

1—O Conselho Coordenador poderá funcionar em subcomissões especializadas.

2—Presidirá à Comissão Coordenadora o Presidente da Comissão Executiva.

3—O Conselho Coordenador reunirá em sessão ordinária uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocado pelo seu Presidente.

4—Por portaria dos Ministérios da Administração Interna e das Finanças serão fixadas as indemnizações

devidas pelas deslocações e estadia por ocasião das reuniões do Conselho Coordenador.

CAP. III — DOS MEIOS DA ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL

ARTIGO 25

1—A Administração Provincial disporá de serviços próprios cujos quadros, organização e competência constarão de diploma legal a publicar no prazo de 30 dias.

2—Os lugares que exijam habilitações técnicas especiais poderão ser providos por funcionários requisitados a serviços públicos ou empresas nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO 26

Para a execução de tarefas de carácter não permanente poderá a Comissão Executiva mediante contrato ou por outra forma adequada encarregar indivíduos ou instituições idóneas de tarefas determinadas, nomeadamente a execução de estudos.

ARTIGO 27

1—A Comissão Executiva poderá criar os grupos de trabalho que se mostrem convenientes para o estudo de diversos problemas relativos ao desenvolvimento económico e social da região ou de certas zonas da sua área bem como contratar ou assalariar o pessoal considerado indispensável à execução das tarefas de carácter não permanente.

2—Os abonos devidos pela participação em grupos de trabalho são os estabelecidos para os grupos de trabalho constituídos pelo Secretariado Técnico do Planeamento.

ARTIGO 28

Constituem receitas da Administração Provincial:

- a) As dotações que lhe sejam atribuídas pelo Estado quer no Orçamento Geral quer por meio de organismos, serviços ou fundos dependentes do Estado;
- b) As actuais receitas das Juntas Distritais e das Juntas Gerais assim como o produto de quaisquer taxas que lhe venham a ser consignadas por lei;
- c) As receitas provenientes de prestação de assistência técnica às autarquias locais;
- d) Os rendimentos da exploração dos empreendimentos ou serviços a seu cargo e de quaisquer bens próprios ou de que tenha a fruição;
- e) Os subsídios, doações ou contribuições volun-

tárias de entidades singulares ou colectivas nacionais ou estrangeiras;

- f) O produto dos empréstimos contraídos;
- g) O produto da alienação ou cedência de bens ou direitos do seu património;
- h) O saldo da gerência de cada ano;
- i) Quaisquer outras receitas que lhe sejam atribuídas por lei, contrato ou outro título.

ARTIGO 29

1—São desde já criados os lugares de Presidente, Vice-Presidente e três vogais para cada província, a que corresponderão respectivamente as letras A, B e C do Decreto-Lei n.º 49 410.

2—Enquanto não for aprovado o quadro a que se refere o artigo a Comissão Executiva poderá contratar o pessoal indispensável à estruturação dos serviços provinciais.

3—O Presidente e o Vice-Presidente têm direito ao subsídio de habitação e de despesas de representação nos mesmos termos dos Governadores Cívicos e Governadores Cívicos Substitutos dos distritos de Lisboa e Porto.

ARTIGO 30

1—O Presidente, Vice-Presidente e vogais da Comissão Executiva serão designados pelo prazo de três anos renovável por um único período de igual duração podendo porém ser exonerados a todo o tempo.

2—É permitida nova designação após o decurso de três anos sobre a data do último mandato exercido.

ARTIGO 31

Quando a escolha para Presidente, Vice-Presidente e vogais da Comissão Executiva recair em funcionário público a sua nomeação será feita em comissão de serviço.

CAP. IV — DO FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL

Secção I — Reuniões e deliberações

ARTIGO 32

O Conselho Provincial, a Comissão Executiva e o Conselho Coordenador funcionam colegialmente, não podendo deliberar sem que esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.

ARTIGO 33

As deliberações são tomadas por maioria absoluta dos vogais presentes tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate na votação.

ARTIGO 34

As deliberações são tomadas por votação nominal, excepto as que respeitam à nomeação, louvor ou castigo de funcionários ou que envolvam apreciações acerca do mérito ou desmérito de qualquer pessoa, sendo neste caso obrigatório a utilização do escrutínio secreto.

ARTIGO 35

Nenhum vogal se pode recusar a votar sobre matérias submetidas à apreciação dos órgãos de Administração Provincial.

ARTIGO 36

1—Sempre que se trate de assunto em que a votação nominal for consentida podem os vogais justificar sumariamente as razões da orientação do seu voto.

2—O lançamento em acta de qualquer justificação fica porém dependente da sua apresentação por escrito.

ARTIGO 37

1—Aos Presidentes dos órgãos de Administração Provincial compete abrir as reuniões, dirigir a discussão, dar e retirar a palavra aos vogais, submeter os assuntos à votação, regular a ordem de trabalhos e tomar as providências necessárias para que as reuniões não sejam perturbadas.

2—O modo de funcionamento das reuniões, as condições e tempo de intervenção dos vogais e outras normas de actuação e disciplina constarão de regulamento interno, a aprovar pelo Conselho Provincial e a homologar pelo Ministro da Administração Interna.

Secção II — Gestão Financeira e Económica

ARTIGO 38

1—A previsão e computo das receitas e despesas de cada ano económico constarão de orçamento ordinário a submeter ao Conselho Provincial pela Comissão Executiva até do ano anterior àquele a que diga respeito.

2—O orçamento deverá ser organizado de acordo com as bases a incluir no plano de acção anual e

plurianual, submetido à aprovação do Conselho Provincial de harmonia com o disposto no artigo deste diploma.

3—Na elaboração do orçamento serão observados os princípios de classificação funcional e económica em vigor para o Orçamento Geral do Estado.

ARTIGO 39

1—O orçamento será executado de modo que na efectivação das despesas se respeite o princípio da autorização dependente de cabimento orçamental.

2—As propostas de despesa depois de classificadas e visadas pelos serviços competentes serão autorizadas pela Comissão Executiva.

3—A Comissão Executiva poderá autorizar funcionários que ocupem cargos de direcção ou chefia a realizar despesas dentro dos limites por ela fixados.

ARTIGO 40

1—É autorizada a transferência de verbas de despesa entre os vários números dum mesmo artigo, desde que obtida autorização da Comissão Executiva.

2—A Comissão Executiva pode elaborar no decurso do ano económico orçamentos suplementares destinados a ocorrer a despesas imprevistas ou insuficientemente dotadas no orçamento ordinário.

ARTIGO 41

A contabilidade da Província será organizada de acordo com as regras que venham a ser fixadas por portaria do Ministério da Administração Interna com respeito pelos seguintes princípios fundamentais:

- a) Os documentos representativos de quaisquer operações realizadas serão obrigatoriamente registados pela Contabilidade, de modo a permitir a identificação dessas operações e o conhecimento dos valores correspondentes;
- b) Os registos e documentos de contabilidade deverão ser arquivados e conservados pelo prazo de dez anos;
- c) Os registos serão efectuados de forma a possibilitar a conferência diária de contas e valores entre os serviços de contabilidade e a tesouraria em face dos balancetes respectivos;
- d) No termo de cada ano proceder-se-á ao balanço geral do movimento financeiro.

ARTIGO 42

1—As contas referidas a 31 de Dezembro deverão ficar encerradas até 31 de Março do ano seguinte.

2—A conta de gerência depois de apreciada pelo Conselho Provincial será remetida ao Tribunal de Contas para julgamento até 30 de Abril.

3—Serão remetidos ao Ministério da Administração Interna exemplares dos orçamentos e da conta.

ARTIGO 43

1—Junto da Comissão Executiva funcionará um Conselho Administrativo a quem incumbe elaborar os projectos de orçamento e superintender na respectiva execução.

2—O Conselho Administrativo é presidido pelo Presidente da Comissão Executiva ou quem este delegar e tem como vogais o Director dos Serviços Financeiros e o Chefe dos Serviços Administrativos.

ARTIGO 44

1—As reuniões do Conselho Administrativo assistirá um delegado pelo Ministério das Finanças que deverá pronunciar-se sobre a legalidade de todas as despesas.

2—No caso de parecer desfavorável do Delegado do Tribunal de Contas sobre a legalidade de qualquer despesa será o processo submetido a decisão do Ministério das Finanças.

3—O Delegado do Tribunal de Contas no Conselho Administrativo terá direito a uma gratificação mensal de quantitativo a fixar pelo Ministro da Administração Interna e pelo Ministério das Finanças bem como ao abono nos termos da lei de transportes e ajudas de custo.

ARTIGO 45

Os contratos a celebrar pela Administração Provincial são dispensados do visto do Tribunal de Contas desde que sobre eles haja sido prestado parecer favorável pelo delegado daquele Tribunal junto ao Conselho Administrativo.

ARTIGO 46

As contas de depósito da Administração Provincial serão movimentadas por cheques assinados pelo Presidente da Comissão Executiva ou em quem ele delegar e pelo Director dos Serviços Financeiros ou pelo seu substituto legal.

CAP. V — DISPOSIÇÕES DIVERSAS

ARTIGO 47

A Administração Provincial terá sede nas seguintes cidades:

Área Metropolitana do Porto — Porto
Província do Minho, Douro e Trás-os-Montos — Porto
Província da Beira — Coimbra
Área Metropolitana de Lisboa — Lisboa
Província da Estremadura e Vale do Tejo — Santarém
Província do Alentejo — Évora
Província do Algarve — Faro
Província dos Açores — Angra do Heroísmo
Província da Madeira — Funchal

ARTIGO 48

Os Ministérios e Secretarias de Estado apresentarão no prazo de 90 dias ao Conselho de Ministros para o ordenamento do território um relatório contendo a proposta de transferência de funções actualmente exercidas pelos serviços centrais para os seus órgãos periféricos ou para a nova Administração Provincial.

ARTIGO 49

O Secretariado Técnico do Planeamento apresentará ao Conselho de Ministros para o ordenamento do território no prazo de 90 dias uma proposta de definição da tipologia dos investimentos públicos no sentido de distinguir vários níveis de competência — nacional, provincial e local.

ARTIGO 50

1 — São extintas as Juntas Distritais dos distritos do Continente, a Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal e as Comissões Regionais de Planeamento sendo o respectivo património transferido para a Administração Provincial.

2 — O pessoal ao serviço das Juntas Distritais, da Junta Geral e das Comissões de Planeamento Regional será integrado no quadro da Administração Provincial mantendo-se entretanto em vigor as situações e normas que lhe são aplicáveis.

3 — As Comissões Executivas logo que nomeadas constituirão Comissões Liquidatárias das Juntas Distritais, Junta Geral e Comissões de Planeamento assegurando a integração das pessoas e bens dos referidos organismos na Administração Provincial bem como a transferência de responsabilidades para a Administração

Central, Provincial ou Local, conforme a sua natureza.

4 — As Juntas Gerais dos Distritos Autónomos do Arquipélago dos Açores são integradas e ficam sob a tutela dos Órgãos de Administração Provincial nomeando a Comissão Administrativa as respectivas Comissões Administrativas.

ARTIGO 51

1 — O mandato do Conselho Provincial corresponderá ao período que for definido na lei para os corpos administrativos das autarquias.

2 — O primeiro Conselho Provincial agora constituído a partir das Comissões Administrativas cessa o seu mandato logo que entrem em funções corpos administrativos eleitos.

3 — Compete ao Presidente da Comissão Executiva convocar a reunião do primeiro Conselho Provincial.

ARTIGO 52

A primeira sessão do Conselho Provincial deverá efectuar-se no prazo de 30 dias a contar da data de publicação do diploma para os fins da alínea i) do artigo 8, presidindo à sessão de verificação de poderes e de eleição o mais idoso dos presentes.

ARTIGO 53

Para além das disponibilidades existentes nas Juntas Distritais, Juntas Gerais e Comissões Regionais de Planeamento é desde já aberto a favor de cada uma das Províncias um crédito especial de 12 000 contos para assegurar o início de funcionamento dos respectivos serviços.

ARTIGO 54

Os problemas decorrentes da resolução de casos omissos neste decreto-lei serão resolvidos por portaria do Ministro da Administração Interna.

ARTIGO 55

Este diploma será obrigatoriamente revisto no prazo de um ano a contar da data da sua publicação.

(1) **SECRETARIA GERAL**

- serv. administrativos
- serv. de pessoal
- serv. de organização e métodos
- serv. de património
- serv. contencioso
- serv. de relações públicas e informação.

(2) **DS. FINANCEIROS**

- orçamentos
- finanças locais
- tesouraria.

(3) **DS. PLANEAMENTO E CONTROLE DO AMBIENTE**

- pl. económico
- pl. social
- pl. territorial.

(4) **DS. HABITAÇÃO E EQUIPAMENTO**

- edifícios.

(5) **DS. DE INFRAESTRUTURAS**

- abastecimento de água
- saneamento
- energia
- comunicações e transportes.

(6) **DS. DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

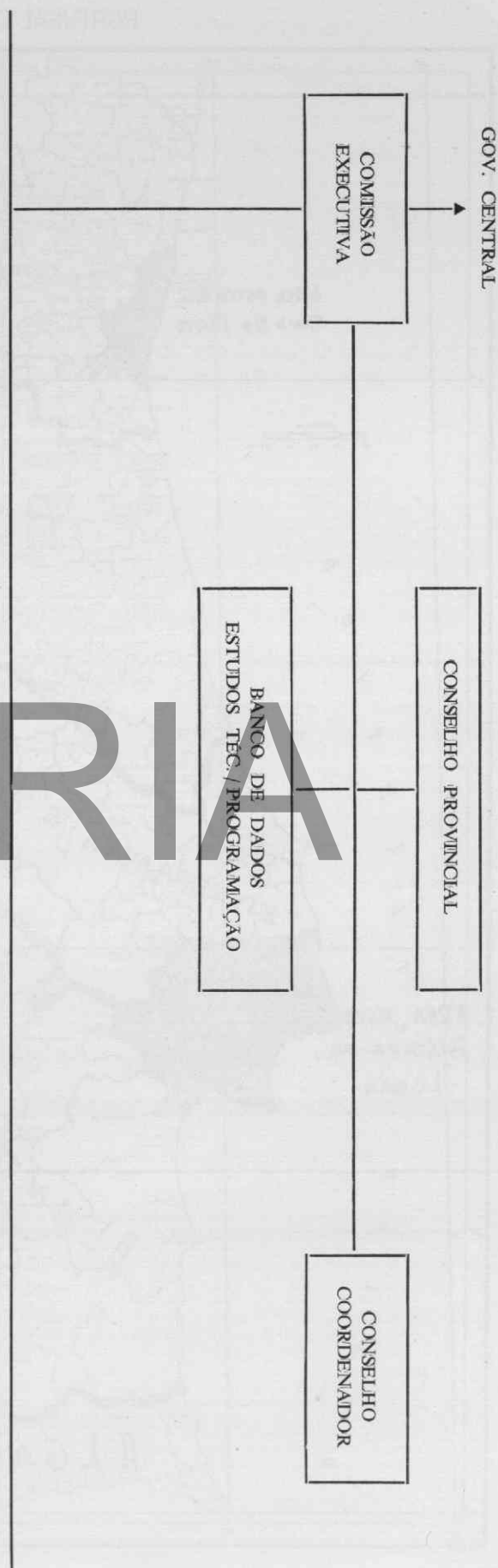
- pré-básico e básico
- secundário
- médio e especial
- desportos e assuntos culturais
- recreio e lazer.

(7) **DS. ASSUNTOS SOCIAIS**

- saúde
- segurança social
- emprego.

(8) **DS. DE ABASTECIMENTO E PREÇOS**

- controle da produção
- controle da distribuição.



PORTUGAL CONTINENTAL



bibRIA

NA CAPA:

1—Brasão de Armas do Concelho de
Vale de Cambra (Monumento)

2—Na Ria de Aveiro

Sumário

	Págs.		Págs.
Nota de Abertura	3	Mário Sacramento entre a evolução e a crítica	30
Página Heráldica	5	Por José Manuel Mendes	
O Vale de Cambra	7	Mário Sacramento — cidadão do futuro ...	33
Por Ferreira de Castro		Por Alípio Ribeiro	
Vale de Cambra — Comércio, Indústria, Artes e Ofícios	11	Mário Sacramento e o neo-realismo ...	35
Por António Martins Ferreira		Por João Selça Neves	
O Cruzeiro de Roge — Monumento Nacional	14	Presença de Mário Sacramento	39
Por A. T. Coutinho		Por Idalécio Caçao	
Velha Macieira de Cambra, sempre jovem	15	Cartas para Mário Sacramento	40
Por Ferreira de Castro		Romagem à Campa de Van Gogh ...	43
Comendador Luís Bernardo de Almeida ...	17	Sinopse Biográfica	44
Por Augusto Carlos Aguiar		Aveiro na temática de dois grandes poetas brasileiros — Murilo Mendes e Ribeiro Couto	45
Vale de Cambra — entroncamento rodoviário, fulcro turístico a dealbar ...	19	Arquivo Aveirense — Mestre Heitor Cramez	47
Por João de Sá		Por J. Vieira	
Vultos operários — Vultos cambrenses — Luís Soares	21	A Canga Vareira	50
Por César Nogueira		Por Vasco Branco	
Antologia Aveirense — Mário Sacramento	27	Escultores Aveirenses — João Calisto ...	53
Os supremos bens da vida	29	Por João Sarabando	
		Cancioneiro do Distrito	58
		Vária	65